

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ALINE TESSAROLO RUY

MUSEIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL EM
ROTEIRO CULTURAL NO ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA
2017

ALINE TESSAROLO RUY

**MUSEIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL EM
ROTEIRO CULTURAL NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientador: Prof.^a Dra. Renata Hermann de Almeida.

VITÓRIA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Setorial do Centro de Artes da Universidade Federal do
Espírito Santo, ES, Brasil)

Zilda Francisca de Oliveira – CRB-6 ES-000650/0

Ruy, Aline Tessarolo, 1991-
R985m Museificação do território : experimentação conceitual em
roteiro cultural no Espírito Santo / Aline Tessarolo Ruy. – 2017.
143 f. : il.

Orientador: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Arquitetura. 2. Patrimônio cultural. 3. Cultura. 4. Turismo
cultural. 5. Imigrantes. 6. Santa Teresa (ES). I. Almeida, Renata
Hermann de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Artes. III. Título.

CDU: 72

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram no desenvolvimento e aperfeiçoamento desta dissertação, especialmente:

À professora Renata pelo conhecimento compartilhado;

Ao Laboratório de Patrimônio & Desenvolvimento - Patri_Lab, pela infraestrutura disponibilizada;

Ao Programa de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo pela oportunidade outorgada;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES pela bolsa concedida;

À minha família por todo o afeto;

Aos meus amigos pelo companheirismo;

A Fabiano Scarpini pelo amor dedicado.

RESUMO

Na sociedade contemporânea rotas, roteiros, itinerários, circuitos, entre outros, são termos utilizados para designar estratégias de desenvolvimento e salvaguarda visando o conhecimento e experimentação de territórios. Estes termos, neste trabalho, universalizados como roteiros culturais, estão estreitamente vinculados à lógica turística, hoje mundializada. Essa modalidade de produção territorial é associada por diversos autores a museificação: fenômeno recente que sugere uma territorialização nos padrões museológicos, produzindo a petrificação/congelamento de meios gerais, ao serem tratados como objetos de museu. Diante da possível integração entre os dois temas apresentados, esta pesquisa tem por objetivo entender os roteiros como agentes da museificação territorial, por meio da análise de objeto vinculado à imigração europeia no Estado do Espírito Santo. Como procedimentos, adota pesquisa qualitativa, no estudo de caso do Circuito Caravaggio – situado, neste Estado, no município de Santa Teresa – mediante a análise dos oito processos próprios da museificação, definidos em fundamentação conceitual. A pesquisa tem como resultado a identificação de processos próprios da museificação territorial no Circuito Caravaggio, demonstrando a vinculação real entre a museificação do território e os roteiros culturais.

Palavras-chave: Museificação. Território. Roteiro cultural.

ABSTRACT

On contemporaneous routs, itineraries, circuits, amongst others are terms used for developing strategies and aiming knowledge and experimenting territories. These terms, in this work are universalized as cultural roots, being linked to the tourist logic worldwide. This type of territorial production is associated to several authors to museification: recent phenomenon that suggests a museum patterned of territorializing, producing a petrification/ freezing in all other methods, as being treated as museum objects. Before of the integration possibility between two presented themes this research has an objective connected to the European Immigration to the state of Espírito Santo. As proceedings adopts qualifying research in the study case of Caravaggio Circuit – located in this State, in the district of Santa Teresa – through eight museification processes analysis defined by concept reasons. The research because of the museification identification process itself in the Caravaggio Circuit Process, showing a real link between museification of territory and cultural routes.

Key-words: Museification. Territory. Cultural Route.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – (a) Marulanda e sua toalha; (b) Os últimos nômades verdes	20
Figura 2 – (a) Chaminé da Petrogal; (b) Foto aérea da Chaminé	24
Figura 3 – (a) Gasómetro de Oberhausen; (b) Edifícios da Zeche Zollverein	25
Figura 4 – Parques verdes de Ruhr, com destaque às estruturas industriais	26
Figura 5 – Americque, óleo sobre tela de Jan Van Kessel, Antuérpia, 1666.....	28
Figura 6 – Old Town em Lijiang, China	30
Figura 7 – Fotografia do Pelourinho, Salvador (BA).....	32
Figura 8 – Moinhos de vento na rota, em Consuegra, Alcázar de San Juan	56
Figura 9 – Mapa da Rota Dom Quijote.....	57
Figura 10 – Mapa da Rota de Santiago de Compostela. Asso-Veral	69
Figura 11 – Caminho do Ouro em Paraty (RJ)	70
Figura 12 – Planta indicativa do Caminho do Ouro e sua Paisagem	72
Figura 13 – Propriedade rural em Blumenau (SC)	74
Figura 14 – Mapa 05 (Pomerode)	76
Figura 15 – Testo Alto, Pomerode.....	77
Figura 16 – Rota do Enxaimel	78
Figura 17 – Oferta de roteiros na página Descubra o Espírito Santo	80
Figura 18 – Mapa do turismo do Espírito Santo	82
Figura 19 – Avaliação das origens dos visitantes por rotas turísticas.	83
Figura 20 – (a) XXVIII Sommerfest; (b) 38ª Festa da Polenta.....	84
Figura 21 – Página eletrônica da Região Turística dos Imigrantes	85
Figura 22 – Circuito Demétrio Ribeiro em João Neiva	86
Figura 23 – (a) Circuito Turístico Terras Pomeranas; (b) Circuito Caravaggio.....	87
Figura 24 – Mapa do Circuito Caravaggio	88
Figura 25 – Colônia Tirol	89
Figura 26 – Circuito Vale das Etnias	90
Figura 27 – (a) Caminho do Imigrante (b) 13º Caminho do imigrante.....	91
Figura 28 – Mapas do circuito encontrados	93
Figura 29 – Mapa do Circuito Caravaggio	94
Figura 30 – Placa indicativa do início do percurso	95
Figura 31 – Vinícola Melício	95
Figura 32 – Vinícola Rassele.....	96
Figura 33 – Casa Lambert.....	96
Figura 34 – Vinícola Labiata.....	97

Figura 35 – Pousada Pietrobelli	97
Figura 36 – Cantina Mattiello.....	97
Figura 37 – Casa del Gelato.....	98
Figura 38 – Pórtico indicando o início do percurso fora da ES-261.....	98
Figura 39 – Pousada São Lourenço.....	99
Figura 40 – Placa Informativa.....	99
Figura 41 – Sítio Romanha.....	99
Figura 42 – Sítio Romanha.....	100
Figura 43 – Pousada Caravaggio.....	100
Figura 44 – Estrada do Circuito Caravaggio.....	100
Figura 45 – Casa dos Espumantes	101
Figura 46 – Sítio Canaã	101
Figura 47 – Rampa de Voo	102
Figura 48 – Igreja do Caravaggio	102
Figura 49 – Vale do Caravaggio.....	103
Figura 50 – Mountain Bike (Riex)	103
Figura 51 – Cachaça da Mata e Restaurante Destilaria.....	104
Figura 52 – Vinícola Tomazelli	105
Figura 53 – Parque São Lourenço	105
Figura 54 – Indicação das comunidades perpassadas pelo circuito, em azul	107
Figura 55 – Indicação aproximada do circuito, em azul	108
Figura 56 – Modelo Digital do terreno do município de Santa Teresa (ES)	109
Figura 57 – (a) Mapa antigo; (b) Mapa recente	110
Figura 58 – Folder do Circuito Caravaggio.....	112
Figura 59 – Imigração no Espírito Santo	115
Figura 60 – Seção da Planta de parte da província do Espírito Santo	116
Figura 61 – Igreja do Caravaggio em Todos os Santos, Guarapari (ES)	118
Figura 62 – Jornal O Povo, 2 de maio de 1920	119
Figura 63 – Igreja de Nossa senhora do Caravaggio	120
Figura 64 – Secção do Mapa do Circuito Caravaggio	122
Figura 65 – Lambrequins produzidos por imigrantes italianos no Estado	123
Figura 66 – Uso de Lambrequins em elementos do Circuito Caravaggio	123
Figura 67 – Referências às cores da bandeira da Itália no Circuito	124
Figura 68 – Miniaturização no Circuito Caravaggio.....	124
Figura 69 – Rusticidade em construções no Circuito Caravaggio	125

Figura 70 – Florações em elementos do Circuito Caravaggio.....	126
Figura 71 – Edificações do período tardio e Sítio Romanha	127
Figura 72 – Casa Lambert e Sítio Romanha	127
Figura 73 – Interior da Casa na Vinícola Tomazelli.....	128
Figura 74 – Vale do Caravaggio.....	129
Figura 75 – Casa Lambert.....	130
Figura 76 – Exposição de documentos visando comprovar a descendência	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas.....	42
Tabela 2 – Relações de apropriação e domínio	47
Tabela 3 – Os 32 Itinerários Culturais salvaguardados pelo EICR em 2017.....	65
Tabela 4 – Itinerários Culturais protegidos pela Unesco	70

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS DE UM CONCEITO... 15	15
1.1 A MUSEIFICAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS.....	15
1.2 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE.....	36
1.3 A MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL	47
2 ROTEIROS CULTURAIS NA CONTEMPORÂNEIDADE	53
2.1 ROTEIRO CULTURAL: PREMISSAS CONCEITUAIS	53
2.2 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA	58
2.3 ROTEIROS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS.....	63
2.3.1 A Unesco e os Itinerários Culturais	65
2.3.2 Roteiros Nacionais de Imigração	73
3 MUSEIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL.....	79
3.1 ROTEIROS CULTURAIS NO ESPÍRITO SANTO	79
3.2 CIRCUITO CARAVAGGIO – SANTA TERESA, ESPÍRITO SANTO	93
3.2.1 Reconhecendo o objeto: uma aproximação.....	93
3.2.2 O Circuito Caravaggio.....	106
3.3 EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL	120
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS.....	137

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, não é difícil “encontrar” roteiros, rotas, circuitos, caminhos – termos estes, que muitas vezes possuem o mesmo sentido – ao visitar “certas” localidades ao redor do mundo. Eles propõem facilitar o conhecimento de atributos específicos, num contexto onde relações de agilidade e escassez de tempo parecem tomar conta da vida social. Esses roteiros são cada vez mais valorizados em todo o planeta e parte deles se estabelecem pela vertente cultural, integrando bens culturais das mais diversas naturezas, tangíveis ou não.

A maior parte dos roteiros são elaborados tendo por base uma narrativa ligada à cultura local, com o intuito de comercializá-los. Essa identificação expressa a valorização do local que, geralmente, transforma-se em destino turístico. Dessa forma, os bens patrimoniais tornam-se recursos para o desenvolvimento. Essa exploração de elementos territoriais se enquadra em um processo de espetacularização dos lugares, verificável no mundo todo.

Neste contexto, diversos autores têm sugerido a incidência de um fenômeno recente em territórios espetacularizados: a museificação. Este termo surge em represália ao movimento exposto anteriormente e indica uma petrificação territorial, uma paralisia. Esta petrificação ou museificação, apontada por diferentes áreas da ciência, é um processo que pode ser reconhecido como territorial.

Ainda nesta discussão, a produção do imigrante no Brasil tem sido alvo de projetos culturais com mais força. A museificação das cidades brasileiras que utilizam como marca suas raízes étnicas já é uma realidade. No Estado do Espírito Santo não ocorre diferente, por ter sido palco da chegada de imigrantes Europeus, não lusitanos, no século XIX, tem hoje o remanescente desta apropriação explorado pelo mercado turístico. Também neste quadro, tem-se visualizado o surgimento de roteiros culturais na tentativa de integrá-los na lógica de espetacularização dos territórios.

Esta possível vinculação, entre a museificação e os roteiros culturais, instiga a análise realizada neste trabalho. Além disso, a incidência do termo em estudos contemporâneos desperta o interesse de o entender com maior profundidade, conceitual e fisicamente. É importante destacar, antes de tudo, que o termo museificação é entendido, neste trabalho, como o mais apropriado para a discussão pretendida. Tal afirmação é realizada uma vez que outro termo se apresenta como

seu possível sinônimo: a musealização. Esta, identificada aqui como uma ação própria da atividade museológica – institucionalizada - não é intencionalmente pesquisada neste trabalho. Tal escolha não indica uma caracterização totalizante dos dois termos, mas, sim, revela uma diretriz estabelecida pela pesquisa, um partido conceitual. Dessa forma, parte-se da ideia de que a museificação se expressa mais propriamente no sentido que se deseja abordar, sentido crítico, de como o território é incorporado no processo de petrificação. Portanto, por princípio, não significa estar a petrificação e transformações mais positivas ou mais negativas excluídas em processos de musealização.

Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo principal entender o fenômeno da museificação territorial à luz de um roteiro cultural. Diante disso, a hipótese deste trabalho é de que é possível entender a museificação a partir dessa perspectiva. Para isto, há necessidade de:

- Definir a museificação territorial com base no estudo da museificação e do território;
- Conhecer a incidência dos roteiros culturais no mundo contemporâneo;
- Entender a museificação territorial por meio de experimento conceitual em um roteiro cultural.

Visando atender aos objetivos acima apresentados, utiliza-se o método qualitativo, mais especificamente o estudo de caso. Este método é o que se detém ao objeto, no intuito de conhecê-lo profundamente, por meio de descrição, e é muito utilizado nas ciências sociais. Os estudos de caso são um dos integrantes do conjunto dos métodos qualitativos e, também, um dos mais utilizados no ramo do urbanismo e da arquitetura. Neste método, procura-se esgotar os conhecimentos sobre determinado exemplar. Para isso, o estudo é delimitado pelos objetivos, de forma a alcançar a proposição pretendida.

Visando entender o fenômeno da museificação territorial, por meio de um roteiro cultural, estuda-se o caso do Circuito Caravaggio, em Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo – Brasil. Criado em 2008 pela iniciativa privada e administrado hoje em parceria com o poder público, este roteiro possui como temática principal a cultura remanescente do imigrante italiano colonizador do território em questão. Essa herança vem sendo explorada pelo turismo, por meio do roteiro e, o mesmo, tem adquirido

destaque entre tantos outros que estão vinculados a mesma história no Estado. Totalizando, aproximadamente quatorze quilômetros, o Circuito Caravaggio conta com vinte e três atrativos, todos estes situados ao longo da estrada que liga a cidade Santa Teresa à Capela do Caravaggio, inserida no topo do vale, hoje de mesmo nome. Também reúne elementos culturais, naturais e comerciais na sua constituição.

Santa Teresa é município originado da ocupação do interior do Estado do Espírito Santo por imigrantes. Esta colonização ocorre no século XIX por meio da ocupação de extensas áreas até então inexploradas, diante do bloqueio desenvolvimentista aplicado pelo comando português. Desde então, diversas levas de imigrantes são direcionadas a regiões da Província do Espírito Santo, estabelecidas em núcleos de colonização, urbanos e rurais. Em Santa Teresa, nome dado ao primeiro núcleo urbano criado no território da Colônia de Tymbui, ocorre a instalação de imigrantes Italianos – nacionalidade mais presente nos grupos que aí chegam.

No período citado, a presença de imigrantes no território do Espírito Santo possibilita a constituição de padrões culturais constituídos pela integração de modos de vida entre imigrantes e locais. Esta particularidade é reconhecível em atividades e manifestações, cotidianas ou esporádicas, como festas, festivais de música, gastronomia. Em Santa Teresa, a culturalização também se manifesta por meio da estrutura física remanescente. A cidade apresenta conjunto urbano motivador de iniciativa local de solicitação de preservação da cidade como patrimônio cultural. Além disso, no interior do município, podem ser identificadas construções centenárias, produzidas por gerações de italianos, como a Igreja Nossa Senhora do Caravaggio, que dá nome ao circuito estudado.

A escolha do Circuito Caravaggio como objeto concreto para a experimentação da museificação territorial se dá pelo seu destaque entre os demais roteiros no Estado e por sua vinculação aos remanescentes físicos produzidos pelos imigrantes no Espírito Santo, unidade físico-territorial explorada pelo Laboratório de Patrimônio & Desenvolvimento – Patri_Lab, do Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, ao qual essa pesquisa se vincula.

Para alcançar os objetivos propostos, este trabalho se divide em três capítulos. O Primeiro capítulo, também subdividido em três partes, trata da museificação com base nos estudiosos que fazem referência ao fenômeno, em diferentes áreas disciplinares. Também neste capítulo, o conceito de território é estudado visando definir uma visão

da categoria mais apropriada a análise a ser realizada. Por fim, o capítulo objetiva definir a museificação, por meio de hipóteses explicativas, e criar um conceito articulado à categoria do território.

O segundo capítulo pretende apresentar os roteiros culturais e está estruturado em três itens. Em primeiro lugar, os roteiros culturais são estudados quanto a sua conceituação. Prosseguindo, pretende-se encontrar na história seu surgimento e desenvolvimento até os padrões atuais. Outra etapa pretendida é perceber como os roteiros culturais se apresentam nas estratégias de preservação patrimonial, citando exemplos como o da Unesco, com os Itinerários Culturais, e o do IPHAN, com os Roteiros Nacionais de Imigração.

No terceiro capítulo, subdivido em três níveis, é apresentado o estudo referente ao objeto concreto desta dissertação. Primeiramente, a realidade espírito-santense quanto aos roteiros culturais é apresentada e o roteiro cultural definido. O capítulo apresenta, também, informações a respeito desse objeto, alcançadas por meio de visita de reconhecimento e por pesquisa bibliográfica, em fontes primárias e secundárias. Por último, a museificação territorial é verificada no Circuito Caravaggio por meio de um experimento conceitual, objetivando formular uma possível análise da museificação manifesta através de um roteiro cultural.

1 MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL: FUNDAMENTOS DE UM CONCEITO

Neste capítulo, tem-se como objetivo uma revisão bibliográfica dedicada ao entendimento do processo de museificação, no intuito de entender suas bases conceituais e metodológicas. Em particular, o interesse da pesquisa conceitual é a compreensão da museificação territorial, tendo em vista estabelecer parâmetros orientadores da análise empírica do objeto estudado.

1.1 A MUSEIFICAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS ABORDAGENS

A palavra *museificação* tem sido frequentemente utilizada em reflexões contemporâneas, vinculadas aos mais diversos campos disciplinares. Trata-se de uma concepção, ainda, pouco discutida, carece de clareza epistemológica e necessita de maior esforço nesse sentido para estabelecimento de suas bases conceituais. Este trabalho reúne algumas das discussões em torno do termo e expõe as concepções de seus utilizadores com fins de melhor compreendê-lo. Entretanto, não se tem o pretexto de concluir o trabalho de conceituação, e sim, estabelecer alicerces, a partir dos textos analisados, indo ao encontro dos objetivos deste trabalho, de análise territorial em rota cuja temática é o imigrante.

Antes de tudo, cabe uma diferenciação entre o termo museificação e musealização que se apresentam, desde o início desta pesquisa, como termos aparentemente sinônimos, mas que, entretanto, não são. Musealização é, conforme Jefferson Jaramillo Marín e Carlos Del Cairo (2013), em *Los dilemas de la museificación. Reflexiones en torno a dos iniciativas estatales de construcción de memoria colectiva em Colombia*, um termo já estabelecido epistemologicamente, entendido como o ato de se inserir um determinado objeto dentro do Museu, este enquanto instituição museológica. Portanto, não é este o termo central desta pesquisa, já que a museificação ocorre nos mais variados contextos, não se restringindo, necessariamente, a atividade institucional. Ao longo do texto, a partir da visão dos autores, aqui representados, essa diferença torna-se mais clara.

Iniciando a reflexão com relação ao conceito de museificação, Ethel Pinheiro e Cristiane Duarte, em *Esquecimento e reconstrução-Memória e experiência na arquitetura da cidade*, afirmam:

De forma paradoxal, é justamente a museificação das cidades que tem tornado monumentos cada vez mais cristalizados, inclusive a própria idéia de monumento na contemporaneidade. Com a instituição de elementos e centros específicos para o contemplar e o “admirar”, os edifícios e estruturas urbanas, fadados a esta função eterna, perdem o direito “civil” de articularem-se com os diversos significados produzidos pelas mudanças inevitáveis em qualquer cenário ambiental (PINHEIRO e DUARTE, 2008, p.83).

Paola Berenstein Jacques, em sua obra *Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?*, ao se referir ao patrimônio cultural urbano, considera a museificação como a transformação da cidade, “ou de seus centros ou monumentos ditos históricos”, em museu (JACQUES, 2008, p.32). A museificação causaria um congelamento, uma petrificação do espaço urbano, sendo gerada pela condição pós-moderna de conferir importância às culturas existentes. Essa preocupação, exacerbada, preconizaria a petrificação da cidade, especificamente os seus centros históricos, “provocando tanto uma museificação e patrimonialização quanto o surgimento da cidade-parque-temático e da disneylandização urbana” (JACQUES, 2008, p.33).

Para a autora, a museificação é umas das típicas facetas da cidade espetáculo. A efetivação do processo de museificação, muitas vezes, marca o início do processo de espetacularização das cidades, “tendo em vista uma revitalização urbana que possibilitaria uma efetiva inserção dentro de uma competitiva rede global de cidades ditas culturais ou turísticas” (JACQUES, 2008, p.32). Neste sentido, a cidade é entendida como uma mercadoria e transformada em uma marca; assim, como um produto qualquer, uma marca que a destaque entre as demais. O que tem acontecido é a utilização de componentes, reconhecidos como culturais, para promoção da cidade. Esses componentes são massivamente explorados, formando “ambientes culturais”, no intuito de torná-los “consumíveis” para um público de turistas cada vez mais exigentes (JACQUES, 2008).

Sobre as consequências desta exploração, Paola Berenstein Jacques, no texto *Espetacularização urbana contemporânea*, afirma:

A memória da cultura local – que deveria ser preservada - se perde, e em seu lugar são criados grandes cenários para turistas. Na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardião das tradições culturais, é expulsa do local da intervenção, pelo processo de gentrificação (JACQUES, 2004, p.24).

Paola Berenstein Jacques, ao prefaciар a obra *Espelho das Cidades*, de autoria de Henry-Pierre Jeudy, revela que essa espetacularização é visível em várias cidades do mundo; assim como, hoje, a museificação é um processo mundializado. Para a autora,

“Seria um processo de ‘museificação’ urbana em escala global: e os turistas acabam visitando as cidades do mundo todo como se visitassem um único e grande museu” (JACQUES, In JEUDY, 2005, p.10). Jacques cita, ainda, o processo de museificação, ao se referir ao patrimônio cultural urbano, inserindo-o em um nicho de transformações que tem como premissa uma concepção estática da cidade. Esta seria “[...] uma crítica a ‘museificação’ das cidades, principalmente à transformação das cidades em espetáculos urbanos estáticos e não participativos” (JACQUES, 2008, p.38).

Ou seja, quanto mais espetacular forem as intervenções urbanísticas nos processos de revitalização urbana, menor será a participação da população nesses processos e vice-versa. Mas essa equação não é absoluta, variações na proporção de espetacularização também podem ocorrer: quanto mais passivo (menos participativo) for o espetáculo, mais a cidade se torna um cenário, e o cidadão um mero figurante; e no sentido inverso, quanto mais ativo for o espetáculo - que no limite deixa de ser um espetáculo no sentido debordiano -, mais a cidade se torna palco e o cidadão, um ator protagonista ao invés de mero espectador (JACQUES, 2004, p.26).

Ao tratar da concepção japonesa do patrimônio¹ na qual as tradições são vivas, porque presentes no cotidiano social, Jacques expõe a situação europeia como um contraponto, tendo em vista a recorrência das ações preservacionistas. Neste contexto, assinala a “atual museificação e petrificação das cidades europeias, que chegam a ser consideradas como cidades mortas” (JACQUES, In JEUDY, 2005, p.11). Nesta circunstância, aproxima a questão patrimonial da museificação, utilizando o termo “patrimonialização” como seu sinônimo. Jacques ainda pontua ser a palavra museificação diversa de “musealização”; sendo a musealização o surgimento ou criação intencional de museus na cidade, e a museificação a transformação da cidade em um museu (JACQUES, 2008).

Essa musealização, citada por Jacques (2008), também é analisada por Andreas Huyssen (2000), em *Seduzidos pela memória*. O autor afirma ser cada vez mais forte

¹ Henri-Pierre Jeudy, em *Espelho das cidades*, afirma que o termo “patrimônio” inexistia na língua japonesa. O autor explica que os japoneses são levados a pensar no que seria o “patrimônio” por simples pressão do ocidente. O ato de sacralizar um determinado bem, no intuito de salvaguardá-lo, como símbolo patrimonial, não faz sentido para o oriental, pois vários bens já são considerados sagrados. O que se identifica, a partir de uma visão ocidental, é que o religioso está presente no cotidiano da sociedade japonesa de forma a manter viva a identidade local, esta não está ameaçada pelas transformações geradas a partir da globalização, não sendo necessária sua salvaguarda. O que acontece no Japão é a utilização do patrimônio como um “modelo pronto”. Para o autor: “A sociedade japonesa não teria ela mesma necessidade de refletir em sua própria construção patrimonial. Contentar-se-ia em responder a um ‘dever patrimonial’ que passou a adquirir uma dimensão universal” (JEUDY, 2005, p.21).

a obsessão pelo passado, evidenciada, por exemplo, na ampla construção de museus e memoriais. A mídia tecnológica afeta o modo de assimilação da temporalidade; e, o que se percebe, é a possibilidade de acesso simultâneo a todos os espaços e tempos possíveis. É como se os mecanismos de percepção psicológica do tempo se alterassem. Para o autor, o ser humano ainda não consegue se adaptar a essa nova estrutura de temporalidade, à velocidade de um mundo globalizado. A sociedade perde sua referencialidade e isso pode se justificar na obsolescência vivida por essa geração, evidenciada nos objetos de consumo criados a fim de gerar lucro, acarretando uma sensação de encolhimento do tempo presente. O produto desse contexto, do tempo cada vez mais curto e da falta de referencialidade, é a amnésia. Nas palavras do autor:

A minha hipótese é que, também nesta proeminência da mnemo-história, precisa-se da memória e da musealização, juntas, para construir uma proteção contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes de tempo e espaço (HUYSEN, 2000, p.28).

Jefferson Jaramillo Marín e Carlos Del Cairo, ao estudarem as iniciativas estatais de construção da memória coletiva na Colômbia, na obra *Los dilemas de la museificación. Reflexiones en torno a dos iniciativas estatales de construcción de memoria colectiva em Colombia*, identificam processos de museificação. Para os autores, a museificação é um meio de construção, legitimação e redução da memória coletiva; referindo-se, em síntese, à ações culturais ou políticas de instituições que têm por objetivo “selecionar e confinar um ‘objeto’” (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.76, tradução nossa). Esse objeto pode ser natural, cultural, como também indivíduos ou comunidades, selecionados e confinados dentro de “lógicas e retóricas que ‘petrificam’ os sentidos históricos e culturais destes objetos” (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.76, tradução nossa).

La museificación opera como un dispositivo para “petrificar” objetos, personas o comunidades a través de retóricas esencialistas, y en ese proceso emergen intensas disputas sobre la representación legítima de lo que se busca museificar. También revela tensiones alrededor de lo que significa la proyección del pasado en el presente y hacia el futuro de una comunidad o de una nación. En ese orden de ideas, consideramos que los dos casos aquí analizados –diferentes en sus características y en sus alcances– ofrecen la posibilidad de comprender y explorar más ampliamente las tensiones que depara la museificación² (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.88).

² A museificação opera como um dispositivo para “petrificar” objetos, pessoas ou comunidades por meio de retóricas essencialistas, e nesse processo emergem intensas disputas sobre a representação legítima do que se busca museificar. Também revela tensões em torno do que significa a proteção do

Para Marín e Del Cairo (2013), as ações que provocam museificação podem ser políticas, sociais e culturais. Estas são exercidas dentro do estado, de uma comunidade ou sociedade, ensejando a petrificação ou a mumificação de um objeto. Este ato remove o artefato de seu contexto e de suas referências históricas, transformando-o em “reminiscências exóticas do passado” (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.77, tradução nossa). Assim, os objetos são exotizados e desistorizados com o objetivo de os tornar funcionais dentro de uma lógica específica de memória coletiva. Os autores revelam ser a museificação instrumentalizadora da musealização, entendida aqui como a atividade própria dos museus com função de inserir um objeto dentro de um contexto cultural.

A museificação, como já dito, omite as referências contextuais do objeto, estetizando-o, de forma a expor a peça como um objeto “bem desenhado” ao ponto de causar fascínio no expectador. No caso estudado, sobre a política nacional de preservação da memória na Colômbia, os autores chegam a afirmar que a museificação neutraliza os discursos com relação às políticas de memória, sejam elas locais, regionais ou nacionais; assim como também inibe os questionamentos a respeito dos grupos representados por essas políticas.

Buscando melhor entender a museificação, os autores Marín e Del Cairo (2013), estudam dois casos colombianos em que a problemática é notada. São eles: o caso controverso da toalha de Tirofijo e as comunidades indígenas da selva do sul da Colômbia.

No que diz respeito ao primeiro caso, em 2001 é proposta integração da Toalha do guerrilheiro Manuel Marulanda Vélez (Tirofijo) às coleções do Museu Nacional da Colômbia, diante da intenção de construção da história recente do País pelo museu (Figura 1). A toalha marca a figura do líder, já que o mesmo sempre a mantinha sobre os ombros, representando, assim, um símbolo da guerrilha ocorrida na nação. A inserção da toalha no museu colombiano gera polêmica já que Marulanda, líder máximo nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), é considerado distintamente pela população. Críticas fervorosas foram realizadas, como a acusação

passado no presente e para o futuro de uma comunidade ou de uma nação. Nesse sentido, consideramos que os dois casos aqui analisados – diferentes em suas características e em suas abrangências – oferecem a possibilidade de compreender e explorar mais amplamente as tensões que depara a museificação. (tradução nossa)

de apologia ao terrorismo, diante da possibilidade de legitimação do movimento por meio do emblema exposto (MARÍN E DEL CAIRO, 2013).

Figura 1 – (a) Marulanda e sua toalha; (b) Os últimos nômades verdes



(a)

(b)

Fonte: (a) <<http://noticias.latam.msn.com/co/especiales/proceso-de-paz/>> apud Marín e Del Cairo (2013); (b) El Tiempo [Bogotá], abril de 1988 apud Marín e Del Cairo (2013).

Os autores, Marín e Del Cairo (2013), ao problematizar o caso da inserção no museu nacional da “toalha de Tirofijo”, objeto pertencente ao líder revolucionário, concluem ter havido uma museificação política e moral. Esta museificação é notória quando o estado seleciona um objeto e exclui outros, no intuito de compor a história nacional. O fato gera tensões, já que, neste caso, trata-se de um líder polêmico, e a população se divide diante da aceitação ou da recusa em rememorar tal líder (MARÍN e DEL CAIRO, 2013).

O outro caso, estudado pelos autores, é o da preservação de territórios indígenas segundo os princípios adotados em ‘eco museus’, na Colômbia. Nessas áreas, o controle estatal do território dos indígenas reforça um papel ecológico desses povos contidos na selva amazônica, em áreas protegidas. Este papel, em parte, advém de uma visão midiática de que essas tribos guardam aspectos fortes dos tempos iniciais da humanidade. Exemplo disso, a tribo de índios nukak-makú tem sua descoberta noticiada nos meios de comunicação em 1988. A tribo é exibida com um modelo de vida peculiar, próprio da idade da pedra, ao revelar hábitos como o nudismo e o nomadismo. Não só pela mídia, mas também pelo poder público, esta visão do indígena como um “bom selvagem”, é reforçada pelo governo quando o mesmo cria,

na década de 1980, áreas indígenas de preservação (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.86).

Outra questão com relação aos indígenas colombianos é que são reconhecidos como capazes de lidar com a natureza de maneira sustentável, por possuírem conhecimentos milenares a respeito do ambiente, em detrimento de um uso que se insere na lógica capitalista que tende a consumir e degradar o planeta. É aí, também, que o estado alimenta uma retórica ao restringir essas áreas amazônicas ao uso restrito dos indígenas e protegendo-as de forma equivalente a ecomuseus.

Para Marín e Del Cairo (2013), ocorre nestes espaços salvaguardados uma museificação retórica das identidades étnicas. Elas são exaltadas a partir da preservação de valores indígenas, de forma a construir a memória coletiva do país. Essa salvaguarda provoca um “dever ser” na comunidade dos indígenas que os retira das trocas culturais, e seu fluxo histórico livre, comuns a qualquer sociedade. A museificação é retórica porque se refere às narrativas referidas a essas comunidades acerca do passado e do presente, ação esta liderada por instituições públicas.

Estas retóricas fabrican, posicionan y legitiman unas formas de sobreescenificación de las piezas de museo o la diferencia cultural, y por supuesto, expresan las enormes tensiones y disputas que existen entre diversos sectores alrededor de la representación de un “deber ser” nacional³ (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.80).

A problemática das reservas indígenas, nos moldes dos ecomuseus é que limita a vida dessas populações a um desenvolvimento por fora dos contextos históricos, sociais, políticos e culturais. Trata-se de percepções museificadas dessas sociedades, sua essencialização e petrificação. A estratégia de salvaguarda, baseada na preservação dos conhecimentos ancestrais, confina os indígenas em retóricas, em “padrões culturais ancestrais que se percebem como uma projeção pura do passado no presente”, uma replicação do passado no presente (MARÍN e DEL CAIRO, 2013, p.87, tradução nossa). É como se fosse possível deter o tempo, e, assim, os territórios dos indígenas, por fim, serem convertidos em eco museus, com a finalidade de atrair turistas para conhecer o vivo, um conhecer até então recluso à instituição museu.

³ Estas retóricas fabricam, posicionam e legitimam algumas formas de sobredramatização das peças de museu ou da diferença cultural, e certamente, expressam as enormes tensões e disputas que existem entre os diversos setores em torno da representação de uma “dever ser” nacional. (tradução nossa)

En ese sentido, consideramos que en la base de esta concepción de lo étnico (esencializado, museificado y periférico) hay intereses convergentes por mercantilizar las memorias étnicas al servicio de ciertas estéticas esencialistas de la diversidad⁴ (MARÍN, 2013, p.88).

A museificação, como revelam os autores Marín e Del Cairo (2013), é recente e integra processos que têm como intuito de salvaguardar certas percepções do passado e futuro que se deseja preservar e expor. Em uma nação, esse processo pode ocorrer das formas mais variadas, essencializando comunidades e/ou moralizando objetos. Os autores, ainda, entendem que aprofundar a compreensão dos tipos de museificação pode apontar para o entendimento das formas de construção e sedimentação da memória coletiva.

Ana Lúcia Siaines de Castro, ao discorrer sobre a museificação de memórias, em *Memórias clandestinas e sua museificação: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional*, revela que o objeto museal se transforma em processo social quando é representado em ilustração, cenário ou representação de um acontecimento específico. Numa perspectiva crítica, para a autora, essa transformação, do objeto em processo social, acontece “como se pudesse dar conta de todas as etapas e vinculações que o foram e o singularizaram” (CASTRO, 2002, p.107). Quando a memória é museificada, há um aprisionamento do contexto ao qual o objeto está ligado, deslocando-o de sua temporalidade, projetando o objeto no passado. Este objeto, ganha estatuto de patrimônio quando entra na lógica do museu, passa, assim, a ser um objeto sacralizado.

A interferência provocada pelo objeto no terreno social não se limita à sua função identitária. Sobretudo é investido da missão de testemunho, de não desaparecer, reconduzido à dimensão de relato, de história. Ao objeto social, museificado, é acrescida a instância de documento, categoria de signo na extensão da temporalidade histórica e na recuperação da memória coletiva (CASTRO, 2002, p.109).

[...]

A pedagogia do discurso museológico infiltra-se na reverência ao patrimônio público e estende-se no espaço silencioso da memória museificada. Um discurso taticamente sintético e obscuro, no qual a história se desconstrói em metáforas e metonímias, pode romper com o estímulo da provocação sensorial e ser envolvido por silêncio ritualizado (CASTRO, 2002, p.111).

Vasco Emanuel Machado Pinto da Silva, quando estuda as estratégias de salvaguarda dos remanescentes industriais na obra *Revolução (des) industrial:*

⁴ Nesse sentido, consideramos que na base desta concepção do étnico (essencializado, museificado e periférico) há interesses convergentes no intuito de mercantilizar as memórias étnicas a serviço de certas estéticas essencialistas da diversidade. (tradução nossa)

museificar, reutilizar e converter, indica ser a museificação amplamente utilizada nos projetos que envolvem o patrimônio cultural. Silva (2009) revela que historiadores, museólogos e arquitetos têm utilizado a palavra museificação nas discussões patrimoniais com certa frequência. Ele lembra a fala do arquiteto Pedro Bandeira, diante do projeto “Concurso de Ideias para reabilitação da Rua da Sofia”, em Coimbra, reafirmando a recorrência do termo museificação: “hoje, vemos uma tendência para museificar/mumificar esse mesmo património, quase sempre na expectativa de o vender num postal turístico” (BANDEIRA, 2016).

Silva (2009) identifica a museificação como uma forma de salvaguarda do patrimônio, que adquire diferentes perspectivas ao longo do tempo e dos lugares. A museificação é uma opção de intervenção que cristaliza uma imagem, gera um ícone, e que nem sempre revitaliza o espaço. “A museificação olha para a ‘ruína’ industrial, como um relicário cultural, imagético. Este conceito de conservação apresenta-se como uma ‘fotografia’” (SILVA, 2009, p.40). E, geralmente, está relacionada a outros conteúdos programáticos, dentre eles a museologia, onde é entendida como uma boa maneira de impedir a degradação do patrimônio cultural. A museificação, muitas vezes, está associada a outros programas como a requalificação urbana, por exemplo. Normalmente ela não ocorre isolada.

Ao estudar dois casos de preservação do patrimônio industrial, o Parque das Nações (Lisboa) e a zona de intervenção da IBA Emscher Park (Ruhr, Alemanha), Silva (2009) revela que a museificação ocorre nos dois casos. Estes projetos são formulados para exposições internacionais, ocupando zonas urbanas com edifícios e espaços industriais degradados e obsoletos, entre outras intervenções.

Conforme Silva (2009), o Parque das Nações é uma localidade de Lisboa, em Portugal, que se origina de um projeto de renovação efetuado, em 1998, por meio de uma Exposição Internacional. A área correspondente ao Parque, antes da exposição, é marcada por uma paisagem degradada advinda da obsolescência industrial vivenciada pela localidade. O projeto, então, com o objetivo não só de conceber a exposição, tem, também, como fundamento uma reurbanização local de forma a vitalizar a área de intervenção e dar uma nova centralidade à cidade pós-evento.

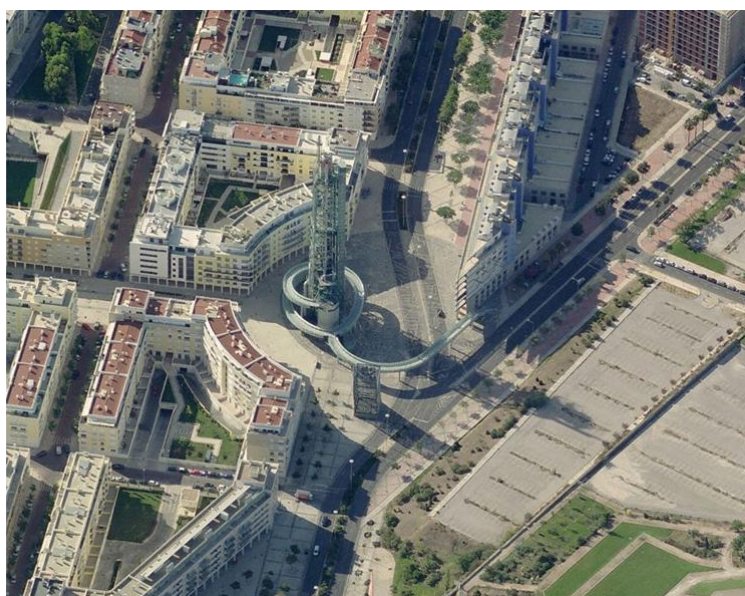
Ao observar a apropriação de elementos do passado no projeto da Exposição, Silva (2009) apresenta a recuperação da chaminé da Petrogal, que pertence ao passado industrial da cidade, como exemplo de museificação. O projeto de recuperação é

realizado por Manuel Graça Dias e Egas José Vieira que dão ao mesmo um caráter cênico ao projetarem uma rampa que emoldura a chaminé (Figura 2). A torre marca um dos acessos ao evento e, além disso, simboliza o passado industrial local. A rampa que envolve a torre é iluminada à noite reforçando o papel cênico/simbólico da chaminé, ela é construída para dar acesso à cobertura do catalizador da chaminé, servindo de travessia para os pedestres e marcar a entrada sul do evento ao se constituir em um arco.

Figura 2 – (a) Chaminé da Petrogal; (b) Foto aérea da Chaminé



(a)



(b)

Fonte: Silva (2009).

Sobre o projeto *Internacional Building Exhibition (IBA) Emscher Park*, Silva (2009) revela que seu lançamento, em 1988, tem como objetivo estimular a economia de Ruhr, localidade da Alemanha. A área, por causa de anos de ocupação industrial, apresenta território degradado, contando com problemas sociais e ecológicos. A IBA é responsável por produzir concursos internacionais de arquitetura com propósito de dar solução às problemáticas da cidade e, no caso de Ruhr, o projeto realizado para a exposição compreendia um extenso território, envolvendo dezessete cidades. Entre as premissas do projeto está à conservação de edificações industriais antigas, de forma a criar monumentos. Esses edifícios industriais passam a desempenhar importante papel simbólico já que marcam a paisagem local, revelando a identidade industrial do passado.

O IBA, em Ruhr, engloba 120 projetos de intervenção em edifícios. Dentre os projetos apresentados, Silva (2009) analisa alguns, entre eles, o Gasómetro de Oberhausen. Anteriormente a restauração, o gasômetro apresenta-se desocupado, sendo o maior na Europa. A proposta para este elemento contempla o estabelecimento de exposição em seu interior, este fato proporciona sua transformação em um grande centro de atrações comerciais e culturais. Sua função, além de museográfica, reafirma a identidade industrial local, ao se estabelecer como um monumento na cidade (Figura 3).

Figura 3 – (a) Gasómetro de Oberhausen; (b) Edifícios da Zeche Zollverein



(a)



(b)

Fonte: Silva (2009).

Outro exemplo apresentado por Silva (2009) são os edifícios de Zeche Zollverein, uma antiga mina de carvão localizada em Essen. Eles constituem um rico exemplar da arquitetura modernista e da influência da escola Bauhaus, cujas referências se apresentam em vários elementos, inclusive no mobiliário. O projeto transforma o edifício, sob ameaça de demolição, em um centro cultural para Essen, contando com teatro, ateliers, espaços expositivos e um centro de design.

Conforme Silva (2009), além dos projetos de recuperação dos edifícios industriais, surge juntamente ao IBA Emscher Park o Emscher Landscape Park, um conjunto de doze parques verdes (Figura 4). Estes parques são dotados de rotas turísticas, criadas no intuito de dar ênfase aos monumentos industriais, remanescentes do passado industrial. Trata-se de edificações abandonadas e degradadas que compõem as rotas

nominadas como “Natureza industrial e Natureza cultural” (SILVA, p.60, tradução nossa).

Figura 4 – Parques verdes de Ruhr, com destaque às estruturas industriais



Fonte: Silva (2009).

Ao estudar dois casos de preservação do patrimônio industrial, o Parque das Nações (Lisboa) e a zona de intervenção da IBA Emscher Park (Ruhr, Alemanha), Silva (2009) revela que a museificação ocorre nos dois casos. No primeiro, observa-se a museificação em apenas um edifício, uma antiga chaminé, e, no segundo, em um conjunto de elementos.

Silva (2009) afirma, ainda, que as intervenções museificadoras de elementos industriais causam consequências positivas e negativas na região onde se detiveram. Ao analisar o Parque das Nações, a autora identifica o atendimento aos objetivos de projeto, ao superar o abandono e criar uma nova centralidade na cidade. A chaminé, a única reminiscência do passado industrial conservada, desempenha um papel de memorial, como ícone da era industrial vivenciada naquela localidade. Porém, a intervenção realizada, e que “abraça” a chaminé, uma passarela escultórica, não é utilizada como o idealizado. O programa pensado para a área não é funcional e a intervenção não dialoga com seu entorno.

Com relação ao IBA Emscher Park, Silva (2009, p.62) aponta como consequências:

Ao nível antropológico, permitiu às populações locais continuar a viver e a trabalhar na região onde haviam crescido, estando intimamente ligadas aos locais de trabalho que grande parte dos seus ancestrais haviam antes explorado.

A sua utilidade como fixador de população e de riqueza é inegável.

Arquitectonicamente, permitiu conservar e valorizar o património industrial existente. Dando-lhe novas funções, aplicando novos programas, museificando e cristalizando imagens industriais. Permitiu não só recuperar como criar novos programas e novos projectos de grande qualidade

integrando-os numa rede que por si só já era extremamente rica historicamente.

O projeto do IBA Emescher Park preserva boa parte dos ambientes industriais, relacionando-os a programas culturais, habitacionais e comerciais. A exposição não substitui os elementos, mas parte desses para realizar o evento. Dessa forma, o espaço do projeto, na sua totalidade, é identificado como patrimônio. Nesta perspectiva projetual, a museificação é o resultado de intervenções direcionadas à preservação de reminiscências de um passado industrial (SILVA, 2009).

Ana Cristina Guilhotti discursa sobre a museificação quando estuda as representações da América Colonial por meio de imagens, na obra *A imagem visual- Descoberta, conquista e museificação da América (séculos XVI e XVII)*. A autora analisa a pintura de Van Kessel, América (Figura 5), datada de 1666, que compõe um conjunto de obras de estilo comum à época, em que se representa alegoricamente todas as partes do mundo, neste caso, a do continente recentemente descoberto. A obra reúne elementos, exóticos ao europeu, de forma apresentar plenamente a vida na América, trazendo a flora, a fauna, os seres humanos, novos e velhos, seus modos de vida e objetos de uso. Esta representação, conforme Guilhotti (1992, p.35), é realizada com fins de catalogar os elementos:

[...] para serem apreciados, guardados, inventariados e, mais tarde estudados. Encerrados em salas de habitações principescas, estes referenciais irão impor-se como padrões, estereótipos, dos elementos constitutivos do Novo Mundo, no momento de seu descobrimento.

Guilhotti (1992) identifica no quadro uma representação cristalizada da América, quando Van Kessel propõe representá-la de maneira completa, como se fosse possível reconhecer sua totalidade dessa forma. Para a autora se trata de uma imagem museificada, onde o novo mundo está em sua totalidade, alegoricamente representado dentro de um gabinete de curiosidades.

Figura 5 – Americque, óleo sobre tela de Jan Van Kessel, Antuérpia, 1666



Fonte: Jhna (2016).

Ainda sobre a museificação, Giorgio Agamben, em seu trabalho *Profanaciones*, relata:

La imposibilidad de usar tiene su lugar típico en el Museo. La museificación del mundo es hoy un hecho consumado. Una después de la otra, progresivamente, las potencias espirituales que definían la vida de los hombres -el arte, la religión, la filosofía, la idea de naturaleza, hasta la políticase han retirado dócilmente una a una dentro del Museo. Museo no designa aquí un lugar o un espacio físico determinado, sino la dimensión separada en la cual se transfiere aquello que en un mamenro era percibido como verdadero y decisivo, pero ya no lo es más. El Museo puede coincidir, en este sentido, con una ciudad entera (Évora, Venecia, declaradas por esto patrimonio de la humanidad), con una región (declarada parque u oasis natural) y hasta con un grupo de individuos (en cuanto representan una forma de vida ya desaparecida). Pero, más en general, todo puede convertirse hoy en Museo, porque este término nombra simplemente la exposición de una imposibilidad de usar, de habitar, de hacer experiencia⁵ (AGAMBEN, 2005, p. 109).

⁵ A impossibilidade de usar tem seu lugar típico no Museu. A museificação do mundo é hoje um fato consumado. Uma depois da outra, progressivamente, as potencias espirituais que definiam a vida dos homens – a arte, a religião, a filosofia, a ideia de natureza, até a política saíram docilmente uma a uma de dentro do Museu. Museu não designa aqui p lugar ou um espaço físico determinado, mas a dimensão separada na qual se transfere aquilo que em um momento era percebido como verdadeiro e decisivo, mas já não o é mais. O Museu pode coincidir, neste sentido, com uma cidade inteira (Évora, Veneza, declaradas por isto patrimônio da humanidade), com uma região (declarada parque ou oásis natural) e até com um grupo de indivíduos (enquanto representam uma forma de vida já desaparecida). Porém, mais em geral, tudo pode converter-se hoje em Museu, porque este termo nomeia

Pelas palavras do autor, é possível identificar uma espécie de museificação do mundo, quando tudo, hoje, pode tornar-se objeto de museu. Esse fato, para Agamben (2005), ocorre pela perda da funcionalidade de determinado objeto, das mais variadas características. Na visão do autor, o museu pode não se restringir somente a um espaço físico, podendo abranger uma cidade e até mesmo uma região, se pensarmos nos locais salvaguardados pelas instituições patrimoniais.

Françoise Choay, em *O patrimônio em questão: antologia para um combate*, revela uma possível origem para a tendência atual de museificação: “Ora, vimos que as <<antiguidades>>, uma vez promovidas a <<monumentos históricos>>, foram objecto de uma protecção institucional, que tende à museificação e que é, agora, globalmente transferida para o <<patrimônio>>” (CHOAY, 2010, p.44).

A autora afirma existirem ao menos dois aspectos que explicam esse fenômeno, quais sejam a “cultura de massas” e a “comercialização do patrimônio edificado”. O primeiro aspecto diz respeito à utilização dos bens culturais com viés econômico, provocando uma “satisfação cultural imediata”, que, no entanto, revela-se completamente dissociada da essência e até mesmo da intenção intrínsecas do bem, trazendo experiência superficial entre a pessoa e a história. Já no segundo aspecto, enfatiza-se a mundialização dos bens patrimoniais, que tem transformado, sobretudo pela classe política, o valor histórico dos bens em rubricas de dinheiro. Não há limites para essa busca, e tampouco há preocupação com a superficialidade da experiência, desde que aquele que visita os locais demarcados, contribua financeiramente. Daí surgem inclusive as mais diversas práticas, que não vislumbram o prejuízo à verdade, produzindo flagrantemente falsos históricos, a exemplo da China, onde uma cidade destruída completamente por um sismo é reconstruída com aspectos originais, e esvaziada dos moradores nativos, transformando-se em um verdadeiro “museu a céu aberto”; com o objetivo único de arrecadar dinheiro com o turismo (Figura 6).

Figura 6 – Old Town em Lijiang, China



Fonte: Unesco (2016b).

Para Choay (2010), a população mundial, talvez sem tanto se dar conta, não trabalha pela construção de meios humanos que possam manter o controle sobre a tecnologia, em tempos de seu avanço avassalador. As expectativas quanto ao futuro não são promissoras em face de um mundo completamente tecnicizado, e um ser humano pouco evoluído em sua consciência histórica.

Urpi Montoya Uriarte (2012), na obra *O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico*, discute a museificação quando estuda o Pelourinho, em Salvador, Bahia, no Brasil. Para ele, o local é um exemplo de espaço museificado, ao ser transformado num típico “lugar de memória”, que tem por consequência o congelamento. Este congelamento se dá a partir da obsessão pela conservação das produções do passado, ou por uma inflação patrimonial como dito por Choay (2010), que tem impulsionado o surgimento desses lugares ditos “de memória”, que são “congelados”, “petrificados”.

Seguindo a lógica do atual e imperante “dever patrimonial” (JEUDY, 2008), sua salvaguarda justificou que esse espaço deixasse de ser vivido, praticado e significado pela sua população residente e seus usuários externos para se tornar o que Nora (1997) batizou como “lugares de memória”, isto é, lugares que fixam um estado de coisas, que param nele o tempo, que congelam e museificam (URIARTE, 2012, p.17).

Conforme Uriarte (2012), o Pelourinho tem origem no passado colonial brasileiro e boa parte das suas edificações remanescentes são erguidas entre os séculos XVI e XVIII, período de grande desenvolvimento econômico. Desde o século XIX o local sofre com a emigração de moradores em direção aos arredores da cidade de Salvador. Tal fato faz com que o bairro, na década de 1960, apresente sinais de degradação e ocupação de uma classe com renda baixa. Na década de 1970, o bairro vivencia um movimento musical, pautado na identidade negra, de forte representatividade e vinculação local. A localidade é marcada, desde então, por uma população em sua maioria negra, pobre, atraída, também, pelos baixos valores de aluguéis, mesmo que em condições insalubres.

Em 1993 o Pelourinho recebe um projeto de recuperação, realizado pelo Governo do Estado da Bahia, muito criticado pelo radicalismo em que foi estabelecido. A área, reconhecida como patrimônio da Humanidade em 1935, passa por intervenção cuja premissa é modificar os usos e retirar a população habitante dos casarios. Dessa forma, ocorre uma verdadeira “expulsão” dos moradores, incentivada por uma baixa indenização fomentadora da saída dos edifícios. Essas edificações são concedidas a comerciantes, com fins de transformá-las em restaurantes, lojas, ateliês, entre outros estabelecimentos voltados ao consumo turístico. Além da restauração, as fachadas das edificações são pintadas com cores diversas e diferentes das utilizadas no período colonial, produzindo um falso histórico. O projeto modifica a dinâmica existente para criar um lugar voltado ao ócio e a diversão de seus visitantes em detrimento dos que habitavam e compunham a identidade local anterior (URIARTE, 2012).

Este conjunto de circunstâncias acarreta o que Uriarte (2012) chama de congelamento, quando o pelourinho é transformado em um cenário – usurpado de sua vida comum e cotidiana – se transformando em um espaço de apreciação, um cenário para o espetáculo turístico (Figura 7).

Figura 7 – Fotografia do Pelourinho, Salvador (BA)



Fonte: Arquivo Pessoal (2015).

Tal congelamento, citado por Uriarte, se refere às origens do local e, no caso do Pelourinho, ao passado colonial, ao estilo barroco e à cultura portuguesa. “Museifica-se, portanto, uma parte de uma época, uma classe e um estilo” (URIARTE, 2012, p. 18). É a seleção, pelos órgãos patrimoniais, de estilos, práticas, tidos como herança de um tempo passado e a desconsideração do presente, de suas problemáticas, descontextualizados. Esses lugares passam a ser consumidos por um público externo, turistas em busca de atração cultural.

A política de salvaguarda do patrimônio seleciona a herança de uma classe (arquitetura), de um estilo (barroco) e de um tempo muito antigo (a prosperidade dos séculos XVI ao XVIII) e, ao mesmo tempo, elege (através da recentemente extinta Secretaria de Turismo e Cultura) alguns exemplares descontextualizados da “cultura baiana”, compondo a imagem de um lugar supostamente “típico” da “baianidade”. Finalmente, essa política efetua uma terceira escolha: apenas certos ritmos são subvencionados pelo Estado para “animar” o local, tornando-o atraente para aqueles que procuram entretenimento (URIARTE, 2012, p.18).

André Desvallées e François Mairesse (2013), no texto *Conceitos-chave de Museologia*, apontam que a musealização, em sua concepção comum, é entendida como a transformação de algo em museu. De modo mais geral, é a transformação de um centro de vida, até mesmo um sítio natural, em um museu. Nesse caso, porém, aplica-se mais a palavra “patrimonialização”, que representa a preservação de um lugar ou objeto em museu fora do contexto museológico. Para os autores, a museificação é entendida como um neologismo, uma derivação da palavra musealização. “O neologismo ‘museificação’ traduz a ideia pejorativa da ‘petrificação’ (ou mumificação) de um lugar vivo, que pode resultar de um processo, e encontrado em diversas críticas ligadas à ideia de ‘musealização do mundo’” (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2013, p.57).

Françoise Choay (2001), em sua obra *A alegoria do patrimônio*, fala sobre a museificação, como sendo um processo surgido de uma visão que foi sendo formulada desde as primeiras viagens em busca de antiguidades realizadas na Europa. Conforme a autora, a museificação advém de uma perspectiva “histórica de papel museal” da cidade, entendida por cientistas, viajantes, estetas, como uma obra de arte, a ser salvaguardada da mesma maneira que os objetos de arte o são dentro do museu. A autora alerta que a cidade, dessa forma, “Tornando-se histórica, [...] perde sua historicidade” (CHOAY, 2001, p.191).

Choay (2001, p.191) explica que a cidade museificada, “colocada fora do circuito da vida”, não pode ser confundida com a cidade-museu. A primeira se refere ao entendimento de que a cidade é uma totalidade singular, como uma obra de arte; e a segunda, a cidade-museu, é um receptáculo de objetos de arte. Conforme a autora:

A cidade como entidade assimilável a um objeto de arte e comparável a uma obra de museu não deve ser confundida com a cidade museu, contendo obras de arte. A noção de cidade com obra de arte, nascida na virada do século, é vaga demais para englobar as duas concepções. Ela é, porém, no mais das vezes, caracterizada pela qualidade e pelo número de tesouros de arte, monumentos históricos com seu cenário pintado e esculpido, museus e coleções que ela, a maneira de um imenso museu a céu aberto, encerra. Por isso, a noção de cidade como obra de arte é aplicável a categorias heterogêneas de cidades, capitais e de interior, gigantes e minúsculas, transbordantes de vida ou adormecidas, e muitas vezes sem que a própria configuração desse continente seja levada em consideração (CHOAY, 2001, p.192).

Para Henri-Pierre Jeudy (2005), em sua obra *Espelho das cidades*, a museificação, na contemporaneidade, ocorre a nível mundial, devido à globalização, de tal forma que o mundo tende a se transformar em um grande museu. Para Jeudy, existe um movimento de preservação das identidades culturais, em prol da defesa da heterogeneidade, gerador da museificação do que é vivo. As estratégias preservacionistas se encaminham para a salvaguarda das etnias, com um discurso contra a extinção das diferenças culturais: “Como um valor flutuante que responde às necessidades da moda, a etnicidade permanece uma referência estável, uma vez que é a condição básica da museificação das culturas” (JEUDY, 2005, p.40). Entendidos como objetos culturais, as etnias, os ambientes naturais, entre outros, são alvo de políticas de preservação. Inclusive áreas têm sido demarcadas, constituindo reservas.

Do parque natural à reserva de índios, o princípio permanece idêntico: as etnias, assim como as espécies em vias de extinção, devem ser protegidas, a fim de que a humanidade conserve o espelho de sua própria história. A demarcação da reserva e o museu respondem a essa mesma vontade de controlar, em nome da preservação dos traços identitários, e graças à

“política patrimonial”, o que já é dado por morto mas que ameaça desaparecer. Nas antigas colônias, o reconhecimento das identidades culturais passa cada vez mais pela criação de museus que permitem expor e fazer viver uma cultura já morta (JEUDY, 2005, p.40).

Para Jeudy, o mundo assiste a uma “patrimonialização generalizada”, estimulada por meio de pesquisas em torno da questão patrimonial, tão presentes no período moderno. Assim, “Tudo concorre virtualmente para produzir um efeito de espelho salutar para a preservação da ordem simbólica de uma sociedade” (JEUDY, 2005, p.22).

O autor, ao expor as diferenças entre o entendimento do Patrimônio na Europa e no Japão, revela que, na primeira, o sentimento de perda é maior com relação às práticas do passado, diante das reconstituições realizadas, até mesmo cênicas, em que a população é inserida dentro de um contexto de encenação. “Cada vez que os habitantes de um conjunto de pequenas cidades participam da construção de um espetáculo como esse, está garantida a ‘nova encenação’ das memórias coletivas” (JEUDY, 2005, p.32).

Conforme Tatiana Caniçali Casado (2010), em *Cidade-Paisagem: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil*, a inserção das cidades no mercado de cidades turísticas, onde é necessária a criação de uma imagem/marca, em sua maioria proveniente das especificidades culturais, para atração de visitantes, promove a museificação, num sentido de “estereótipo cultural”:

A identidade cultural, dessa forma, é cada vez mais tratada como simulacro, como imagem a ser estabilizada e museificada em um estereótipo cultural, cuja totalidade é reduzida e representada por signos e símbolos. Esse anseio, em demonstrar a perenidade das identidades culturais, acaba por anular a temporalidade de suas existências, extraindo também a expressão do vivido, as metamorfoses cotidianas, inerentes ao processo identitário (CASADO, 2010, p.63).

Jorge Luiz Barbosa (2006, p.129), em seu trabalho *O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada*, diante dos meios contemporâneos de intervenção no urbano, explicita a museificação, por meio da identificação de uma valorização da imagem das cidades contemporâneas, geralmente pautada em seus atributos culturais, em busca da produção do capital. Revela ainda que as intervenções urbanísticas realizadas em áreas reconhecidas como históricas e culturais são puro “remake da paisagem”. Essas tentativas de reconstituição de particularidades, se explicitam na criação de corredores culturais, remodelando fachadas e bairros, “estilizados com cores e formas do passado”, produzem um “sentimento bucólico (e

retrô”. Geralmente, a museificação acontece quando esses investimentos beneficiam mais os turistas, um público externo ávido por consumo cultural, do que valoriza as “raízes” locais e sua população.

No entanto, a pretensa recuperação da memória histórica revela-se como um processo de museificação estético-mercantil de ruas, praças e bairros, cujo propósito maior é servir mais como *playground* cultural para a expansão da indústria do turismo do que propriamente revitalizar ou consagrar tradições populares (BARBOSA, 2006, p.129).

Barbosa (2006) também afirma que as áreas reconhecidas como patrimônio cultural sofrem de um processo de gentrificação, onde o patrimônio é tido como pretexto para a expulsão dos moradores, com fins de dar novos usos aos locais salvaguardados. Cita o caso brasileiro do Pelourinho, em Salvador, Bahia, onde a intervenção, no intuito de promover qualidade urbana, expulsa cerca de 90% da população local (BARBOSA, 2006, p.130).

Silvana Rubino e Marina Grinover reúnem textos de Lina Bo Bardi, arquiteta de grande renome no Brasil, no livro *Textos escolhidos de Lina Bo Bardi*. As autoras trazem, nesta obra, uma entrevista à revista Projeto, realizada em 1990, em que Lina expõe algo importante, que pode ser associado ao processo de museificação, no momento em que a arquiteta é questionada sobre como lidava e entendia a preservação do patrimônio. Confirmando uma possível associação do aumento dos bens preservados a um processo de museificação, a arquiteta revela que a salvaguarda obsessiva, já exposta como negativa por diversos especialistas, pode transformar a cidade em museu (RUBINO e GRINOVER, 2009).

Portanto, se a gente acreditar que tudo que é velho deve ser conservado, a cidade vira um museu de cacarecos. Em trabalhos de restauração arquitetônica é preciso criar e fazer uma seleção rigorosa do passado. O resultado é o que chamamos de presente histórico (RUBINO E GRINOVER, 2009, p. 171).

Lina Bo Bardi entende ser necessário, sim, salvaguardar as reminiscências do passado, entretanto, considerando-as pertencentes a um presente histórico. A autora entende que, na verdade, o passado não mais existe e que o que existe, é o que provém dele, sendo necessário escolher, dentre as heranças, o que pode servir à geração atual. Dessa forma “O que você tem que salvar: aliás, salvar não, preservar – são certas características de um tempo que pertence ainda à humanidade” (RUBINO E GRINOVER, 2009, p. 170).

Eduardo Antônio Simões Geraldês, em *Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano: proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo* (2006), também discute a museificação ao questionar a forma como se lida com o patrimônio cultural no mundo contemporâneo. Denuncia o afastamento dos bens culturais das práticas cotidianas, que advêm da compreensão de que a cultura é algo que não está associada às práticas sociais comuns. A cultura tem sido entendida como algo próprio das práticas de lazer. O patrimônio cultural, entendido dessa forma, corrobora com as ações urbanísticas que o transfiguram em “objeto de consumo”, que só adquire sentido dentro dos processos mercadológicos da indústria cultural. Geraldês afirma que a museificação é originada deste tipo de pensamento a respeito do patrimônio cultural:

A mesma visão simplista desta modalidade de política cultural é a raiz da museificação do patrimônio edificado como ação preferencial, cujo testemunho mais eloquente é a instalação de *centros culturais* e *museus* localizados em edifícios antigos, aparente solução única para sua inserção na vida urbana (GERALDES, 2006, p.37).

Lilian Fessler Vaz (2007, p.39), na obra *A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos?*, conceitua a museificação como o “tombamento excessivo de prédios históricos, tornando a cidade inteira, um museu”. A museificação, segundo a autora, faz parte de um conjunto de conceitos, gerados a partir de críticas às intervenções realizadas no território, num contexto de revisão do projeto moderno e busca de desenvolvimento econômico da cidade, por meio da valorização de particularidades culturais.

1.2 O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

No âmbito da pesquisa científica, é possível identificar variadas possibilidades de nomeação do meio sobre qual a sociedade se estabelece. O espaço, a paisagem, o território, o lugar, são alguns dos termos possíveis encontrados nos campos disciplinares existentes. Nesse contexto, o posicionamento nominativo adotado pelo pesquisador está sempre dependente de variáveis questões, como, por exemplo, sua posição ideológica, a tradição da disciplina a qual pertence ou, até mesmo, ao objeto que pretende analisar. Essa diferenciação de perspectivas ocorre seja por que as diferenças entre as categorias de estudo ainda não estão delineadas com precisão; seja porque inexistente um acordo entre os campos científicos com relação a essas diferenciações.

Marcos Aurelio Saquet, em *Por uma abordagem territorial*, confirma a dificuldade de diferenciação das categorias analíticas, ao afirmar que conceitos como espaço, território e paisagem estão intimamente imbricados no real. E, como esta diferenciação no real é de difícil assimilação, trata-se, então, de “uma questão de método”, a ser determinada pelo pesquisador (SAQUET, 2009, p.82). O autor, porém, empreende distinguir os conceitos ao expor a visão de que “O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido, a paisagem é o nível visível e percebido deste processo” (2009, p.81). Saquet também assinala as diferenças entre território e espaço:

O território é produto de ações históricas que se concretizam em momentos distintos e sobrepostos, gerando diferentes paisagens. O espaço corresponde ao ambiente natural e ao ambiente organizado socialmente, com destaque para as formas/edificações e para as formas da natureza (SAQUET, 2009, p.81).

Além dos vários termos existentes e relacionados ao meio ambiente humano, cada categoria de análise, como as já citadas, possui uma diversidade de conceituação. Essa amplitude e diferenciação conceitual torna complexa a tarefa de delimitação e de definição das atribuições referentes a cada uma dessas categorias. Confirmando esta dificuldade, Creusa Capaldo, em *Espaço e religião: uma perspectiva filosófica*, chega a se perguntar “Quais são os limites do espaço?” A autora, para demonstrar as múltiplas concepções de espaço, escreve:

Somos herdeiros da noção de espaço como sendo um lugar, mais ou menos bem delimitado, onde se pode situar algo. Já na antiguidade grega, Aristóteles tentara distinguir e delimitar o espaço do lugar, falando acerca dos acidentes de uma dada substância. Posteriormente, o espaço será visto como uma superfície ou como uma extensão. Falar-se-á de espaço vazio, espaço livre, espaço ocupado, espaço urbano, espaço cultural, espaço religioso, conquista e exploração do espaço universal, etc. Há ainda o espaço euclidiano de três dimensões, o espaço curvo da geometria de Riemann, breve, espaço de múltiplas dimensões ou formas geométricas (CAPALDO, 1999, p.221).

Luiz Otávio Cabral, em *Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica*, ao conceituar as categorias geográficas – território, paisagem, lugar e espaço – afirma que os estatutos definidos por elas não estão fixados, como também não são os únicos existentes. Os aspectos apontados por Cabral como constituintes de cada noção, na verdade, estão presentes em todas ao mesmo tempo. Conforme o autor, “[...] espaços contêm lugares, que contêm paisagens, que contêm territórios etc” (CABRAL, 2007, p.153).

Dentre as categorias geográficas, Cabral considera a categoria do espaço como a mais genérica e abstrata de todas as outras, visão compartilhada com outros estudiosos⁶; e que, de alguma forma, as demais estão contidas neste termo que parece ser o mais abrangente dentro da disciplina geográfica. O autor defende que, ao invés de utilizar a noção de espaço, sejam utilizadas as noções de lugar, paisagem e território, nas seguintes situações (CABRAL, 2007, p.153):

- Em favor da noção de lugar, sempre que as singularidades em termos de formas, atividades, significados e valores tornem-se essenciais à compreensão da espacialidade humana;
- Em favor da noção de paisagem, nos casos em que os aspectos visuais ou cênicos acrescidos de sua dimensão simbólica tenham importância à leitura da relação humana com o espaço;
- Em favor da noção de território, naquelas situações em que as relações de poder referenciadas ao controle e à gestão do espaço tornem-se indispensáveis ao entendimento da existência humana.

A abordagem territorial, ao sugerir o poder como fator integrante, parece a mais coerente no que diz respeito a temática deste trabalho. A museificação, estudada no tópico anterior, constitui-se por meio de um controle, de maneira equivalente ao exercido na instituição Museu. Essa característica, assim como orientação exposta por Cabral (2007), determina a escolha da categoria do território como a categoria de análise de pesquisa tendo em vista que a mesma privilegia a espacialidade do poder. Entretanto, o território, como categoria básica de estudo dentro da disciplina geográfica, é conceituado de maneira distinta no interior do próprio campo disciplinar. O termo, também, é utilizado por outras áreas da ciência que multiplicam seus conceitos possíveis, tornando ainda mais complexa a tarefa de estabelecer bases conceituais para o desenvolvimento de estudos, como o aqui representado.

⁶ Segundo Rogério Haesbaert Costa, em *O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade* (2010, p. 37), “Alguns autores distinguem “espaço” como categoria geral de análise e “território” como conceito”; enquanto para Antônio Henrique Bernardes, em *Quanto As Categorias E Os Conceitos*, (2011, p. 171) “a categoria espaço é o concreto na sua forma mais abstrata que indica os aspectos fundamentais para os conceitos de paisagem, lugar, território e região”.

Maria Encarnação Beltrão Sposito, no livro *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, afirma que o território tem adquirido ampla relevância nos últimos tempos e que sua utilização por outras disciplinas, além da geografia, tem crescido exponencialmente. As razões para este fortalecimento podem estar nas grandes transformações que o mundo tem vivenciado, ligadas ao movimento, à evolução técnica e comunicacional. O uso do termo por outras disciplinas, a reflexão multiplicada, tem contribuído para sua diversificação, o surgimento de outras perspectivas. Ela considera, ainda, que esta categoria é central na disciplina geográfica e que, também, os debates realizados em torno deste conceito são múltiplos (2009).

[O território] Tem sido, também, objeto de interesse de outros cientistas sociais, preocupados em compreender o nosso período, a partir das tendências de circulação das pessoas, das informações e dos bens, que geram mobilidade, fluidez, instabilidade e imponderabilidade que, articuladas entre si, produzem a complexidade que nos cerca (SPOSITO, 2009, p.7).

Conforme Marcos Aurelio Saquet e Eliseu Savério Sposito, também no livro *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, o conceito de território, tradicionalmente empregado pelos italianos, vem sendo cada vez mais utilizado por geógrafos brasileiros. Laboratórios de estudo, relevantes no Brasil, alguns deles em articulação com as escolas territorialistas na Itália, já há algum tempo, têm se voltado à análise do conceito, formando uma rede que amplia a difusão e a apropriação do termo por outros pesquisadores. Para os autores, o território é “[...] um conceito fundamental para a geografia que se amplia para além das fronteiras da disciplina e de suas áreas de pesquisa” (SAQUET e SPOSITO, 2009, p.14).

Dentre as categorias de estudo do meio social, Marcos Aurelio Saquet, em *Por uma abordagem territorial*, defende a abordagem territorial “[...] na qual há centralidade dos processos históricos e multiescalares que se traduzem no território e na territorialidade, na desterritorialização e na reterritorialização” (SAQUET, 2009, p.90). Entretanto, o autor alerta, em *Abordagens e concepções sobre o território*: “O território é um destes conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida” (SAQUET, 2007, p.13).

Saquet (2009) afirma que o pesquisador pode escolher evidenciar mais um determinado fator do que outro na análise territorial, como, por exemplo, fatores políticos, históricos, econômicos. Embora o autor defenda ser interessante analisar o território levando em conta a multiplicidade de processos nele envolvidos, a escolha

de um fator específico depende diretamente da proposta a ser trabalhada. O autor trabalha o conceito de território evidenciando a discussão do patrimônio e da identidade:

Dito de outra maneira, podemos afirmar que a apropriação e construção do território geram identidades e heterogeneidades e que, estas, concomitantemente, geram os territórios, como ocorreu no movimento de colonização efetiva do Sudoeste do Paraná e de outros recortes do Brasil, a partir dos anos 1940, por *gaúchos* e catarinenses descendentes de europeus, que reproduziram identidades, ritmos, diferenças, territórios. Na reterritorialização, reproduzem traços comuns e heterogeneidades que, ao mesmo tempo, estão na base da apropriação e produção dos *novos* territórios (SAQUET, 2009, p.88, grifo do autor).

Rogério Haesbaert Costa, em *O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*, confirma a multiplicidade de abordagens conceituais do território. Segundo ele, mesmo que território seja um conceito de relevância na geografia, este também é tradicionalmente usado em outras disciplinas, cada uma delas seguindo uma perspectiva específica. Costa explica que isso acontece por que estas disciplinas também estudam a “espacialidade humana” (COSTA, 2010, p.37). Entretanto, a própria geografia não se restringe a essa problemática, ou seja, a polissemia também se apresenta no interior de seu campo disciplinar.

Em seu estudo, Costa (2010) expõe as ideias de território que estão nos discursos sobre a desterritorialização⁷ no desenvolvimento da argumentação a favor da multiterritorialidade. Para isso, apresenta diferentes concepções de território construídas ao longo da história que embasam as discussões. Nesse âmbito, o autor considera existir quatro noções básicas de território, que são comumente utilizadas: a econômica, a política, a cultural e a naturalista. Conforme Costa (2010, p.40):

- Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

⁷ Conforme Costa (2010), a desterritorialização está pautada na crença de que os territórios estão desaparecendo, em um movimento que se inicia com o advento da era moderna. Para Costa (2010) o movimento destrutivo de territórios, entendido por alguns como desterritorialização⁷, tem como consequência não seu desaparecimento e sim a construção do mesmo em outros formatos, um processo de destruição de territórios e produção de novos. Assim, o que pode ser identificado na contemporaneidade é uma multiterritorialidade, uma diversidade de territorialidades sendo vivenciadas concomitantemente, processo que para o autor sempre existiu, entretanto, não nos níveis atuais.

- Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço vivido.

- Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural (ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Em outra de suas obras, Rogério Haesbaert Costa, em obra de nome *Da desterritorialização à multiterritorialidade* (2003), afirma que a noção mais utilizada é a Jurídico-política, que conceitua o território como um espaço delimitado, onde se exerce determinado controle a partir de um poder, geralmente promovido pelo Estado. Outra visão básica é a culturalista em que o território é reconhecido por seu caráter simbólico, sendo, assim, um produto da valorização do espaço por uma sociedade. A terceira visão do território é a econômica. Aqui, ele é entendido como espaço onde se desenvolvem as relações econômicas da sociedade, focalizando, geralmente, a discussão de classes e o vínculo entre o trabalho e o capital. Por último, tem-se a ideia naturalista de território, onde o mesmo é identificado pela relação entre natureza e sociedade, basicamente o uso de seus recursos. Esta é a noção menos veiculada.

Rogério Haesbaert Costa e Ester Limonad, em *O território em tempos de globalização* (2007), elaboram tabela com fins de auxiliar a análise das três perspectivas mais tradicionais no estudo do território – as visões jurídico-política, a cultural e a econômica (Tabela 1). Os autores afirmam, entretanto, que, na realidade, as três perspectivas coexistem em uma diversidade de maneiras.

Tabela 1 – As abordagens conceituais de território em três vertentes básicas

Dimensão Privilegiada	concepções correlatas	concepção de território	territorialização		perspectiva da Geografia	exemplos de trabalhos próximos a esta vertente
			principais atores/ agentes	principais vetores		
jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação fronteiras políticas e limites político-administrativos 	um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal	<ul style="list-style-type: none"> Estado-nação diversas organizações políticas 	relações de dominação política e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliès (1980) a visão clássica de Ratzel
cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> lugar e cotidiano identidade e alteridade social cultura e imaginário <p>(imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo")</p>	produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social	<ul style="list-style-type: none"> indivíduos grupos étnico-culturais 	relações de identificação cultural	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guattari (1972) Tuan (1980 e 1983)
econômica (muitas vezes economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> divisão territorial do trabalho classes sociais e relações de produção 	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	<ul style="list-style-type: none"> empresas (capitalistas) trabalhadores Estados enquanto unidades econômicas 	relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Costa e Limonad (2007).

Entretanto, Costa (2010) opta por entender as noções de território a partir de perspectivas mais abrangentes e referidas à base filosófica a partir da qual são formuladas. Dessa forma, o autor revela duas perspectivas teóricas de conceituação de território, o “binômio materialismo-idealismo” e o “binômio espaço-tempo” (COSTA, 2010, p.41).

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemáticas que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas (p.41).

b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como ‘coisa’ ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. suas historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s) (p.41).

No binômio materialismo-idealismo encontram-se as perspectivas materialista – incorporando, ainda, as concepções naturalista, econômica e política – e idealista, neste caso, de ordem simbólica. Além destas, este binômio conta com uma terceira perspectiva, a integradora, que considera de forma integrada a dimensão simbólica e material do território. Já o segundo binômio, espaço-tempo, considera o território segundo dois aspectos: um que avalia o território em termos absoluto ou relacional e outro que se refere à sua geograficidade e historicidade.

Costa (2002), no texto *Concepções de território para entender a desterritorialização*, ao analisar o primeiro binômio, materialismo-idealismo, afirma que a perspectiva materialista do território é a visão que mais predomina. Esta perspectiva defende o território apenas como espaço concreto, ou espaço natural apropriado, onde se encontram os recursos para a vida social. Costa (2010) afirma que a perspectiva materialista, como exposto, integra três outras perspectivas, a naturalista, a econômica e a política.

Entre as posições materialistas, temos, num extremo, as posições “naturalistas”, que reduzem a territorialidade ao seu caráter biológico, a ponto de a própria territorialidade humana ser moldada por um comportamento instintivo ou geneticamente determinado. Num outro extremo, encontramos, totalmente imersos numa perspectiva social, aqueles que, como muitos marxistas, consideram a base material, em especial as “relações de produção”, como o fundamento para compreender a organização do território. Num ponto intermediário, teríamos, por exemplo, a leitura do território como fonte de recursos (COSTA, 2010, p.44).

Conforme Costa (2002), a perspectiva naturalista observa o território por meio da biologia, em que a territorialidade diz respeito às ações dos animais, um estudo que é empreendido de forma análoga ao trabalho realizado pela etologia. Já a perspectiva política, entende o território sob o aspecto do poder, geralmente identificando na perspectiva do Estado Nação, própria do período moderno, focalizada no controle político do estado. Em último, a visão econômica é aquela que visualiza o território como espaço fonte de recursos para a produção material.

Diversamente da perspectiva materialista, conforme Costa (2002), a perspectiva idealista é aquela que analisa especificamente o aspecto cultural do território, sua apropriação simbólica pela sociedade. Neste caso, o território é percebido com um valor, não um valor enquanto recurso material, mas valor de símbolo. Ainda, no binômio materialismo-idealismo, tem-se, também, a perspectiva integradora de

território. Esta perspectiva é a que, se aproximando do conceito de região⁸, tenta integrar as definições materialistas e idealista de território. Entretanto, esta tarefa de integração, geralmente, dá ênfase a apenas uma dessas perspectivas. Costa afirma ser difícil, na contemporaneidade, encontrar uma abordagem de território que identifique esta concomitância do binômio materialismo-idealismo, em detrimento de visões dicotômicas e parciais.

No que se refere ao binômio espaço-tempo, têm-se para Costa (2002), como já explicitado, duas possibilidades. Uma delas, a que se refere à historicidade e à geograficidade do território, pode estudá-lo como integrante de todos os tempos da história e, dessa forma, ser reconhecido em todas as sociedades no tempo. Em contrapartida, o território pode ser analisado de maneira mais restrita ao se referenciar a um contexto histórico específico e a uma sociedade particularizada. A segunda integrante do binômio espaço-tempo é aquela que entende o território por meio de outros dois sentidos, absoluto e relacional. O sentido absoluto de território é aquele que o identifica como uma coisa, algo concreto, real. Já o outro aspecto, o relacional, é o que percebe o território como o produto das relações sociais, que para o autor, se resumem a relações de poder. Sobre o caráter absoluto e relacional, Costa (2002) afirma:

Embora muitos materialistas, em especial os mais mecanicistas, possam simplificar, afirmando que o território se restringe à base espaço-material sobre a qual se reproduz a sociedade [perspectiva absoluta], outros, notadamente muitos materialistas dialéticos, dirão que o território tem como um de seus componentes essenciais o conjunto de relações sociais [perspectiva relacional] (COSTA, 2002, p. 55).

Costa (2002) adverte o cuidado que se deve ter de não assumir uma dessas posturas – absoluta ou relacional – de território, valorizando mais seu aspecto material ou seu aspecto social, pois se trata de elementos que são indissociáveis. Porém, revela a dificuldade de construção de pesquisas que assegurem esta prática do “equilíbrio” entre as duas proposições. Essa perspectiva relacional, que integra as relações sociais e o espaço físico, é defendida por Costa, por se tratar de uma perspectiva que

⁸ “Entre os conceitos geográficos pode-se afirmar que o de região foi o mais pretensioso, principalmente na análise lablacheana. Embora também haja uma tradição, por exemplo, em privilegiar os processos econômicos na construção de regiões, sem dúvida a ideia de fundo é, sempre, a de que haveria um elemento estruturador, o fundamento que serviria de amálgama (para o ‘primeiro’ La Blache), a economia (urbana, no ‘segundo’ La Blache) ou a cultura” (COSTA, 2002, p. 53).

reúne as várias facetas atribuídas à palavra território, representando estabilidade e movimento, simultaneamente. Conforme o autor:

Além disso, outra consequência muito importante ao enfatizarmos o sentido relacional do território é a percepção de que ele não significa simplesmente enraizamento, estabilidade, limite e/ou fronteira. Justamente por ser relacional, o território inclui também o movimento, a fluidez, as conexões (COSTA, 2002, p.56).

Ao defender a perspectiva relacional, Costa (2010, p.93) conceitua território como a “mediação espacial do poder” que surge das diversas possibilidades desse mesmo poder em interação, interação esta que ocorre, ainda, de maneira diferenciada. Este poder, não é entendido apenas como político, como na visão restritiva da perspectiva político-jurídica, mas que se manifesta, também, de maneira simbólica e econômica. O autor explica que, em certos casos, uma dessas facetas do poder se expressa com mais força. Tem-se, por exemplo, a análise de conflitos de ordem étnica ou religiosa que se impõem mais pela ordem simbólica do poder. Outro exemplo, em contraponto ao anterior, está nos casos que visam a dominação, envolvendo o poder numa perspectiva mais econômica ou política.

Costa (2010) expõe um conceito de território que é amplo, existindo em variadas escalas e dimensões, diferentemente das perspectivas que propõem estudar apenas uma de suas escalas, como aquela que analisa o território enquanto Estado Nação. Entretanto, entender o território pelo aspecto multiescalar e multidimensional não implica a supressão dos contextos locais e dos aspectos temporais individualizadores de determinado espaço. A historicidade e geograficidade do território também são significantes para o entendimento do mesmo. Conforme Costa (2010, p.97):

Territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupo sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo.

Esta visão relacional, exposta por Costa (2010), considera territorialização como “[...] o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos” (p.16). Para o autor, nesta apropriação está contido o caráter simbólico do território, dimensão que se apresenta por uma identidade cultural construída pela sociedade que o habita. Já o domínio é percebido por meio do físico, do concreto, dimensão que possui caráter disciplinar, político e econômico, um controle exercido por determinado grupo.

Poderíamos dizer que o território, enquanto relação de dominação e apropriação sociedade-espço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais “concreta” e “funcional” à apropriação mais subjetiva e/ou “cultural-simbólica” (COSTA, 2010, p.96).

Costa (2010) afirma que seu entendimento de apropriação e domínio advém do diálogo com Henri Lefebvre, em particular com a ideia de dominação como um processo concomitante ao nascimento da política e expresso no meio físico a partir das transformações técnicas. Segundo Lefebvre (apud COSTA, 2010) no período moderno, a dominação é percebida a partir das transformações, dos ordenamentos espaciais que produzem formas geométricas, puras e retas. Explica, ainda, que a dominação surge por meio de uma desvirtualização da apropriação, que é o uso do espaço para o atendimento das necessidades de um grupo. Para ele, a apropriação ocorre de maneira parecida com a obra de arte⁹. Quanto mais apropriado é um espaço, mais ele reflete seu poder simbólico.

Conforme Costa (2010), Lefebvre entende que a apropriação está mais presente no uso do que na troca. Difere, ainda, a apropriação da propriedade e explica que a funcionalidade ocorre por meio do domínio, exercido por determinados agentes, e não pela apropriação de um grupo. Dessa forma, quanto mais unifuncional for um território – quanto mais o domínio é exercido sobre ele – mais o torna estéreo de apropriação, menos está suscetível de ser apropriado. Porque subtrai o território da complexibilidade que só aparece por meio da vivência dos usuários, sua apropriação pelos grupos que o habitam. Dessas forças de dominação e apropriação, Costa (2010) afirma: “Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrarem dentro desse jogo de territorialidades” (p.96).

Revelando a visão de Lefebvre, Costa (2010) expõe que essas duas forças de dominação e apropriação devem funcionar em diálogo igualitário. O que se nota, porém, é a prevalência do domínio provocando uma diminuição dos espaços apropriados. Para alguns grupos, esse equilíbrio pode acontecer e eles, dessa forma, experimentam os múltiplos papéis que o espaço pode desempenhar – de abrigo, de referência simbólica, de recurso ou controle. Para outros grupos, porém, a dominação

⁹ Aqui, pode-se entender como obra de arte a materialização do simbólico, ou a representação da identidade, da subjetividade de um indivíduo.

se impõe e se manifesta tornando o espaço mais funcional do que apropriado.

Conforme Costa:

Embora seja completamente equivocado separar estas esferas, cada grupo social, classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos de caráter mais funcional (econômico-político) ou mais simbólico (político cultural) na relação que desenvolvem com os “seus” espaços, dependendo da dinâmica de poder e das estratégias que estão em jogo. Não é preciso dizer que são muitos os potenciais conflitos a se desdobrar dentro desse jogo de territorialidades (COSTA, 2010, p.96).

Como observado pelo autor, é um equívoco tentar separar as relações de apropriação e domínio, pois estão imbricadas no espaço. Entretanto, com o objetivo de melhor entender a visão relacional de território na qual se apoia Costa (2010), e visando sua experimentação no estudo da museificação territorial, utilizando-a como categoria de análise, segue abaixo quadro com as características existentes nas relações de apropriação e domínio (Tabela 2):

Tabela 2 – Relações de apropriação e domínio

Apropriação	Domínio
Político-Cultural	Político-econômica
Subjetiva	Concreta
Simbólica	Funcional
Controle Simbólico	Regula/disciplina/controla/classifica
Transformação pela necessidade	Transformação pela técnica
Abrigo	Recurso
Uso	Troca
Dentro do tempo vivido	Fora do tempo vivido

Fonte: Produzido pela autora (2016).

1.3 A MUSEIFICAÇÃO TERRITORIAL

No início deste capítulo, são expostas abordagens referentes ao fenômeno da museificação. Diante do conteúdo exibido, é possível identificar se tratar de um termo difuso, que comporta múltiplas conceituações, e tem sido explorado em diversos campos disciplinares. Percebe-se, também, a existência de enfoques que se contrapõem, como os que, pela carência de informações, não tornam o conceito claro. Dessa forma, para cumprimento dos objetivos deste trabalho, faz-se necessário construir conceitualmente o fenômeno da museificação, considerando os diversos apontamentos expostos pelos autores citados. No entanto, não se pretende aqui esgotar a discussão em torno do assunto, e, sim, expor uma abordagem gerada a partir deste estudo, que se estrutura da seguinte forma: são elencadas, abaixo, por

meio de hipóteses explicativas, as razões do ser em questão, buscando entender as relações de causa e efeito, como também suas demais imbricações. Esses processos são definidos por meio de síntese do conteúdo produzido no início do capítulo. Assim, propõe-se entender que a museificação:

- a) É a transformação, não institucional, de um objeto em museu. Neste âmbito, ocorre seguindo a mesma lógica museal de exposição de elementos destinados à contemplação, admiração e ao conhecimento;
- b) Pode ser observada em diversos objetos - materiais e imateriais - desde uma simples edificação, até uma cidade, ou ainda, uma região inteira, rural e/ou urbana. É notada, também, em discursos ontológicos, retóricas e ideias, como também em grupos de pessoas ou comunidades;
- c) Retira o objeto de seu contexto histórico, social e cultural, provocando uma redução dos sentidos, tornando-os funcionais dentro de uma lógica específica;
- d) Cristaliza, petrifica, congela no sentido de causar uma paralisia em um objeto, ao ponto de impossibilitar alterações comuns do curso natural histórico, em prol da preservação da ordem simbólica;
- e) Geralmente não ocorre isolada. Surge por meio de ações políticas, culturais ou sociais, explicadas por uma tendente obsessão contemporânea de valorização de culturas pré-existentes. Assim como na instituição museu, os elementos, antes obsoletos, ganham status de “patrimônio” ao serem identificados como heranças a serem salvaguardadas;
- f) É um evento já mundializado, podendo estar vinculado à promoção do desenvolvimento econômico, por meio de criação de ambientes culturais que tem gerado uma rede de competição entre eles, para atração de turistas;
- g) Geralmente, exclui os usuários para dar lugar a um público de visitantes, quando não limita a vida dos envolvidos a uma razão de ser dentro da lógica de “por em cena”, subtraindo-os do desenrolar da vida cotidiana, como se estivessem em um espetáculo;
- h) Gera ícones. Assim como no museu, os objetos, em decorrência de obsolescência, tornam-se novamente utilitários ao se transformarem em relíquias, em ordem simbólica artificial.

Percebe-se que, mesmo diante das múltiplas formas de manifestação, o aspecto prevalecente na museificação é sua semelhança ao desenvolvimento dos Museus. Um território museificado não se torna instituição museológica (MARÍN e DEL CAIRO, 2013), não recebe o nome de museu e nem é visto como tal pelos seus agentes, porém, implicitamente, segue a mesma lógica. De fato, o termo *museificação* tem profunda ligação com a palavra *musealização* e musealização é palavra diretamente vinculada às ações da instituição museológica. A diferença entre musealização e museificação, exposta por Desvallées e Mairesse (2013), está no seu uso: a primeira institucional e a segunda, derivada da primeira, um neologismo de aspecto pejorativo.

Já que a museificação se origina da palavra musealização, tem-se como pressuposto deste trabalho ser possível formular uma teoria a respeito da museificação territorial comparando-a com a musealização. Este estudo, somado a visão de território de Costa (2010), pretende construir uma conceituação a respeito da museificação territorial, a se constituir base para o estudo empírico a ser empreendido em capítulo próximo. Entender a museificação como problemática que afeta um espaço permeado por relações sociais, cujas atividades são realizadas mediadas por algum controle, sem dúvida é, também, entender a museificação por meio do território.

A compreensão de território de Costa (2010), adotada como referência para elaboração daquilo que se anuncia como museificação territorial, entende o território de maneira múltipla e relacional; interpreta, também, que o poder é um item essencial na análise da territorialidade. Dessa forma, a territorialização, que se dá por meio do processo de domínio e apropriação – a primeira político-econômica e a segunda político-simbólica – é de extrema relevância para a formulação do fenômeno a ser discutido. Na verdade, a chave para análise da museificação está no descompasso observado entre estes dois elementos, como se revela a seguir, na força da dominação política e econômica nos/dos territórios.

No que diz respeito aos Museus, conforme Dominique Poulot, em *Museu e museologia* (2013), a definição comumente utilizada para a palavra museu é aquela que se aproxima de sua provável origem, o Templo das Musas¹⁰. Neste caso, o museu

¹⁰ “Na Grécia, o *mouseion*, ou a casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltado sobretudo ao saber filosófico. As musas, donas de memória absoluta, imaginação criativa e presciência, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e

é possuidor de duas funções: a conservação dos bens patrimoniais de uma civilização e o ensino científico e humano. Conforme a autora, ao longo dos anos as atribuições museológicas se alteram, assim como o próprio conceito de museu é modificado de acordo com as transformações da sociedade. Na atualidade, os museus possuem considerável força e se encontram integrados ao turismo, sendo, assim, uma opção de lazer. Para Polout (2013, p.3) “[...] trata-se de um lugar público que atrai visitantes ao redor de objetos expostos [...]”.

Marlene Suano, em *O que é museu* (1986), comenta a respeito do museu ao ar livre, também chamado de vilarejo-museu, uma tipologia entre os museus existentes. Geralmente, esse é composto por edificações que em conjunto propõem ilustrar um período específico da história local, como casas, igrejas e moinhos. São produzidos para expressar originalidade. Dessa forma, legendas explicativas, vitrines e outros elementos contidos em um museu tradicional não são utilizados. Podem ser originais do território ou, ainda, trazidos de outros locais e remontados. Também podem ser construídos com base em aspectos que lembram os originais. Além das edificações, é possível encontrar pessoas encenando: cozinhar, plantar, desenvolver atividades que façam lembrar a época apresentada, com fins de aumentar o realismo (SUANO, 1986).

O museu-vilarejo pode ser aquele que melhor explica o fenômeno da museificação territorial. Elementos territoriais são selecionados e construídos para integrarem um projeto maior, contar a história local, valorizar os aspectos naturais, enfim, compor uma temática direcionada à apreciação pública. Ainda, conforme Suano (1986, p. 70):

Retornando ao argumento anterior, vemos então a grande diferença entre o eco-museu e o museu ao ar livre: o primeiro visa proteger e manter o que existe em uma comunidade viva, com a participação de seus membros, enquanto o segundo protege, pela imobilização, obras materiais do passado, muitas vezes recriando tal passado de forma idealizada e com claro endereço ideológico.

Nesta afirmação, a autora expõe que no eco-museu – outra variação tipológica do museu – as relações de apropriação, aquela exposta por Costa (2010), são resguardadas pela manutenção da vida comunitária, sua participação ativa nos processos. No estabelecimento de um Museu, enquanto instituição, sempre há

a tristeza. O *mouseion* era então esse local privilegiado, onde a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianas, poderia se dedicar às artes e às ciências” (SUANO, 1986, p.11).

territorialização por meio de relações de domínio, principalmente de ordem política. Porém, no caso dos Ecos-museus, parece haver equilíbrio entre as duas relações: domínio e apropriação, situação considerada ideal por Costa (2010). No caso do museu-vilarejo, um descompasso é revelado entre estas duas relações, e a apropriação é substituída pelo controle. Nesta tipologia de museu, a vida comum, presente no cotidiano das relações sociais, não está presente.

Dessa forma, a territorialização museificante é aquela que pelo domínio extirpa a vida social e estabelece um controle político e econômico. O território deixa de apresentar as relações complexas da apropriação, sua originalidade, transformando-se em simulacro. Tem-se, então, na museificação territorial: um território acessível, voltado a visitação, integrando elementos selecionados para serem expostos. A museificação territorial transforma os elementos territoriais em patrimônio, direcionados a uma conservação eterna por serem representativos de uma sociedade. A “conservação eterna”, talvez, seja o aspecto “petrificante” mencionado pela maioria dos autores que relatam a museificação, como Jeudy (2005), Choay (2010), Jacques (2008).

Autores como Pinheiro e Duarte (2008), citando o fenômeno da museificação quando elementos são destinados a uma contemplação eterna, revelam ser essa destinação sempre exercida por uma entidade. O território se museifica, adquire caráter de museu, geralmente por meio de instituições governamentais ou econômicas que, por seus poderes, fomentam o desenvolvimento, nesta linha, por meio de leis, investimentos, entre outros. O controle passa a ser praticado visando a manutenção do caráter contemplativo. Este controle, ao usurpar o elemento dos processos ocorridos em um ambiente comum, pode indicar uma territorialização conduzida mais, ou até mesmo, somente, pelo domínio do que pela apropriação.

Na primeira etapa deste capítulo, são citados exemplos reveladores da museificação territorial, como o caso do Pelourinho (JEUDY, 2005; URIARTE, 2012), da Chaminé da Petrogal e a zona de intervenção da IBA Emscher Park (SILVA, 2009), as comunidades indígenas da selva do sul da Colômbia ((MARÍN E DEL CAIRO, 2013). Os processos ocorridos nestes exemplos podem ser entendidos por meio da perspectiva de Costa (2010), focalizada na territorialização como processos de domínio e apropriação. Dessa forma, é possível afirmar que as forças políticas e/ou econômicas, observadas nos exemplos citados, por meio de projetos que visam a

conservação e a exposição, produzem territorialidades cuja força preponderante é a de dominação.

O Pelourinho é emblemático no que se refere a uma territorialidade produzida por relações de domínio. Ao receber intervenções público-privadas na década de 1990, o Pelourinho torna-se um espaço museificado (URIARTE, 2012). De território apropriado, de uso comum – complexo (Costa, 2010) – o Pelourinho passa a atender ao turismo / passa por modificações físicas e funcionais destinadas ao atendimento de interesses e motivações de turistas/de atividades turísticas, tornando-se um território monofuncional, voltado ao consumo. O território está voltado/preparado/elaborado para a contemplação. O uso habitacional é substituído por usos de comércio e serviço - espaços privados voltados ao entretenimento, como restaurantes e lojas de *souvenir*, e espaços institucionais de finalidade cultural abrigados em edificações históricas remodeladas e cenografadas como peças integrantes de um extenso museu a céu aberto. Sobre a perda de função original de espaços e objetos, Suano (1986, p.88) afirma:

Antes de mais nada, não podemos nos esquecer que o museu é o local último no longo processo de perda de funções originais – ou processo de museificação – pelo qual o objeto atravessa. Fora de seu contexto original, valorizado por características a ele totalmente alheias, o objeto deixa de ser objeto e passa a ser “documento” e aquilo que ele tem de mais intrínseco, que é ser produto e vetor de ação humana, conforme estudado por U. T. Bezerra de Menezes, não é levado em consideração.

Sintetizando, a museificação territorial é uma territorialização operada por domínio *econômico* e *político* com tendência a eliminar toda territorialidade advinda de uma apropriação simbólica. Este domínio se processa por meio de ações, *técnicas*, transformadoras do território em território-museu, como no museu-vilarejo, *funcionalizando* seus elementos de modo a criar um “ambiente” para a apreciação. Este quadro se estabelece por meio de um *controle* exercido pelos agentes museificadores, onde o território, por fim, torna-se *deslocado do tempo vivido*, do cotidiano, do comum.

2 ROTEIROS CULTURAIS NA CONTEMPORÂNEIDADE

No mundo contemporâneo, tem vindo a ser comum utilizar roteiros em viagens. Eles são facilitadores de visitas a territórios que se deseja conhecer; reúnem, geralmente, de maneira sucinta os atrativos locais, os serviços oferecidos e o melhor caminho a ser percorrido; são cada vez mais valorizados, pois proporcionam grande economia de tempo, no planejamento da viagem e no seu disfrute. Por esses motivos, a cada dia, roteiros culturais se tornam a solução para alavancar o desenvolvimento econômico, não só por meio de agências turísticas, mas, também, por órgãos de administrações públicas.

É sobre estes roteiros que este capítulo se propõe estudar. Busca-se, aqui, entender como este elemento se estabelece na sociedade e como evolui até as formas atuais de representação. Pretende-se, também, compreender como é utilizado por órgãos patrimoniais em estratégias de preservação.

2.1 ROTEIRO CULTURAL: PREMISSAS CONCEITUAIS

Por convenção, o termo *roteiro* é utilizado aqui como termo genérico para representar as mais variadas palavras, encontradas ao longo da pesquisa, utilizadas em referência, muitas vezes, a esse mesmo objeto de estudo. Os roteiros podem ser identificados por meio de outras nomenclaturas, entre elas, as rotas, os circuitos, os caminhos, que, por vezes, possuem o mesmo significado.

Sobre essa diversidade de nomenclatura, Rebecca de Nazareth Costa Cisne, em *Roteiro turístico, tradição e superação: tempo, espaço, sujeito e (geo) tecnologia como categorias de análise*, afirma:

Vários termos acompanham o entendimento da expressão ROTEIRO TURÍSTICO. Alguns deles são, inclusive, utilizados como sinônimos ou termos complementares, tais como: circuito, excursão, itinerário, e pacote turístico (CISNE, 2014, p.24).

Miguel Bahl (2004, p.42), em *Viagens e roteiros turísticos*, conceitua a palavra roteiro como sendo uma “[...] descrição pormenorizada de uma viagem ou do seu itinerário. Ainda, como uma indicação da sequência de atrativos existentes em uma localidade e merecedores de serem visitados”. Bahl afirma que os roteiros determinam como se dá a circulação nos lugares visitados de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos.

Conforme Bahl (2004), um roteiro se estabelece na simbiose de três elementos: o espaço, o tempo e os bens/serviços. O espaço, citado pelo autor, corresponde ao espaço geográfico em que o roteiro está fixado e o espaço a ser percorrido pelo visitante. Já o tempo, refere-se à duração da visita, duração dos deslocamentos e o tempo disponível de cada usuário. O quesito bens e serviços contempla os atrativos de determinado roteiro e os serviços oferecidos, como transporte e hospedagem. Além disso, um roteiro deve incluir alguns elementos básicos para ser apresentado ao visitante, são eles: texto do programa, legenda e cartograma. O cartograma, nem sempre utilizado, é um mapa contendo informações do trajeto e os pontos de interesse do roteiro. Os elementos do cartograma são representados por símbolos referenciados em legenda explicativa. Além do cartograma e da legenda explicativa, o roteiro conta com um texto programático. Sugere conter no texto programático os seguintes itens (BAHL, 2004, p.78):

- a) Nome ou denominação do programa;
- b) Duração do programa (dias e noites);
- c) Datas de saída/chegada;
- d) Preço por pessoa;
- e) Serviços incluídos;
- f) Dias em que se presta cada serviço;
- g) Localidades ou cidades visitadas;
- h) Descrição dos locais e atrativos a visitar;
- i) Informações sobre as atividades incluídas no programa;
- j) Informações sobre o tempo livre;
- k) Condições gerais e contratuais do programa;
- l) Opcionais;
- m) Tipos de hospedagem;
- n) Meio de transporte;
- o) Empresa (dados);
- p) Documentação exigida.

Conforme Bahl (2004), um roteiro pode conter em seu programa, ainda, animação turística de forma a proporcionar ao visitante maior integração, distração e interação no percurso. Ainda para Bahl, existem diversos tipos de roteiros, entre eles, os que são confeccionados por agências de viagens e os que são estabelecidos em rotas, estradas, circuitos ou caminhos, já existentes. Além destes, pode-se classificar os roteiros como locais, nacionais e internacionais, quando o fator observado é a extensão territorial. Há, ainda, os que se diferem pelos seus atrativos, sejam eles naturais ou culturais.

Esta última classe de roteiros, os *roteiros* culturais, é foco do estudo empreendido nesta dissertação. Eles estão em amplo crescimento no mundo, uma vez que a cultura adquire grande importância a partir do século XIX. Nas palavras de Ana Elias Pinheiro, em *Itinerários culturais: viajando pela história*:

Tem vindo a ser, contudo, cada vez mais frequente a descoberta de que, quando temos um qualquer fator temático, podemos 'criar' um caminho que nos permita valorizar a nossa história, imaginando uma 'via' através da qual, quer os habitantes de uma região, quer aqueles que a visitam, possam saber um pouco mais e desfrutar de um regresso ao passado nos locais por onde caminham (PINHEIRO, 2007, p.222).

Daniela Pistorello, em *Ordenação do Território e Patrimônio. A questão dos itinerários culturais*, (2013, p.11), assim como Pinheiro (2007), considera que os roteiros culturais estão cada vez mais presentes no mundo contemporâneo, “[...] a proliferação de itinerários culturais, rotas, caminhos, etc., como forma de comercialização dos destinos turísticos é uma realidade que cresce exponencialmente”.

Pinheiro (2007) classifica esses roteiros em duas vertentes: primeiro, aqueles que se apropriam de uma via de deslocamento com conteúdo histórico e cultural pré-existent - são conhecidos mundialmente como *Itinerários Culturais*, título esse instituído pelos órgãos de preservação, já que alguns deles são salvaguardados; em segundo lugar, estão os roteiros que não possuem, nas vias de deslocamento, este conteúdo cultural, mas que, porém, são estabelecidos com essa mesma temática. Conforme a autora, são os que “[...] usam um recurso cultural como tema aglutinador e ‘constroem’ uma via pela qual o utente/turista poderá percorrer a história ou a cultura de um local” (PINHEIRO, 2007, p.218).

Pinheiro afirma que um roteiro cultural, para ser considerado como tal, deve conter alguns elementos primordiais: uma temática; uma via ou rede de circulação; um regulamento; um estabelecimento de apoio; placas sinalizadoras e; por último, um mapa orientador (PINHEIRO, 2007, p.222):

[...] um tema, aglutinador e distintivo; o suporte de uma rede viária ou outro tipo de comunicação (ex: uma rota de serrações junto das margens de um rio que possa ser percorrida num qualquer tipo de embarcação); um regulamento que assegure o funcionamento e controle dos elementos que integram o projeto; a existência de um local de apoio que faculte informação sobre a rota, bem como um sistema de promoção; sinalização (de acordo com as legislações internacionais e locais e/ou nacionais; um mapa com conteúdo explicativo sobre a Rota.

Como exemplo de roteiro cultural, Pinheiro (2007) apresenta a rota de Don Quijote, criada em 2005, e considerada, em 2007, um Itinerário Cultural pelo Conselho da Europa¹¹. Esta tem como tema a literatura e é formada de caminhos físicos que objetivam valorizar a obra de Miguel Cervantes Saavedra, cuja primeira publicação data de 1605. A rota é baseada nos caminhos percorridos por Dom Quixote de La Mancha, protagonista do livro, e é composta por 10 (dez) percursos estabelecidos em “Manchega”, uma província da Espanha. O livro não faz referência aos locais de partida e de chegada do percurso realizado por Dom Quixote. Entretanto, faz indicação dos locais visitados por ele e é por meio dessas indicações que a rota se estabelece (Figura 8 e Figura 9).

Figura 8 – Moinhos de vento na rota, em Consuegra, Alcázar de San Juan



Fonte: Turespaña (2017).

¹¹ O “Instituto Europeu de Itinerários Culturais [...] outorga o selo de Itinerário Cultural Europeu pelo Conselho da Europa, às rotas, percursos ou trajetos que possuam uma série de valores comuns” (PISTORELLO, 2013, p.2).

Figura 9 – Mapa da Rota Dom Quijote



Fonte: Castilla-La Mancha (2017).

Daniela Pistorelo (2013) tece uma crítica à Rota Dom Quijote. Ela considera tratar-se de um roteiro cultural inventado, já que elaborado com base em uma obra de ficção. Para a autora, quem visita a rota, na maioria das vezes, nunca leu a obra de Servantes por completo e, dessa forma, não é capaz de confrontá-la com o texto, objetivando encontrar coerência. Pistorelo afirma (2013, p.10):

Parece que a narrativa funciona muito mais no sentido de alimentar um fetiche sobre a obra que se tornou um clássico, para assim transformá-la num produto turístico, do que a história da produção da obra propriamente dita. Mesmo assim, dados da OMT de 2011 dizem que 1,88 milhões de turistas transitaram pela Rota de Dom Quixote dos quais 17% eram estrangeiros.

A maior parte dos agentes promotores dos roteiros culturais estão interessados no desenvolvimento local. Os recursos territoriais, bens culturais enredados por uma determinada narrativa/temática, são itens essenciais para alcançar este objetivo. Outro fator importante, para o sucesso de um roteiro cultural, é a sua gestão, que resulta, muitas vezes, em retorno econômico. Quando essa gestão é partilhada por agentes públicos e privados, contando com a participação popular, pode-se verificar maior democracia nesse desenvolvimento (PISTORELO, 2013).

Pistorelo (2013) afirma que o objetivo final da criação de um roteiro cultural, independente da instituição gerenciadora, pública ou privada, é a valorização local. Os desafios para alcançar essa valorização não são poucos. No caso das instituições públicas, percebe-se dificuldade na gestão das localidades participantes e interessadas na valorização de seus recursos. De todo modo, há, nesse caso, maior interesse na inserção da população no empreendimento. E, quanto menos recursos

financeiros o poder público possa oferecer para o desenvolvimento do roteiro, mais a população se envolve. “Talvez por isso se nota que há um esforço coletivo na dinamização das rotas porque o objetivo é valorizar as localidades para depois comercializá-las como destinos turísticos” (PISTORELLO, 2013, p.11).

Quando a gestão é privada, os investimentos em agências especializadas para confecção e promoção dos roteiros é uma questão importante. Neste caso, para potencializar os roteiros culturais, coletas de dados e inventários geralmente são solicitados. Conforme Pistorello (2013), o material desenvolvido por essas instituições acaba por adquirir alta qualidade, se observado o material publicitário produzido. Entretanto,

Em alguns casos a questão econômica fica muito mais em evidência do que a questão cultural, e isso fica explícito quando uma rota ou itinerário se preocupa em construir uma narrativa que atenda a algum interesse específico em detrimento de questões mais coletivas (PISTORELLO, 2013, p.11).

A instauração de roteiros culturais, conforme Pistorello (2013), pode contribuir na salvaguarda dos bens vinculados e do próprio roteiro. Este fato explica porque instituições preservacionistas “lançam mão” desta ferramenta, visando a preservação patrimonial. Esses roteiros culturais, ainda, são propulsores de uma ressignificação dos recursos, quando os bens culturais adquirem valor diferenciado. Além disso, Pistorello revela o papel das narrativas na produção da ressignificação (2013, p.11):

As narrativas construídas são definidas ou não *a priori* da criação do itinerário e convencem mais ou menos na medida em que são solidamente justificadas ou amparadas nos recursos que lhe dão origem. Percebe-se que quando se trata da narrativa construída a partir de bens culturais consolidados, a história narrada é reproduzida numa perspectiva consensual [...] a narrativa construída precisa estar destituída de conflitos, ser de fácil apreensão e um tanto linear. Importante ressaltar é que a narrativa atribuída às rotas é sempre uma ressignificação de algo relevante na história da mesma e que é construída a partir do olhar de alguém e de uma instituição sobre algo.

2.2 UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Os roteiros culturais, tão utilizados no mundo contemporâneo, têm sua origem há muitos séculos. O comércio que impulsiona o deslocamento das sociedades é o mesmo que funda a prática da visitação. Desse modo, pode-se dizer, o turismo nasce por meio de rotas comerciais.

Conforme Charles R. Goeldner, JR Brent Ritchie, Robert W. McIntosh, em *Turismo: princípios, práticas e filosofias*, o turismo nasce em 4000 a.C., com a sociedade

suméria - criadora do comércio, da roda e da escrita cuneiforme. O conjunto desses elementos possibilita o desenvolvimento de serviços próprios do setor turístico, como a hospedagem.

O épico de Gilgamesh (cerca de 2000 a.C.) conta as viagens do rei sumério que recebia orientações de uma deidade. Com um pequeno exagero da imaginação, a deidade de Dilgamech pode ser considerada o primeiro guia turístico! Isto acrescenta uma quarta razão para que demos o crédito sobre o início do setor turístico aos sumérios (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002, p.45).

Após os sumérios, a atividade turística pode ser notada por meio da civilização egípcia, que, ao erguer edificações monumentais, atrai curiosos de lugares diversos seja pela religiosidade ou pelo divertimento. No império novo, entre 1600 a 1200 a.C., tumbas como a Djoser, a Esfinge e as pirâmides de Gisé são marcadas por inscrições de visitantes com propósito de evidenciar sua visita, muitas vezes por meio de pintura ou riscos. Tal prática existe até hoje; tornou-se hábito, para alguns, inscrever seus nomes nos lugares visitados (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002).

A construção de estradas pavimentadas permite que romanos sejam os que, até então, mais estão próximos da prática moderna da visita de ordem cultural. As viagens são facilitadas por meio de percursos que se estendem por todo o império, alguns desses ainda existentes. Dessa maneira, visitas ao mediterrâneo, a lugares sagrados e monumentais, são comuns nesse período, contribuindo para a formação de ampla estrutura de serviços, suprimindo as necessidades dos visitantes (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002).

A Grécia e a Ásia Menor eram destinações famosas, oferecendo os Jogos Olímpicos, os banhos medicinais e *resorts* litorâneos, as produções teatrais, os festivais, as competições atléticas e outras formas de diversão e entretenimento. A combinação romana de império, estradas e necessidade de supervisão de suas riquezas, lazer, atrações turísticas e o desejo de viajar, criaram uma demanda por hospedagem e outros serviços de viagem que vieram a existir como uma forma inicial de turismo (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002, p.45).

É prática, nas viagens romanas, a contratação de guias, a compra de *souvenirs* e a marcação por grafismo nos monumentos. Também, observa-se expressiva produção de textos elaborados por romanos em suas viagens, cujas cópias se transformam em verdadeiros guias. Alguns autores afirmam ser por meio dessa prática, por intermédio desses manuais de visita, que surgem os roteiros culturais. Entre eles, está o *Guia Turístico da Grécia*, escrito por Pausanias entre 160 e 180 d.C. (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002).

Pinheiro (2007) afirma que o primeiro roteiro cultural do qual se tem notícias é *Descrição da Grécia*, cuja autoria é de Pausanias. Este escrito, do século II, descreve a Grécia de forma a criar um percurso, objetivando guiar visitantes romanos interessados em conhecer elementos históricos e culturais, no desfrute da localidade. O manuscrito apresenta aos turistas aspectos históricos da Grécia, seus costumes, seus monumentos, como também o caminho mais apropriado para realização da visita. Da mesma forma, no período contemporâneo, é possível notar propósitos parecidos, em roteiros por todo o mundo.

Conforme Goeldner, Ritchie e Jr McIntosh (2002), a decadência do Império Romano, entre os séculos IV e V, ocasiona um longo período de interrupção da prática turística voltada ao lazer. Nos séculos posteriores até a era moderna, na chamada Idade das Trevas, torna-se perigoso fazer viagens, poucos se arriscam a realizar deslocamentos desse tipo. No final desta era, entretanto, os roteiros voltam a aparecer em rotas religiosas utilizadas por peregrinos na busca de santuários como o de Santiago de Compostela, na Espanha. Por esse motivo, serviços voltados ao atendimento de peregrinos começam a surgir em detrimento dessas rotas. Esses, geralmente, são abrigados em casas, castelos, que, além da hospedagem, oferecem serviços como o empréstimo de dinheiro, ajuda médica e o fornecimento de mantimentos.

Um guia de viagem do século XIV dava aos peregrinos instruções detalhadas das regiões pelas quais iriam passar e os tipos de hospedagens disponíveis em rotas, muitas vezes, inóspitas. Não existiam mais estalagens, exceto tavernas locais, e umas poucas espalhadas pela Europa. Geralmente eram locais sujos e infestados de animais (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002, p.48).

Com a era moderna o turismo alcança força, provocando um forte movimento na Europa, a *Grand Tour*. Entre os séculos XVII e XVIII, pessoas viajam por todo continente; indo, principalmente, à Itália e à França; eram estudantes, diplomatas, empresários, em viagens que podiam durar anos. Inicialmente, como muitos desejavam estudar nos grandes centros da cultura, as razões deste movimento estavam nos objetivos educacionais. Com o tempo, o movimento passa a ser criticado, porque os antigos objetivos educacionais deram lugar à cultura do prazer.

Um dos aspectos interessantes da *Grand Tour* era sua forma convencional e regular. Já em 1678, John Gailhard, em seu *Compleat Gentleman*, havia descrito uma viagem de três anos como sendo habitual. Além disso ele apresentava um itinerário comum, que incluía uma longa estada na França, especialmente em Paris, quase um ano na Itália, visitando Gênova, Milão, Florença, Roma e Veneza, e depois um retorno à Alemanha e aos Países Baixos, via Suíça (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002, p.49).

Ainda no século XVIII, surge outra modalidade turística por meio dos *spas*, frequentados pelos possuidores das rendas mais altas na Europa. Essa prática, que nasce com os Romanos, reestabelece-se pela oferta de tratamento terapêutico, bem como pelos eventos vinculados: as competições, os jogos, as danças, entre outros. Em paralelo a esta atividade, os banhos de mar começam a ser sugeridos, pelos seus poderes medicinais, promovendo uma grande procura por praias. Esse quadro propicia o surgimento dos *resorts*, grandes estruturas, a beira mar, voltadas aos que buscam as propriedades curativas da água salgada. Com o tempo, os resorts passam a ser, além de locais terapêuticos, grandes centros de entretenimento, do ócio e do lazer (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002).

A era do turismo, por meio desse contexto, é iniciada. A forte demanda cria um ambiente propício para o surgimento das primeiras agências de viagens. Em 1822, um inglês, Robert Smart, torna-se o primeiro agenciador de viagens em navios a vapor. Logo depois, em 1841, outro inglês torna-se o primeiro agente de viagens de trem, Thomas Cook. Entretanto, é Thomas Bennett o primeiro agente especializado, fornecedor de pacotes individuais de viagens. Bennet torna-se um agente após organizar vários passeios a importantes visitantes ingleses pela Noruega, onde atua como secretário do cônsul-geral. É provável que ele tenha sido o primeiro homem a estruturar roteiros organizados (GOELDNER, RITCHIE, JR MCINTOSH, 2002, p.51):

Por fim, em 1950, estabeleceu uma empresa na condição de “organizador de viagens” e fornecia itinerários, transporte, provisões e um “*kit* de viagem” para viajantes individuais. Ele costumava providenciar cavalos e hotel, com antecedência, para seus clientes.

Ainda com relação a esse contexto do turismo moderno, originado por meio das viagens educacionais europeias, João dos Santos Filho, em *Ordem Régia de censura a roteiros turísticos do século XVIII: André João Antonil no Índex*, afirma que o primeiro roteiro de viagem do Brasil é o produzido por André João Antonil, e publicado em 1711, no livro *Cultura e Opulência do Brasil*. Neste material, o autor expõe as riquezas brasileiras, principalmente minerais, revelando um ambiente favorável ao desenvolvimento. Narra, também, o percurso realizado por visitantes em busca do ouro nos caminhos que iam da costa brasileira até as minas. André João Antonil foi um dos primeiros escritores a descrever o Brasil trazendo detalhes até então não relevantes. Dentre os elementos observados, e descritos no texto, estão as distâncias percorridas, as estalagens e os alimentos consumidos pelos que buscavam chegar às

vilas surgidas a partir da riqueza gerada pela exploração de minerais preciosos. O livro, ao reunir essas informações, é considerado valioso pelos que haviam de explorar o território colonial, dentre eles comerciantes, aventureiros e piratas.

Em primeiro lugar, podemos afirmar que uma das características desses roteiros é possuir em sua essência a sedução do desconhecido, o exótico e o medo ao mesmo tempo da aventura e exploração. As condições de domínio sobre as possíveis variáveis que poderiam ocorrer eram quase sempre impossíveis de serem controladas. Em virtude das condições objetivas existentes naquele dado período histórico, cada viagem, mesmo que repetida várias vezes, era sempre recheada de novas emoções, quanto ao clima, presença de animais silvestres de vários portes, índios pedintes e ou ferozes, escravos fugitivos e doentes, grupos de assaltantes e andarilhos penitentes e beatos. Toda viagem tinha um sentido de exploração, aventura e perigo (DOS SANTOS FILHO, 2001, p.75).

Conforme Dos Santos Filho (2001), André João Antonil é considerado “[...] uns dos primeiros estudiosos a escrever roteiros de viagens” (DOS SANTOS FILHO, 2001, p.77). Entretanto, ainda que a finalidade dos roteiros descritos pelo jesuíta não seja a divulgação turística, os mesmos se enquadram em um contexto de surgimento “embrionário” da atividade; sendo que a prática da descrição de viagens com fins de divulgação se estabelece no século XVIII.

Os roteiros do século XVIII podem ser vistos como roteiros turísticos, pois já se configuram em um produto com valor de uso e de troca e se colocam ao mundo como uma mercadoria a ser consumida pelo interesse econômico e geopolítico (DOS SANTOS FILHO, 2001, p.79).

Já foi explicitado que, na contemporaneidade, os roteiros são uma realidade, e são cada vez mais valorizados no mundo. Tão forte é esta realidade que Daniela Pistorello (2013, p.2) pergunta:

Quem nunca caminhou por uma trilha marcada pelo curso de um rio ou bens de interesse cultural, percorreu um itinerário na tentativa de refazer um caminho já criado em outros momentos históricos e/ou simplesmente criou um roteiro de viagem selecionando, através dos mais diferentes critérios, um ou outro aspecto de um território que desejasse conhecer? Certamente a resposta geral à pergunta um tanto bucólica é sim.

Atualmente, é banal encontrar e fazer uso de roteiros espalhados pelos mais diversos territórios e dentre as suas modalidades, um número expressivo de pessoas parece ter preferência pelos chamados roteiros culturais. Não causa espanto tal informação já que, no mundo contemporâneo, a cultura adquire expressivo grau de valorização. São muitos os estudiosos que indicam haver uma espécie de culturalização ocorrendo, nos mais diversos campos da sociedade.

A valorização da cultura é confirmada por Henri-Pierre Jeudy (1990), em *Memórias do Social*. Para ele, isso é verificado quando observados os monumentos, a salvaguarda

do patrimônio e o crescente número de museus, que têm movimentado a população mundial de um lado a outro do mundo, muitos em busca de uma experiência com a história, procurando conhecer e explorar as memórias por quaisquer meios possíveis.

Andreas Huyssen (2000), em *Seduzidos pela memória*, confirma a ideia de culturalização ao identificar que o passado tem sido explorado como componente essencial da cultura de uma sociedade. Ele revela que, não obstante as ações do capital para transformar a cultura numa espécie de comércio, existem outros fatores que têm ampliado o desejo da sociedade pelo passado, como a tecnologia, o consumismo desenfreado, além da mobilidade global.

Françoise Choay (2001, p.206), em *A alegoria do patrimônio*, afirma que vivemos na era “indústria cultural”, quando a cultura assume o papel de produto a ser comercializado. Desde o surgimento do patrimônio, ainda materializado nas antiguidades e monumentos nacionais, o valor econômico vem se apresentando. Porém, com a criação da Unesco (1945), sua comercialização se potencializa, ao mundializar essa invenção ocidental a todos os povos da terra, por meio de suas recomendações e da salvaguarda dos bens excepcionais da humanidade.

A palavra “cultura” se difunde a partir dos anos 1960. Símbolo de sua fortuna, a criação de um ministério para assuntos culturais, que logo se torna “da Cultura”, é um modelo que não tarda a ser adotado pela maioria dos países europeus e a atravessar os mares. Malraux cria as *Maisons de la Culture* [Casas da Cultura], ao passo que a “cultura” se diversifica: culturas minoritárias, cultura popular, cultura do pobre, cultura do corriqueiro...

Em determinado momento, os problemas suscitados pela difusão da “cultura” precipitam uma mudança semântica. Os museus consagram essa mudança, antes dos monumentos. A cultura perde seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria (CHOAY, 2001, p.210).

2.3 ROTEIROS CULTURAIS NAS INSTITUIÇÕES PATRIMONIAIS

Os roteiros culturais se vinculam à prática patrimonial de diversas maneiras. A mais institucionalizada forma de vinculação está na categoria de preservação criada pela Unesco, em 2005, os Itinerários Culturais, que possuem como objetivo a proteção das rotas patrimoniais. Tão emblemáticos quanto os Itinerários Culturais são os roteiros criados por instituições preservacionistas em que a temática é o patrimônio, com fins de solucionar os problemas de salvaguarda. Tem-se, ainda, os roteiros culturais produzidos seja por organizações governamentais, seja por organizações comerciais, que objetivam o desenvolvimento econômico por meio do turismo. Como afirma

Daniela Pistorello em *Ordenação do Território e Patrimônio. A questão dos itinerários culturais*:

Existem algumas centenas de itinerários culturais espalhados pelo globo. Uns reconhecidos pelo Comitê Científico de Itinerários Culturais (CCIC), que integra o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) órgão da UNESCO, outros, que já têm certa tradição no estabelecimento de itinerários culturais, e muitas instituições que investem na criação de itinerários culturais há menos tempo (PISTORELLO, p.2).

Pistorello (2013) apresenta algumas das instituições e roteiros culturais localizados em diversos continentes. Conforme a autora, na América do Norte, o *National Park Service* - órgão responsável por desenvolver as políticas de salvaguarda do patrimônio dos Estados Unidos, em 2009 - cria a *Lei do Sistema Nacional de Trilhas*, que institui diversos roteiros culturais pelo país. Na Ásia, a Rota da Seda é hoje um Itinerário Cultural protegido pela Unesco. Na Austrália, tem-se a Rota dos Aborígenes. Na África, as Rotas do Nilo exemplificam a propagação dos roteiros culturais. Na América do Sul, observa-se a participação de órgãos governamentais de preservação patrimonial na criação de roteiros culturais. Além disso, propostas de Itinerários Culturais têm sido fomentadas, como o Caminho Inca no Peru e Caminhos do engenho, no Brasil (PISTORELLO, 2013).

Em número de roteiros, a Europa parece a mais generosa. A criação do Instituto Europeu de Itinerários Culturais (EICR), responsável pela preservação de percursos, rotas, caminhos culturais no continente, possibilita a salvaguarda de diversos Itinerários Culturais (Tabela 3). O instituto é criado em 1998 mediante um acordo realizado pelo Conselho da Europa. Diante do grande número de Itinerários Culturais, Pistorello afirma (2013, p. 2):

Este quadro mostra indiscutivelmente o quanto os itinerários culturais têm sido valorizados nos mais variados lugares do mundo, o quanto são diversificados e tratados como destinos turísticos em potencial. De forma geral, são criados a partir de bens culturais tangíveis ou intangíveis, são portadores de uma história construída que, comumente, estabelece uma relação com o território e com aquele que o percorre. Seja como ordenador da paisagem, como produtos turísticos ou ambas as coisas, o fato é que os itinerários culturais fazem parte do jargão europeu mundial sobre patrimônio cultural e se proliferam cotidianamente.

Daniela Pistorello (2013) acredita que a Unesco, ao promover Itinerários Culturais, tenha influenciado a Europa na ampla criação dos roteiros culturais. Pode-se afirmar que tal influência é direta e indireta, seja por meio de leis de incentivos, seja pela propagação de uma cultura mundial criadora de roteiros culturais.

Tabela 3 – Os 32 Itinerários Culturais salvaguardados pelo EICR em 2017

The Santiago De Compostela Pilgrim Routes	Prehistoric Rock Art Trails
The Hansa	European Route of Historical Thermal Towns
The Viking Routes	The Route of Saint Olav Ways
The Via Francigena	The European Route of Jewish Heritage
The Routes of El Legado of Andalusi	The Casadean Sites
European Mozart Ways	The European Route of Ceramics
The Phoenicians Route	The European Route of Megalithic Culture
The Pyrenean Iron Route	The Huguenot and Waldensian trail
The Saint Martin of Tours Route	Atrium, on the architecture of totalitarian regimes of the 20th century
The cluniac sites in Europe	The Réseau Art Nouveau Network
The Routes of the Olive tree	Via Habsburg: See Europe through different eyes – on the trail of the Habsburgs
The Via Regia	The Roman Emperors and Danube Wine Route
Transromanica - The Romanesque Routes of European Heritage	In the Footsteps of Robert Louis Stevenson
The Iter Vitis Route	Destination Napoleon
The European Route of Cistercian abbeys	The European routes of emperor Charles V
The European Cemeteries Route	Route of the fortified towns of the Greater Region

Fonte: Council of Europe (2017).

2.3.1 A Unesco e os Itinerários Culturais

A ideia de itinerário cultural está contida no conceito de “rota cultural” que foi apresentado e debatido pela primeira vez quando a Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1993, em Cartagena, Espanha (PISTORELLO, 2013, p.4).

Como afirma Pistorello (2013), o surgimento dos itinerários Culturais - ou rotas patrimoniais salvaguardadas - está na inscrição da Rota de Santiago de Compostela na lista do patrimônio mundial. A rota é o primeiro Itinerário Cultural reconhecido pela Unesco, em 1993, e motiva a criação da categoria e da chancela como instrumento de sua preservação. Além disso, sua inscrição enseja a ampliação dos limites conceituais do patrimônio cultural até então estabelecidos.

Conforme Ana Elias Pinheiro, em *Itinerários culturais: viajando pela História* (2007), a rota de Santiago de Compostela é constituída de caminhos que levam à cidade de Compostela, na Espanha, utilizados para peregrinação. Contudo, em sua maioria, os percursos componentes da rota surgem de estradas preexistentes, percorridas tempos antes da utilização por peregrinos. O uso dos caminhos faz surgir vilas,

mosteiros, igrejas, e outros elementos, em suas proximidades. Protegida desde 1987, pelo Conselho da Europa, organização política mais antiga da Europa (constituída em 5 de maio de 1949), a rota de Santiago é a primeira salvaguardada do continente.

Posteriormente, a mesma é identificada como Patrimônio da Humanidade pelo Comitê do Patrimônio Mundial¹², em sua décima sétima sessão em Cartagena, Colômbia, conforme informações encontradas no documento *Convenção acerca da Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage. World Heritage Committee. Seventeenth session (Cartagena, Colombia))*. Nesta seção, é inscrita como Patrimônio da Humanidade, com o número 669, o comitê a identifica como pertencente à Espanha, sob os critérios¹³ II, IV e VI (Unesco, 1994a).

O relatório da sessão, além de apresentar intenções de uma posterior proteção conjunta entre Espanha e França, diante da provável extensão da rota ao território francês, destaca a importância de considerar como integrantes do patrimônio mundial os corredores históricos de transporte. Assim, após identificação da rota de Santiago de Compostela como integrante do patrimônio mundial, a Espanha registra a necessidade de reunir peritos para aprofundar discussões a respeito dos Itinerários Culturais (UNESCO, 1994a). A sugestão é aprovada pelo Conselho do Comitê do Patrimônio Mundial que, em 1994, reúne especialistas para este fim. Tal reunião culmina na elaboração de um relatório com conclusões referentes aos Itinerários Culturais, intitulado *Routes as part of our cultural heritage* (UNESCO, 1994b).

O relatório propõe a criação de categoria que integre as rotas culturais ao patrimônio mundial. Além disso, destaca que os Itinerários Culturais são representantes das movimentações populacionais e das trocas realizadas ao longo do espaço e do tempo, e define Itinerários Culturais como um conceito rico e fértil, dinâmico e aberto, que

¹² Criado na conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, de 1972, quando da instituição da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (Unesco, 1972); este comitê, de caráter intergovernamental, tem a responsabilidade de proteger o patrimônio mundial, cultural e natural.

¹³ Estes critérios, justificadores da inserção das rotas como integrantes da lista do patrimônio da humanidade, são estabelecidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial, no documento *Diretrizes Operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial* (

Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention), e são revisados à medida que ocorrem alterações nos conceitos patrimoniais. Os critérios, referentes aos bens selecionados na décima sétima sessão do comitê, são os instituídos pelas diretrizes operacionais de 1992, modificadas em 1994, ano posterior ao evento (UNESCO, 1992).

contribui para a preservação do patrimônio das sociedades (UNESCO, 1994b). Este é o começo das discussões com relação à nova categoria, que culmina na sua criação, em 2005¹⁴, e na elaboração da Carta de Itinerários Culturais.

A Carta dos Itinerários Culturais (ICOMOS, 2008), desenvolvida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CIC-ICOMOS, aprovada em Quebec, Canadá, em 2008, define os Itinerários Culturais como fruto do desenvolvimento das ciências da preservação. Nesse entendimento, a categoria pode ser reconhecida como mais uma expressão da continuidade das narrativas patrimoniais em acompanhar e fomentar revisões conceituais e instrumentais. Mas, é importante ressaltar, trata-se de uma novidade: proteção de bens de grandes proporções e de conteúdos complexos.

Conforme a carta, um itinerário cultural pode ser identificado como uma via de comunicação com fins diversos e de forte representatividade na história. Estes itinerários são espelhos das sociedades que os utilizam ao longo da história. Fenômenos de valor singular, condensam bens patrimoniais amalgamados pela ação antrópica ao longo do tempo. Constituídos *a priori* ou não, elaborados ou gerados espontaneamente, originam-se do desenvolvimento das adaptações espaciais humanas. Sua identificação não pode prescindir de olhares interdisciplinares e capazes de abordar toda sua complexidade (ICOMOS, 2008).

Os Itinerários Culturais representam as movimentações sociais, suas interações e produtos no território. O conceito reforça a aceitação das diversidades ao reunir elementos representativos de diversas sociedades. Surge como possibilidade de enriquecimento de outras chancelas sem, entretanto, suprimi-las. Possibilita uma visão ampla e completa do patrimônio cultural (ICOMOS, 2008).

Os objetivos da carta são fundamentar, conceitual e metodologicamente, a categoria Itinerário Cultural e dispor os meios para seu estabelecimento, conhecimento, valorização, proteção, conservação e gestão. Também pretende estabelecer os

¹⁴ Em 1995, na 19ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Berlim, em momento de redefinição das diretrizes operacionais e dos critérios de identificação dos bens, o Comitê do Patrimônio Mundial¹⁴ dispõe que as rotas culturais passem a integrar o Patrimônio Cultural (ICOMOS, 2008). Entretanto, só em fevereiro do ano de 2005 a Unesco reconhece os Itinerários Culturais como categoria possível para inclusão de bens como Patrimônio Mundial, conforme Flávia M. Possato Cardoso e Leonardo Barci Castriota, no artigo *O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: o caso da Estrada Real* (2012).

critérios e princípios que possibilitem um desenvolvimento durável, economicamente e socialmente, além de possibilitar a cooperação internacional. Busca, também, auxiliar o financiamento de projetos para salvaguarda ao longo do mundo. Segundo ICOMOS (2008, p. 3), tem-se por definição que:

Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objetivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições:

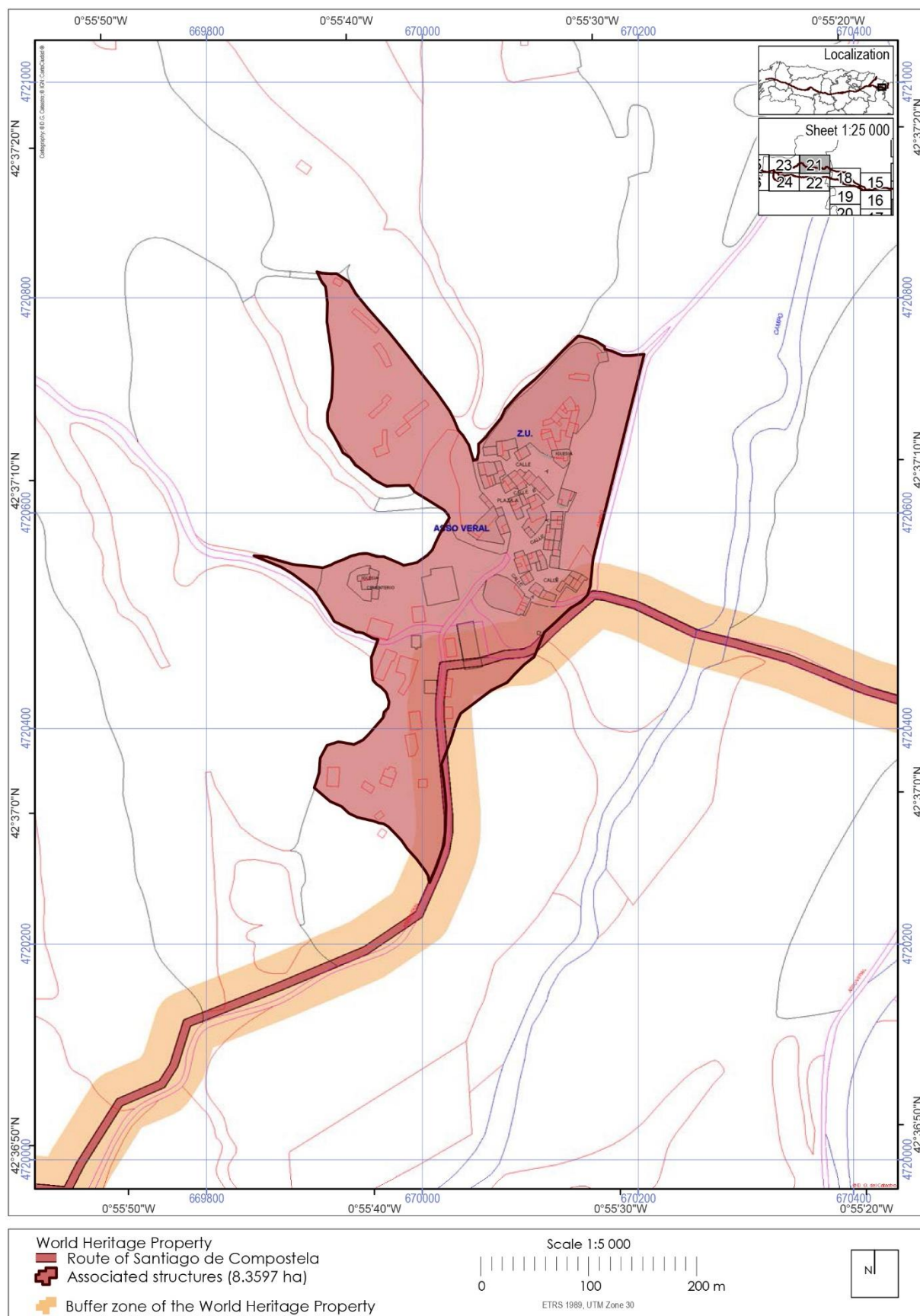
- a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interativos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes;
- b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu patrimônio tangível como intangível.
- c) ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.

Para identificação, na carta são descritos os elementos definidores que auxiliam na eleição de um itinerário cultural: O contexto em que está estabelecido - natural e cultural; Seu conteúdo - elementos tangíveis e intangíveis, que fazem dele um elemento concreto e rico culturalmente; Seu valor de conjunto partilhado - de força maior que os elementos que o integram; O caráter dinâmico - de grandes influências culturais de interatividade; Seu meio - onde se insere territorialmente e socialmente (ICOMOS, 2008).

Para melhor compreensão dos Itinerários culturais, tem-se, na (Figura 2), mapa da identificação parcial da Rota Santiago de Compostela como patrimônio mundial, conforme documento *Route of Santiago de Compostela – Maps of inscribed property*, de 2014. A salvaguarda é realizada a partir de três elementos: a rota – referenciada no mapa como uma linha; as estruturas associadas à rota – mancha em cor vermelha representando a porção de área protegida; a zona de amortecimento – nas extremidades da rota, em cor laranja (UNESCO, 2014).

O documento de instituição da rota considera, além do percurso, uma faixa de 30 (trinta) metros em cada uma de suas laterais a ser protegida (Figura 10). A zona pode se alargar onde houver cidades e/ou outros elementos culturais importantes, conforme documento *The Route of Santiago de Compostela (Nomination file)* (UNESCO, 2015).

Figura 10 – Mapa da Rota de Santiago de Compostela. Asso-Veral



Fonte: Unesco (2014).

Nas estatísticas da Unesco sobre o patrimônio mundial, em tabela que relaciona os bens inscritos por ano, são encontrados os bens identificados pelo termo rotas (*routes*) em sua descrição (Tabela 4):

Tabela 4 – Itinerários Culturais protegidos pela Unesco

1993	Rotas de Santiago de Compostela: Caminho Frances e Rotas do Norte da Espanha
1998	Rotas de Santiago de Compostela na França
2004	Sítios Sagrados e Rotas de Peregrinação na Cadeia de Montanhas de Kii
2005	Rota do Incenso - Cidades do Deserto de Negev
2012	Local de nascimento de Jesus: Igreja da Natividade e a Rota de Peregrinação
2014	Rota da Seda: Redes de Rotas no Corredor de Chang'an-Tianshan

Fonte: Unesco (2016a). Tradução nossa.

Além das rotas salvaguardadas, outras têm sido indicadas a receber a chancela dos Itinerários Culturais. No Brasil, tem-se o Caminho do Ouro, em Paraty, Rio de Janeiro, como pretendente a receber este título. Este é definido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan - como uma rota correspondente ao caminho inicialmente utilizado por índios, e apropriado por bandeirantes em expedições ao interior do Brasil na busca de riquezas minerais. No passado, o percurso adquire maior importância ao se unir à rota do Ouro, servindo de via de escoamento do metal de Minas Gerais em direção à costa litorânea (Figura 11).

Figura 11 – Caminho do Ouro em Paraty (RJ)



Fonte: Acervo da autora (2016).

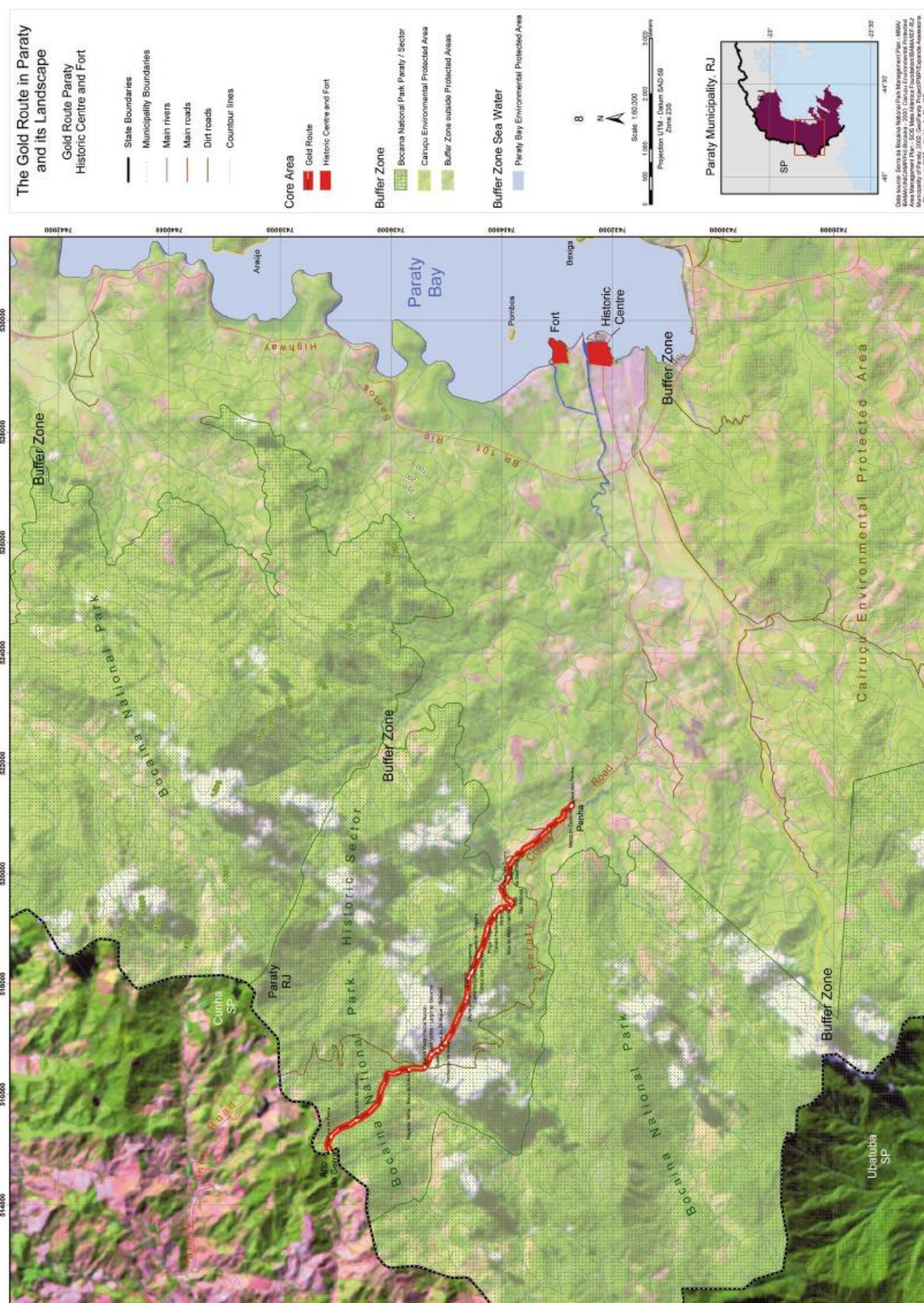
Hoje a rota é utilizada para fins turísticos, conforme documento elaborado em 2008, *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*, pelo Comitê Executivo pró-Unesco. Segundo o documento (COSTA, 2008, p. 125):

O Caminho do Ouro de Paraty é o primeiro testemunho de como se processaram as rotas e os caminhos de colonização do interior do território brasileiro. Constituiu uma rota cultural pioneira. É testemunho marcante de como deflagrou-se a grande aventura de ocupação portuguesa do 'inter-land' da América do Sul, durante o denominado 'Ciclo do Ouro'.

A proposta, elaborada em 2008, para a inscrição do Caminho do Ouro na lista do Patrimônio Mundial, compreende o remanescente estabelecido entre o bairro Penha, distante 8,5 km do sítio histórico, até o limite do município com o estado de São Paulo, faixa equivalente a 11.700m de extensão (COSTA, 2008). A área para salvaguarda abrange todo o percurso e se estende 30m perpendicularmente ao longo de suas margens – com exceção de um largo correspondente ao patamar do Pouso do Souza – como se observa na planta indicativa do Caminho do Ouro e sua Paisagem para inscrição como Patrimônio Mundial (Figura 12).

Conforme Maria Tereza Duarte Paes, em *Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ)*, a primeira tentativa de inscrição do Caminho do Ouro na lista do Patrimônio Mundial, como Itinerário Cultural, ocorrida em 2008, não é bem-sucedida. A proposta, não aprovada pela Unesco, e apresentada com o título *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*, além do caminho, indica o Centro Histórico e o Forte Defensor Perpétuo como áreas de interesse de salvaguarda. A partir de então, a Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty busca a proteção do itinerário por meio da elaboração de um terceiro dossiê, formulando uma proposta de tombamento “[...] como sítio misto, isto é, como patrimônio cultural e natural [...]” (PAES, 2015, p.112). Esta última proposta é apresentada ao Comitê do Patrimônio Mundial em 2009, tendo, porém, recebido solicitação de revisão, particularmente voltada à melhoria do saneamento básico da cidade (PAES, 2015).

Figura 12 – Planta indicativa do Caminho do Ouro e sua Paisagem



Fonte: Costa (2008).

2.3.2 Roteiros Nacionais de Imigração

Em 2007, em Santa Catarina, inaugura-se o projeto de nome *Roteiros Nacionais de Imigração*. O mesmo é aclamado como alternativa redentora de proteção dos bens culturais, advindos dos imigrantes desbravadores e ocupantes de parte do território brasileiro. O projeto, uma criação do Iphan, tem pretensões de se estender a todo território nacional¹⁵, promovendo salvaguardas na união de diversas ações protetivas como o tombamento e a criação de roteiros de visitação.

Segundo Paula Porta (2012), no livro *Política de preserva o do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de a o e resultados – 2000/2010*, o referido Projeto   criado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e lançado em 2007, tendo como referência sua primeira realiza o no estado de Santa Catarina. Em Santa Catarina,   empreendido por meio de parcerias entre o Iphan, a Funda o Catarinense de Cultura (FCC), Municípios, Governo do Estado, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Sebrae-SC, tendo como principal objetivo a preserva o de bens culturais, materiais e imateriais, e sendo o tombamento¹⁶ apenas uma das a es de valoriza o e prote o do patrimônio. Cada organiza o se responsabiliza pela aplica o de a es específicas de preserva o, neste caso o trabalho   desenvolvido em parceria, inclusive entre o público e o privado.

A valoriza o da produ o de imigrantes estabelecidos em Santa Catarina, nos séculos XIX e XX, inicia-se com o tombamento do Cemitério Protestantes, em Joinville, em 1962, e da Casa do Professor e Escola Rural em Rio dos Cedros, em 1985. A partir desse período, estudos objetivando a salvaguarda, são empenhados, dentre eles pesquisas bibliográficas, levantamentos fotográficos, inventários, entrevistas, entre outros. Este conjunto de trabalhos culmina no lançamento do projeto em 2007 e, nesse momento, são tombadas 45 edifica es, dois núcleos rurais e um núcleo urbano, representativos da imigra o alemã, italiana, ucraniana e polonesa. O núcleo urbano tombado corresponde a Alto Paraguaçu, em Itai poles, e os dois núcleos rurais são o Vale do Rio da Luz, em Jaguar  do Sul, e a Região de Testo Alto,

¹⁵ “Os próximos contextos previstos para incorpora o ao Projeto Roteiros Nacionais de Imigra o são o da imigra o japonesa no vale do Ribeira, em São Paulo, o da imigra o ucraniana e polonesa no Paraná e o da imigra o alemã e italiana no Rio Grande do Sul” (PORTA, 2012, p.38).

¹⁶ O tombamento   o principal instrumento legal de prote o utilizado no Brasil, regulamentado pelo Decreto-Lei 25/37, conforme Maria Cristina Rocha Simão, em *Preserva o do Patrimônio Cultural em cidades* (2001).

em Pomerode. Além dessas, outras, após essa data, encontram-se em processo de tombamento (PORTA, 2012).

Porta (2012) afirma que o Projeto Roteiros Nacionais de Imigração visa à salvaguarda e a gestão compartilhada do patrimônio do imigrante, entre municípios, estado e união, buscando alcançar investimentos para um desenvolvimento regional. Dessa forma, o projeto pretende manter os produtores rurais em suas propriedades (Figura 13) e auxiliar sua subsistência – quando a produção dos imigrantes no passado, especificamente nesta localidade, refere-se, principalmente, às pequenas propriedades agrícolas:

Entre as ações inéditas de preservação que o Iphan experimenta através desse projeto está o incentivo à qualificação da inserção no mercado dos produtos oriundos das pequenas propriedades (queijos, embutidos, doces, pães, etc.), destacando as características tradicionais de produção e seu lastro cultural, com vistas à sustentabilidade dessas propriedades. Tal ação guarda várias similaridades com o programa Promoart, voltado para a promoção e a valorização do artesanato tradicional. Outra iniciativa em curso é o desenvolvimento de roteiros turísticos (PORTA, 2012, p.38).

Figura 13 – Propriedade rural em Blumenau (SC)



Fonte: Sergio Vignes/Arquivo Iphan apud Porta (2012).

A experiência em Santa Catarina pode ser verificada em publicação do Iphan, contendo dois volumes, elaborada em 2007, *Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina. Dossiê de Tombamento*. Conforme este documento, o Projeto é aplicado como alternativa de desenvolvimento sustentável e preservação eficiente, quando aposta na criação de roteiros de visita para geração de renda para os

trabalhadores rurais. O projeto visa a exposição de referências culturais, através de um roteiro, e o resgate de sua história, antes não valorizada, principalmente como patrimônio nacional. O objetivo central do projeto é interligar os elementos de interesse de preservação, formando uma rede e, assim, evitar o isolamento, e resultar numa eficaz preservação dos bens materiais e imateriais (IPHAN, 2007).

O Dossiê apresenta a primeira proposta de preservação dos bens culturais em Santa Catarina. Os exemplares edificados são indicados para tombamento não só a nível nacional, mas, também a nível estadual e municipal. Após um amplo inventário, os bens são identificados e apresentados em mapas, e estão diferenciados em cor quanto ao nível de preservação (Figura 14). Eles estão dispostos ao longo de caminhos, os principais, que podem vir a constituir os roteiros. São dez mapas, concentrados na Região do Vale do Itajaí e do Planalto Norte, considerados os que abrigam os bens mais representativos; o décimo primeiro mapa refere-se à parte da região Sul (IPHAN, 2007).

O mapa identifica a Região de Texto Alto, no município de Pomerode (SC), e representa as unidades com previsão de proteção a nível nacional (em vermelho), a nível estadual (em azul claro), a nível municipal (em azul escuro), além das unidades sem identificação para tombamento (em cinza). Como revela o dossiê, a preservação desses bens não depende somente do tombamento, este sozinho não é suficiente. “As propostas de tombamentos nos três níveis de governo pressupõem a criação dos Roteiros Nacionais de Imigração, mesclando o caráter turístico intrínseco com a possibilidade de estimular a fixação do produtor rural no campo” (IPHAN, 2007, p.272).

Neste sentido, quanto ao desenvolvimento de atividades, que vão além dos tombamentos, entre as parcerias que se estabelecem, Porta (2012) aponta o *Projeto Turismo Rural, Étnico e Cultural do Vale Europeu*, no Vale do Itajaí. Ele envolve vários parceiros, entre artesãos, cooperativas, agricultores, além de contar com o apoio público.

O Projeto Turismo Rural, Étnico e Cultural do Vale Europeu conta com as parcerias do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Sebrae-SC e da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri). Esse projeto é desenvolvido junto a agricultores familiares, empreendedores e proprietários rurais, famílias residentes, artesãos, entidades e organizações culturais e cooperativas que preservem e detenham os valores de conteúdo histórico, cultural ou étnico próprios do Vale do Itajaí (PORTA, 2012, p.218).

A Prefeitura de Pomerode¹⁷ revela que o Projeto Turismo Rural, Étnico e Cultural do Vale Europeu é criado em 2008, e, por meio dele, dois roteiros são promovidos, o Roteiro Arte e Charme, vinculados a Jaguará do Sul e Timbó, e a Rota do Enxaimel, na região de Texto Alto. A Rota do Enxaimel tem percurso de 16km e reúne edificações construídas pela técnica de mesmo nome, própria dos imigrantes estabelecidos em Santa Catarina (Figura 15 e Figura 16). Pomerode a considera como um atrativo turístico municipal reunindo 50 edificações, sendo que o município possui cerca de 240 construções nessa tipologia.

Figura 15 – Texto Alto, Pomerode



Fonte: Pomerode (2017).

O trajeto do roteiro, em Texto Alto, Pomerode é por estrada de chão, já que está estabelecido em área rural, e as edificações ao longo do caminho se encontram em bom estado de conservação. O mesmo possui edifícios e paisagens preservados pelo Instituto Nacional de Patrimônio Histórico (Iphan)¹⁸. Entre alguns dos atrativos do circuito estão o Pórtico do Imigrante “Wolfgang Weege”; a Casa Comercial Weege – “Feira do Produtor”; a Pomerode Jeep Tour; a Casa Siewert; Trilha da Natureza;

¹⁷ Informações obtidas por meio do site oficial da Prefeitura de Pomerode/SC: <<http://www.pomerode.sc.gov.br>>.

¹⁸ A partir dos estudos para implantação dos Roteiros Nacionais de imigração, verifica-se a necessidade de criação de ferramentas mais adequadas à salvaguarda de elementos vinculados a paisagem. O projeto, assim, precede a criação da Chancela da Paisagem Cultural, no Brasil, em 2009. (PORTA, 2012)

Carros de Mola de Klaus Volkmann; Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Testemunhas de Jeová; Cemitério dos Imigrantes; Pousada Casa Wachholz.

Figura 16 – Rota do Enxaimel



Fonte: Pomerode News (2017).

O Roteiro Arte e Charme, em Timbó e Pomerode, reúne estabelecimentos que preservam os ofícios, usos e costumes de seus antepassados imigrantes. Destaca-se a produção de velas e de ovos pintados à mão, além das iguarias. Os atrativos são Strudelhaus Café Colonial; Ferraria Arthur Siebert e Cia; Grützmacher Produtos Coloniais; Porcelanas Schmidt; Confeitaria e Restaurante Torten Paradies; Chocolates Nugali; Souvenir Ecke – Fensterbilder; Casa do Escultor Erwin Curt Teichmann; Nani Atelier – Bauernmalerei; Velas Artesanais Guenther; Museu – Casa do Imigrante Carl Wegee; Ovos pintados à mão – Silvana Pujol; Schuster Arte em Madeira; Divina Flor – Costura Artística; Denusa Demarchi – acessórios em couro de peixe.

3 MUSEIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO: UMA EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL

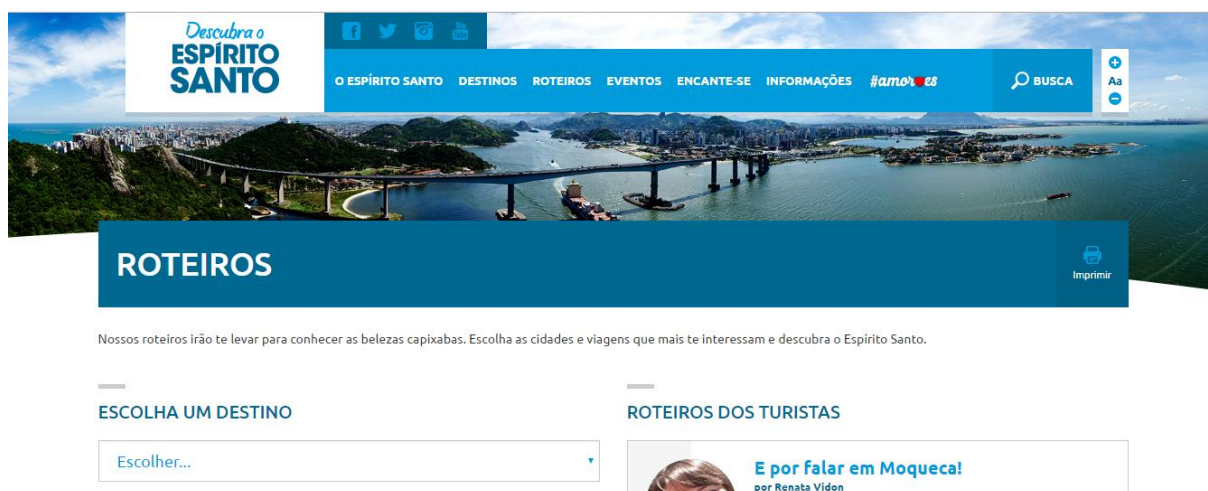
O propósito deste capítulo é analisar a museificação territorial em um objeto concreto, de forma a experimentar o conceito formulado no capítulo de embasamento teórico. O objeto escolhido, o Circuito Caravaggio, é estudado neste item em três etapas: em primeiro lugar, a situação dos roteiros culturais espírito-santenses é analisada visando compreender o contexto no qual o Circuito Caravaggio está inserido; em segundo lugar, o Circuito Caravaggio é referenciado de forma a reunir as informações necessárias à experimentação conceitual. Esta apresentação ocorre por meio de um reconhecimento do objeto – realizado por observação – e pesquisa bibliográfica; finalizando o capítulo, analisa-se o Circuito Caravaggio a partir do conceito de museificação territorial.

3.1 ROTEIROS CULTURAIS NO ESPÍRITO SANTO

Os roteiros culturais são uma realidade nos mais diversos territórios do planeta (PISTORELLO, 2013); são elementos que crescem a cada dia, em um movimento que pode ser considerado mundializado. O Estado do Espírito Santo, no Brasil, não é exceção a este fato. Nota-se um número expressivo de roteiros em seu território e, dentre eles, muitos são os que utilizam a cultura como temática. Além disso, percebe-se, na constituição e divulgação desses roteiros, ampla participação governamental que, juntamente com a iniciativa privada e os poderes locais, potencializa a produção dos mesmos. A exploração de roteiros pelo governo do Espírito Santo pode ser identificada, por exemplo, por meio do site de divulgação turística *Descubra o Espírito Santo*. O site, de administração do Estado, apresenta diferentes opções de roteiros, subdivididos pelos municípios de origem (Figura 17). Nesta opção de busca, são encontrados 83 roteiros, quando quantificado o número de roteiros presentes em cada município¹⁹.

¹⁹ Em pesquisa realizada em 15 de março de 2016, no endereço <<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/roteiros>>, obtém-se a seguinte relação de roteiros por município: Afonso Cláudio (Roteiros estaduais e interestaduais) - Água Doce do Norte (0) - Águia Branca (0) - Alegre (0) - Alfredo Chaves (Caminho das Águas; Circuito Vale da Aventura; Rapel na Cachoeira Matilde; Sete Maravilhas) - Alto Rio Novo (0) - Anchieta (Belezas Capixabas; Circuito Praias, Lagoas e Projeto TAMAR (IPCMAR); Circuito Turístico dos Imigrantes; Circuito Vale Viver Corindiba; Conheça o Espírito Santo e suas belezas naturais; Passeio no litoral e nas montanhas capixabas; Turismo religioso no Espírito Santo) - Apicá (0) - Aracruz (Circuito Encanto e Sabores do Campo; Encantos e Sabores do Campo) - Atílio Vivácqua (0) - Baixo Guandu (0) - Barra de São Francisco (0) -

Figura 17 – Oferta de roteiros na página Descubra o Espírito Santo



Fonte: Espírito Santo (2017j).

Boa Esperança (0) - Bom Jesus do Norte (0) - Brejetuba (0) - Cachoeiro de Itapemirim (Rapel na Cachoeira Alta) - Cariacica (Circuito Terras Altas; Circuito Turístico Monte Mochuara) - Castelo (Circuito Turístico Caminhos da Natureza; Sociedade Castelense de Cultura Ítalo-brasileiro) - Colatina (0) - Conceição da Barra (0) - Conceição do Castelo (0) - Divino de São Lourenço (0) - Domingos Martins (Circuito Turístico Paraju; Circuito Turístico Pedra Azul; Circuito Turístico Rurais de Domingos Martins; Montanhas Capixabas; Rota do Lagarto; Tour Montanhas Capixabas) - Dorcas do Rio Preto (Trekking no Pico da Bandeira) - Ecoporanga (0) - Fundão (0) - Governador Lindenberg (0) - Guaçuí (Circuito Turístico Caparaó Capixaba) - Guarapari (Histórico e Cultural de Guarapari; Mergulho em Recifes e Naufrágios Guarapari; Mergulho em Recifes e Naufrágios Guarapari; Praia de Guarapari; Roteiro Ecoturismo; Roteiro Náutico; Tour Praias de Guarapari) - Ibatiba (0) - Ibraçu (Circuito Caminho da Sabedoria) - Ibitirama (0) - Iconha (Circuito Agroecológico; Circuito Água) - Irupí (Circuitos Serras, Águas e Cafezais) - Itaguaçu (Aventura nos Cinco Pontões) - Itapemirim (Aventura no Frade e a Freira) - Itarana (0) - Iúna (0) - Jaguaré (Encantos do Cricaré) - Jerônimo Monteiro (0) - João Neiva (Roteiro Turístico Cultural Demétrio Ribeiro; Roteiro Turístico Cultural Demétrio Ribeiro) - Laranja da Terra (0) - Linhares (Circuito do Cacau e do Verde; Circuito do Coco e das Águas; Foz do Rio Doce) - Mantenópolis (0) - Marataízes (0) - Marechal Floriano (Circuito Turístico Vale do Verde) - Marilândia (0) - Mimosa do Sul (0) - Montanha (0) - Mucuri (0) - Muniz Freire (0) - Muqui (Sítio Histórico de Muqui) - Nova Venécia (Circuito APA da Pedra do Elefante; Circuito das Águas Doces) – Pancas (Aventura nos Pontões Capixaba (Pedra da Boca); Aventura nos Pontões Capixaba (Pedra do Camelo); Circuito Turístico Pontões Capixabas) - Pedro Canário (Circuito do Artesão; Circuito do Beiju; Circuito Folia de Reis) - Pinheiros (0) - Piúma (0) - Ponto Belo (0) - Presidente Kennedy (0) - Rio Bananal (0) - Rio Novo do Sul (0) - Santa Leopoldina (Rapel na Cachoeira do Palito; Rapel na Cachoeira Véu de Noiva) - Santa Maria de Jetibá (Circuito Turístico Terras Pomeranas de Santa Maria de Jetibá; Trekking na Pedra do Garrafão) - Santa Teresa (Circuito Colibris de Santa Teresa; Circuito Turístico Caravaggio de Santa Teresa) - São Domingos do Norte (0) - São Gabriel da Palha (0) - São José do Calçado (0) - São Mateus (0) - São Roque do Canaã (0) - Serra (Circuito das Águas – Lagoa do Juara; Circuitos do Agroturismo da Serra – Circuito Chapada Grande; Circuitos do Agroturismo da Serra – Circuito Guaranhuns; Circuitos do Agroturismo da Serra – Circuito Muribeca; Circuitos do Agroturismo da Serra – Circuito Pitanga; Praia de Manguinhos; Trekking no Mestre Álvaro) - Sooretama (0) - Vargem Alta (Circuito da Uva e do Café) - Venda Nova do Imigrante (Agroturismo de Venda Nova; Circuito de Agroturismo de Venda Nova do Imigrante) - Viana (Circuito Religioso de Viana) - Vila Pavão (0) - Vila Valério (0) - Vila Velha (Aventura no Morro do Penedo; Rapel no Morro do Moreno) - Vitória (Aventura na Pedra dos Dois Olhos; City Tour Vitória/ Vila Velha; Passeio de lancha na costa de Vitória e Vila Velha; Pesca Oceânica – Vitória capital mundial do Marlim; Rapel na Pedra ilha do Boi; Tour Vitoria e Vila Velha; Visitar – Centro Histórico de Vitória).

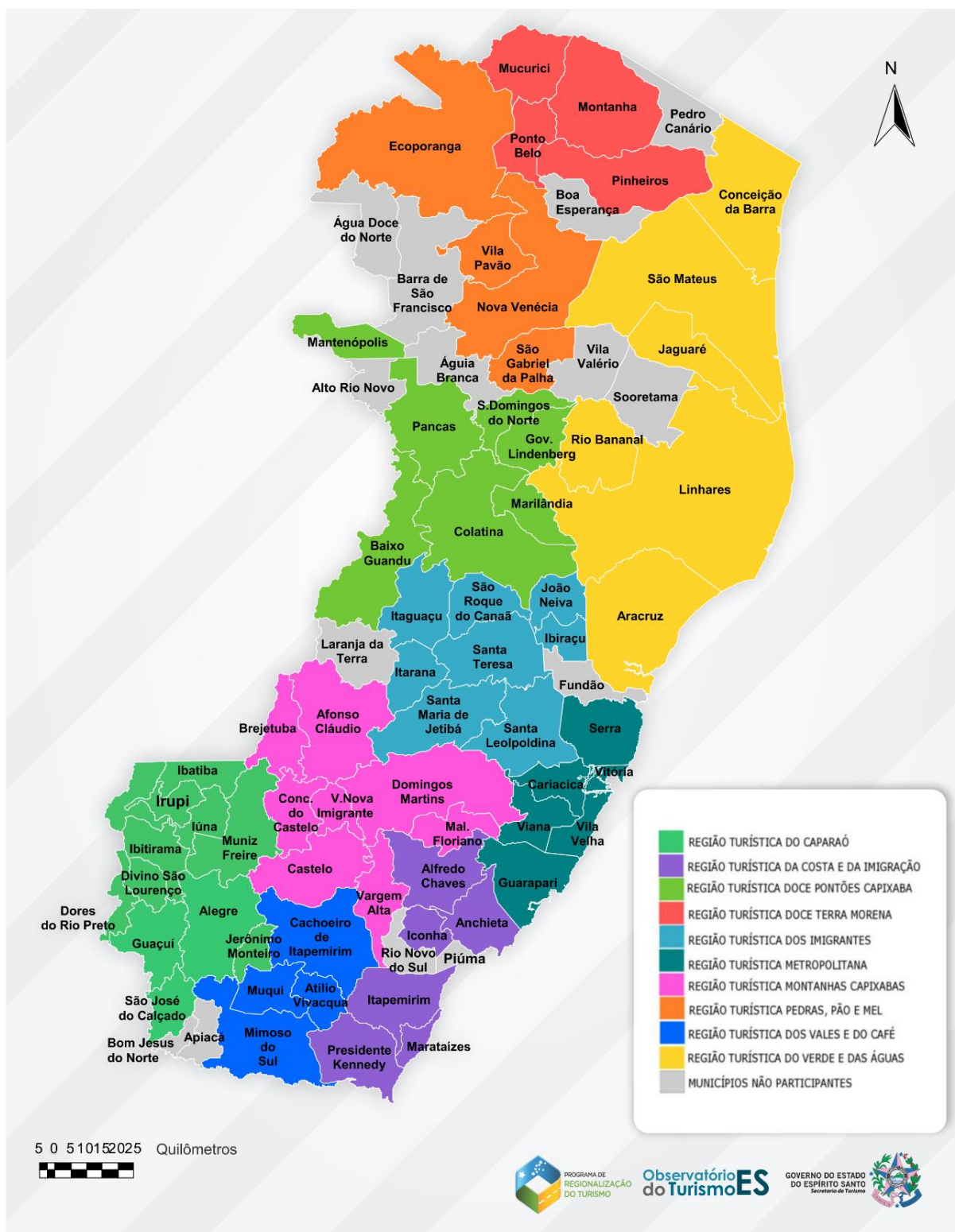
O número expressivo de roteiros no Espírito Santo é reflexo de uma política nacional, em prol do desenvolvimento turístico, que vem objetivando consolidar a atividade no Brasil, desde o século XX. Ampliando essa ação, em 2004, o *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*²⁰ é desenvolvido pelo governo brasileiro para impulsionar a atividade turística com a regionalização do território nacional. Atendendo a este programa, o Espírito Santo fomenta a criação de roteiros em seu território, ao mesmo tempo em que subdivide o estado em regiões.

Essa regionalização do turismo no Espírito Santo tem por objetivo viabilizar a administração turística diante dos potenciais temáticos regionais, de acordo com o *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025*²¹ (ESPÍRITO SANTO, 2010). A segmentação do estado em regiões turísticas ocorre por meio de apoio nacional, onde regiões estaduais são definidas e escolhidas a partir de áreas turísticas existentes. Complementando a regionalização, são definidos os roteiros a serem comercializados, funcionalizando o desenvolvimento: “A idéia é que os roteiros as contemplem de forma a integrar atrativos e segmentos diferenciados, valorizando e criando novos espaços de turismo” (p.61). Em 2017, o estado conta, ao todo, com 10 regiões turísticas (Figura 18).

20 Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: “Para concretizar esse processo de regionalização em fase embrionária, o Ministério lançou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, um ano depois da criação do PNT 2003- 2007. Tendo como diretrizes políticas e linhas de ação a gestão coordenada; o planejamento integrado e participativo; e a promoção e apoio à comercialização, nascia o modelo oficial de implementação da regionalização no País” (BRASIL, 2010, p.42)

²¹ O Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025 é o orientador das atividades turísticas. O primeiro plano é criado em 2003, voltado ao período de 2004 – 2005, para balizar as ações da, até então responsável pelo turismo no estado, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR). Em 2006 o plano é atualizado pela SEDETUR, balizando as ações até 2010, preconizando o atual. Neste período, algumas estratégias se estabelecem, como a atuação por programas/macroprogramas; criação do conselho estadual para o turismo; entre outros. Em 2010 o plano é reformulado, seguindo as tendências do turismo mundial, sendo auxiliado pela Convention and Visitors Bureau, com pretensões de vigorar até 2025. Um dos objetivos, durante a confecção do plano foi “materializar a visão de turismo por regiões turísticas” (ESPÍRITO SANTO, 2010, p.11).

Figura 18 – Mapa do turismo do Espírito Santo



Fonte: Espírito Santo (2017f).

A importância dos roteiros para o desenvolvimento do Estado é confirmada quando se observa, no plano de desenvolvimento, o projeto *Rotas e Roteiros Turísticos Objetivos e ações no Macroprograma 4 – Diversificação da Oferta Turística*. O projeto pretende (ESPÍRITO SANTO, 2010, p.82):

- consolidar as rotas turísticas já existentes;
- estimular a roteirização turística que atente para as características e atrativos turísticos das regiões;
- integrar os municípios aos roteiros turísticos, através de uma capacitação direcionada;
- desenvolver roteiros regionais e segmentados;
- melhorar os atrativos turísticos para a formação dos roteiros.
- apoiar a implantação do projeto Rota Imperial da Estrada Real;
- apoiar o projeto “Trem das Montanhas”.

Além desse projeto, que pretende incentivar a ampliação de roteiros, são vários os citados como existentes no estado, neste mesmo plano. Estes roteiros são identificados de maneiras diferenciadas, podendo ser encontrados por meio dos termos circuito, rota, roteiro e caminho. Interessante notar a inexistência de um critério claro para o uso de cada terminologia. Vê-se, inclusive, certa confusão na utilização dos mesmos. Por exemplo, ao que parece, as rotas, por vezes, são entendidas como as próprias regiões turísticas, quando, por exemplo, é exposto o fluxo de turistas em cada região (Figura 19). Entretanto, o conceito de rota se confunde com o de região, quando são apresentadas outras rotas no plano, como a Rota Imperial – que é um roteiro – e a Rota do Imigrante – que é uma região.

Figura 19 – Avaliação das origens dos visitantes por rotas turísticas.

Tabela 7 – Estado de origem dos turistas no Espírito Santo, por rota turística, em 2010

Opções	Sol e da Moqueca	Mar e das Montanhas	Verde e das Águas	Caminho dos Imigrantes	Costa e da Imigração	Total
Espírito Santo	28,0	75,9	63,6	88,2	47,1	50,4
Minas Gerais	36,9	11,3	22,2	2,7	39,2	26,6
Rio de Janeiro	12,0	7,2	4,0	4,5	11,8	9,0
São Paulo	7,5	2,6	1,5	0,9	0,0	4,2
Bahia	4,7	0,5	3,0	2,7	0,0	3,0
Distrito Federal	2,9	0,0	1,0	0,0	1,0	1,6
Outros	8,2	2,5	4,5	0,9	1,0	5,0
NS/NR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: FUTURA, 2010

Fonte: Espírito Santo (2010).

Já os circuitos, em sua maioria, são utilizados para referenciar visitas, ou trajetos curtos, realizados dentro dos municípios, dialogando com particularidades locais. Esses circuitos, por vezes, recebem o nome de “caminhos”, a exemplo do Caminho dos Tropeiros, em Ibatiba – ES. Caminhos, porém, também é termo utilizado para referenciar eventos, realizados periodicamente, mas voltados à ideia de “caminhada”. Como exemplo, tem-se os Passos de Anchieta e o Caminho do imigrante. Dessa

forma, em referência ao que neste trabalho é identificado como *roteiro*, percebe-se uma diversificação de termos, não sendo possível o reconhecimento de critérios claros de titulação.

Alguns dos circuitos citados pelo plano são em Burarama: Circuito das Águas; em Santa Leopoldina: Circuitos turísticos Cachoeiras, Circuito Colônia Tirol, Circuito Gastronômico, e Circuito dos Cemitérios; Santa Maria de Jetibá: Circuito Terras Pomeranas, Circuito Gastronômico, Circuito Encanto das Montanhas; Anchieta: Circuito de Agroturismo; Ibiraçu: Projeto Circuito Caminhos da Sabedoria; Linhares: Circuito do Cacau, Circuito do Verde, Circuito do Coco e das Águas; São Gabriel da Palha: Circuito do Café Conilon (ESPÍRITO SANTO, 2010).

Esses são alguns dos roteiros existentes no Espírito Santo, entretanto, é possível encontrar ainda outros em seu território. Entre todos os roteiros do Estado, tem-se aqueles que exploram a temática do imigrante – pois a história do Espírito Santo é marcada pela vinda de um número expressivo de europeus, não lusitanos, nos séculos XIX e XX. São muitos os descendentes desses imigrantes que preservam os modos de vida de seus antepassados, formulados ao trazerem da Europa costumes, alcançando modos de vida diferenciados na adaptação às condições locais a que são submetidos. Desde a arquitetura até a gastronomia, é possível notar, em diversas regiões do estado, traços desse passado que, diante do mercado turístico contemporâneo, têm sido explorados. Neste sentido, ao perceberem essa possibilidade de mercado, alguns municípios têm promovido eventos; investido nesse setor visando fomentar o desenvolvimento econômico. São exemplos, a XXVIII Sommerfest, que celebra a cultura alemã em Domingos Martins e a 38ª Festa da Polenta em Venda Nova do Imigrante (Figura 20).

Figura 20 – (a) XXVIII Sommerfest; (b) 38ª Festa da Polenta



Fonte: (a) Espírito Santo (2017g); (b) Espírito Santo (2017e).

A importância da imigração para a história do Espírito Santo é tanta que há duas regiões turísticas que fazem referência direta a este processo: a Região Turística da Costa e da Imigração e a Região Turística dos imigrantes. É possível encontrar roteiros culturais nas duas regiões; entretanto, por questões metodológicas, a Região Turística dos Imigrantes é escolhida como recorte territorial para a identificação de roteiro para a experimentação conceitual, apresentado no próximo item. A referência direta à imigração, na Região dos imigrantes, justifica sua escolha para realização do estudo empírico. Ainda sobre essa região, demonstrando a exploração da temática da imigração em seu território, tem-se que o Plano de Desenvolvimento a apresenta da seguinte maneira:

Como principais atrativos turísticos da região estão as cachoeiras, o polo de uvas e vinhas, a infraestrutura para prática do voo livre e o rapel. Os eventos culturais como o Caminho do Imigrante, a Festa Pomerana e as várias festas de emancipação política e sua gastronomia baseada nas várias receitas tradicionais das famílias dos imigrantes europeus compõem a força de atração local (ESPÍRITO SANTO, 2010, p.48).

Em 2010, a Região dos Imigrantes tem por composição os municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa e São Roque do Canaã. Em 2016, a região passa a ser composta por 8 (oito) municípios. Ibiraçu e João Neiva são acrescentados à lista quando o Ministério do turismo atualiza o mapa das regiões turísticas brasileiras. No mesmo ano, são lançadas plataformas *on-line* para a divulgação da região, incluindo o aplicativo de nome *Região Turística dos Imigrantes* e uma página eletrônica (Figura 21).

Figura 21 – Página eletrônica da Região Turística dos Imigrantes



Fonte: Espírito Santo (2017d).

A região dos imigrantes reúne um número considerável de roteiros. Dentre eles, são apresentados, a seguir, os que fazem referência direta a imigração, encontrados por meio de pesquisa nos sites *Descubra o Espírito Santo* e *Região Turística dos Imigrantes* do governo estadual; no *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025*; em sites das prefeituras municipais da região; e na página *SETUR-ES – Secretaria de Estado de Turismo*.

Roteiro Turístico Cultural Demétrio Ribeiro: o site *Descubra o Espírito Santo* apresenta este roteiro como pertencente ao município de João Neiva. Conforme o site, trata-se de roteiro com empreendimentos vinculados a história do município e sua colonização por imigrantes italianos. A Vila de Demétrio Ribeiro abriga edificações que confirmam a importância dessa ocupação (Figura 22). Além da Vila, como atrativos, tem-se o Museu Ferroviário; o Museu do Imigrante Italiano Demétrio Ribeiro; o Orquidário Monte Negro; o Instituto Preservarte; Culinária Sonho Meu; Empório Campagnaro; Espaço Alda Baroni; Mariola Walman; Queijaria Del Caro; Queijos Bergantini; e Casarão Guzzo (ESPÍRITO SANTO, 2017k). Ainda sobre o circuito:

O roteiro preza pela qualidade e interação dos visitantes com as tradições e cultura local e conta com cachoeiras, gastronomia diferenciada, produtos da agroindústria, artesanato, hospedagem Cama e Café e um Jequitibá Rosa com mais de 800 anos, um dos maiores do Brasil. O Museu Ferroviário de João Neiva retrata parte da história da atividade ferroviária no Brasil (ESPÍRITO SANTO, 2017k).

Figura 22 – Circuito Demétrio Ribeiro em João Neiva



Fonte: Folha Vitória (2017a).

Circuito Turístico Terras Pomeranas de Santa Maria de Jetibá: como explica a página *Descubra o Espírito Santo*: “O Circuito Turístico Terras Pomeranas oferece aos visitantes e turistas uma viagem de conhecimento sobre a cultura Pomerana – gastronomia, tradições/costumes, artesanato, entre outros”. O município recebe imigrantes pomeranos em grande quantidade no período imigratório, por isso, há um

convite para visitar os estabelecimentos que comercializam produtos desenvolvidos pelos seus descendentes – como a gastronomia e o artesanato. Entre eles estão o Sítio Schmidt; o Sítio Tesch; o Sítio Vale Verde; o Sítio Mata Verde; Sítio Recanto da Natureza; Waiand’Huus; Produtos Berger; Recanto do Jajá; Sítio Rossmann; Sítio Katiuc; e Pousada Paraíso (ESPÍRITO SANTO, 2017i).

A página eletrônica *Rota dos Imigrantes* revela que esses empreendimentos são formados, principalmente, por propriedades familiares que praticam a agricultura, o que explica o número de sítios incluídos no roteiro. Além disso, o circuito explora elementos naturais municipais para a atração de visitantes, como se observa na imagem de divulgação do Circuito Turístico Terras Pomeranas (Figura 23).

Figura 23 – (a) Circuito Turístico Terras Pomeranas; (b) Circuito Caravaggio



Fonte: Espírito Santo (2017c).

Circuito Turístico Caravaggio de Santa Teresa: é considerado o primeiro circuito turístico do município de Santa Teresa pelo site *Descubra o Espírito Santo*. É criado em 2008 e integra atrativos diversos, oferecendo ao visitante amplas possibilidades de desfrute. Conforme o site, “Ao longo da Estrada do Caravaggio foram se estabelecendo diversas atividades e empreendimentos voltados ao agroturismo, sendo boa parte deles administrados por descendentes de imigrantes italianos”. Os recursos territoriais naturais ao longo do circuito também são atrativos, reúnem cachoeiras, lagos e mata atlântica. Entre os produtos oferecidos pelos empreendimentos turísticos estão o artesanato, os vinhos e as comidas típicas. O

circuito também oferece espaços para a prática de esportes, como o voo livre Paraíso (ESPÍRITO SANTO, 2017b).

De acordo com informações encontradas no site da Prefeitura de Santa Teresa, os empreendimentos e atrativos integrados ao circuito (Figura 24) são a Vinícola Rassele; a Casa Lambert; a Pousada Pietrobelli; a Cantina Mattiello; a Casa del Gelato; a Pousada São Lourenço; a Cantina e Ristorante Romanha; Leia Artesanato; Altas Trilhas; Pousada Caravaggio; Parque Municipal São Lourenço; Pousada Sítio Chalé da Mata; Casa dos Espumantes; Pousada Sítio Canaã e Liquori Ferrari; Rampa de Voo Livre Amauri Fernandes; Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio; Pousada e Restaurante Villaggio Zamproigno; Cachaça da Mata; Restaurante Destilaria (SANTA TERESA, 2017).

Figura 24 – Mapa do Circuito Caravaggio



Fonte: Santa Teresa (2017).

Circuito Colônia Tirol: a prefeitura de Santa Leopoldina divulga em seu site o Circuito Colônia Tirol (Figura 25) como sendo uma opção de roteiro a ser visitado no município. Conforme site, trata-se de "Uma experiência inesquecível". Os atrativos do circuito são a Sede da Colônia do Tirol; a Capela São Martinho; o Mini Hospital; a Pousada Gasthof Tirol; a Igreja Católica do Tirol; a Casa Paroquial do Tirol; a Gruta Nossa

Senhora de Lurdes; o Quitungo e o Moinho de Pedra; e o Vale das Cachoeiras (Pousada Ecológica do Tirol). Como próprio nome indica, o circuito reúne elementos produzidos por colonos tirolezes que ali se estabeleceram (SANTA LEOPOLDINA, 2017).

Figura 25 – Colônia Tirol

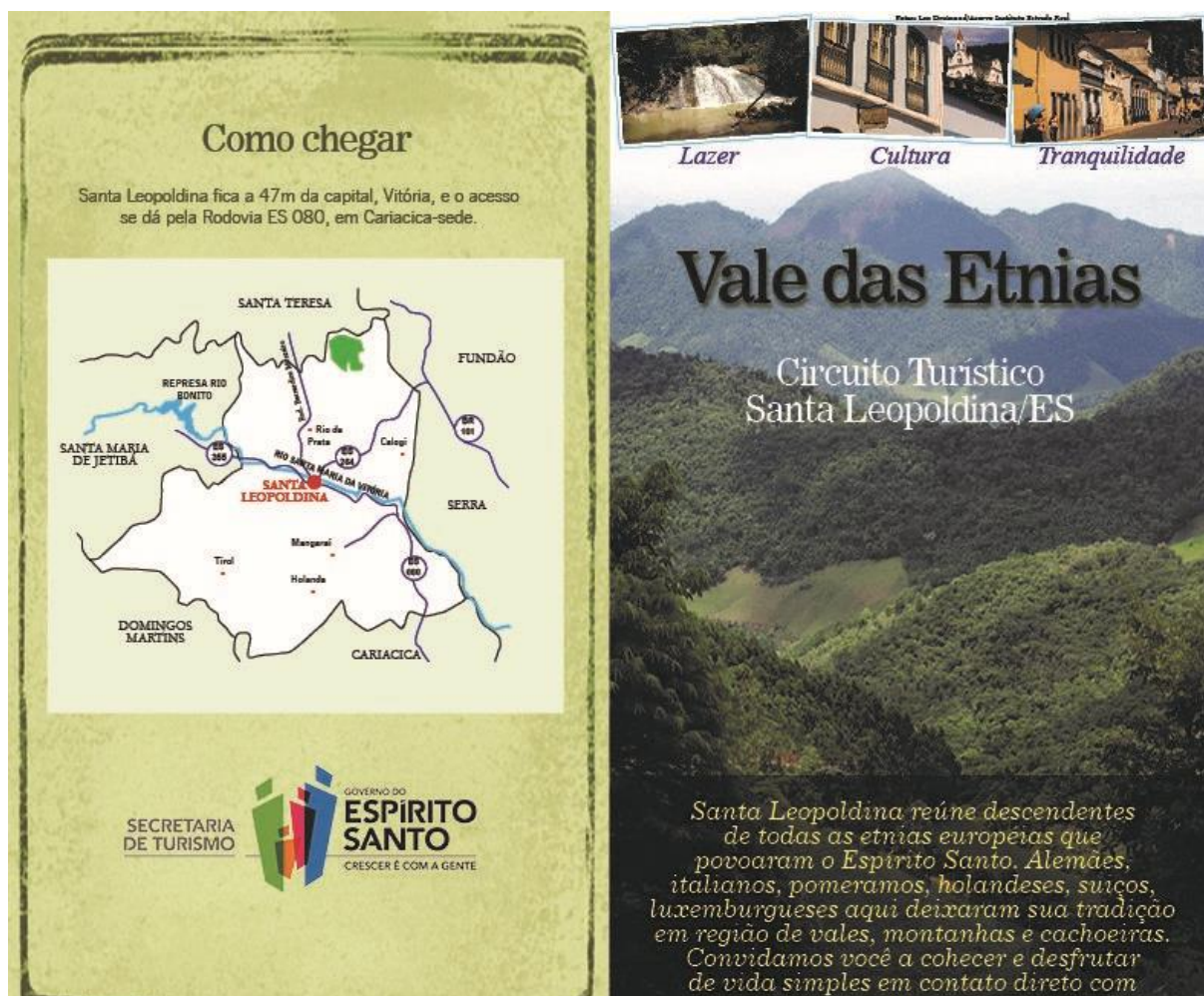


Fonte: Folha Vitória (2017c).

Circuito Vale das Etnias: a Secretaria de Turismo do Espírito Santo indica a existência de mais um circuito na Região dos Imigrantes, o Circuito Vale das Etnias (Figura 26). Conforme folder do circuito, o Vale das Etnias corresponde ao Município de Santa Leopoldina, em razão das diferentes etnias ali estabelecidas no período imigratório. O convite é para o desfrute do lazer, da natureza e da cultura. Seus atrativos são a Cachaça Candeia Santa; o Restaurante L'incontro; Padaria Leopoldinense; Padaria Pomerana; Piscicultura Barra de Mangaraí; Móveis Rústicos; Cachoeira Rio do Meio; Cachoeira da Holanda; Cachoeira de Meia Léguas; Lazer Som das Águas; Parque Cachoeira Véu de Noiva; Pousada Imigrantes; Recanto do Manni; Cama e Café da Dina; Pousada Pau a Pique; Pousada da Suíça; Fazenda Ecológica do Tirol; Sítio Tio André (ESPÍRITO SANTO, 2017a).

O Circuito Turístico Vale das Etnias tem como símbolo uma grande diversidade étnica, recheado de história, cultura, boa infraestrutura de hospedagem e de restaurantes, com gastronomia muito especial e atrativos de encher os olhos do visitante. Oferece comidas e produtos típicos dos imigrantes que povoaram a região, como vinhos, licores, geléias, cachaças e fábrica de móveis rústicos (FOLHA VITÓRIA, 2017b).

Figura 26 – Circuito Vale das Etnias



Fonte: Espírito Santo (2017a).

Caminho do Imigrante: Conforme informações do site de divulgação, o Caminho do Imigrante é um evento que ocorre todos os anos, no dia 1º de maio, para comemorar a vinda de imigrantes para a região no século XIX. O trajeto possui aproximadamente 30 km de extensão e o ponto de saída é a Cidade de Santa Leopoldina e o de chegada a Cidade de Santa Teresa (Figura 27). Conforme site, o Caminho do Imigrante corresponde “A caminhada mais emocionante do Espírito Santo. É hora de relembrar os caminhos percorridos pelos nossos antepassados, desfrutando das belezas das serras capixabas” (CAMINHO, 2017a).

Figura 27 – (a) Caminho do Imigrante (b) 13º Caminho do imigrante



Fonte: Caminho (2017b).

Estes são os roteiros encontrados na Região dos Imigrantes e que, de alguma forma, possuem vínculo com a história da imigração no estado do Espírito Santo. São especificamente seis roteiros ao todo.

A opção na pesquisa é trabalhar com o roteiro que ofereça o maior número de informações possíveis e que apresente estar consolidado no mercado turístico, ou em fase de consolidação, já que, por razões metodológicas, apenas um é utilizado para a experimentação conceitual. Para a escolha do roteiro a ser estudado, são utilizados alguns critérios. Em primeiro lugar, os roteiros que não possuem cartograma – elemento identificado no capítulo anterior como orientador da visita – são descartados. Estes são: o Roteiro Turístico Cultural Demétrio Ribeiro, o Circuito Turístico Terras Pomeranas de Santa Maria de Jetibá e Circuito Colônia Tirol. Reforçando essa exclusão, esses circuitos apresentam escassa informação bibliográfica para análise e se mostram insipientes quanto ao fluxo de turistas que os visitam. Os circuitos restantes, possuidores de mapa-guia, são: o Circuito Turístico Caravaggio de Santa Teresa, o Circuito Vale das Etnias e o Caminho do Imigrante. No caso do Caminho do imigrante, sabe-se que, na figura de uma caminhada, é difícil

entendê-lo como um roteiro turístico de visitação, se comparados aos outros dois restantes. Durando apenas um dia, e ocorrendo uma vez ao ano, a percepção da museificação territorial é dificultada neste objeto. Assim, o mesmo é excluído como objeto de estudo.

Prosseguindo com a análise, começando pelo Circuito Vale das Etnias, seu mapa-guia não identifica os elementos postos para visitação. No mapa, nota-se, apenas, indicação do acesso à cidade de Santa Leopoldina. Esta problemática não é observada no mapa-guia do Circuito Caravaggio, que possui atrativos identificados e numerados. Além disso, não há fontes de informação suficientes para a análise do circuito Vale das Etnias. Também não se obtém resposta da Prefeitura de Santa Leopoldina que possibilite a experimentação a respeito do mesmo, inviabilizando seu estudo.

O Circuito Caravaggio apresenta-se como o mais estruturado e desenvolvido dos roteiros. Possui mapa guia, com informações dos equipamentos oferecidos, entre outros elementos pertencentes ao circuito. Além disso, as fontes de informação encontradas para análise deste se mostram em número superior às restantes. Obteve-se, ainda, resposta da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, apresentando informações complementares que reforçam a viabilidade do circuito para a análise da museificação territorial. Este, também, possui página eletrônica de divulgação, diferente da maioria dos circuitos levantados. Tem-se, ainda, que a presença de turistas neste roteiro é constante e superior aos outros. Dessa forma, o Circuito Caravaggio mostra-se mais apropriado para ser o objeto dessa pesquisa e, sendo assim, é escolhido para a experimentação da museificação Territorial realizada neste capítulo.

3.2 CIRCUITO CARAVAGGIO – SANTA TERESA, ESPÍRITO SANTO

Antes de iniciar a experimentação conceitual, duas etapas são importantes. Estas são identificadas aqui como: etapa de reconhecimento e revisão bibliográfica do objeto. Na primeira etapa, uma aproximação ao objeto é realizada por meio de visita ao circuito. A visita se efetua tendo como orientador o mapa-guia do circuito, de forma a vivenciá-lo no seu cotidiano. A segunda etapa visa reunir informações diversas a respeito do objeto; conhecer sua geograficidade e historicidade, por exemplo, fortalece a discussão a ser realizada no último item deste capítulo.

3.2.1 Reconhecendo o objeto: uma aproximação

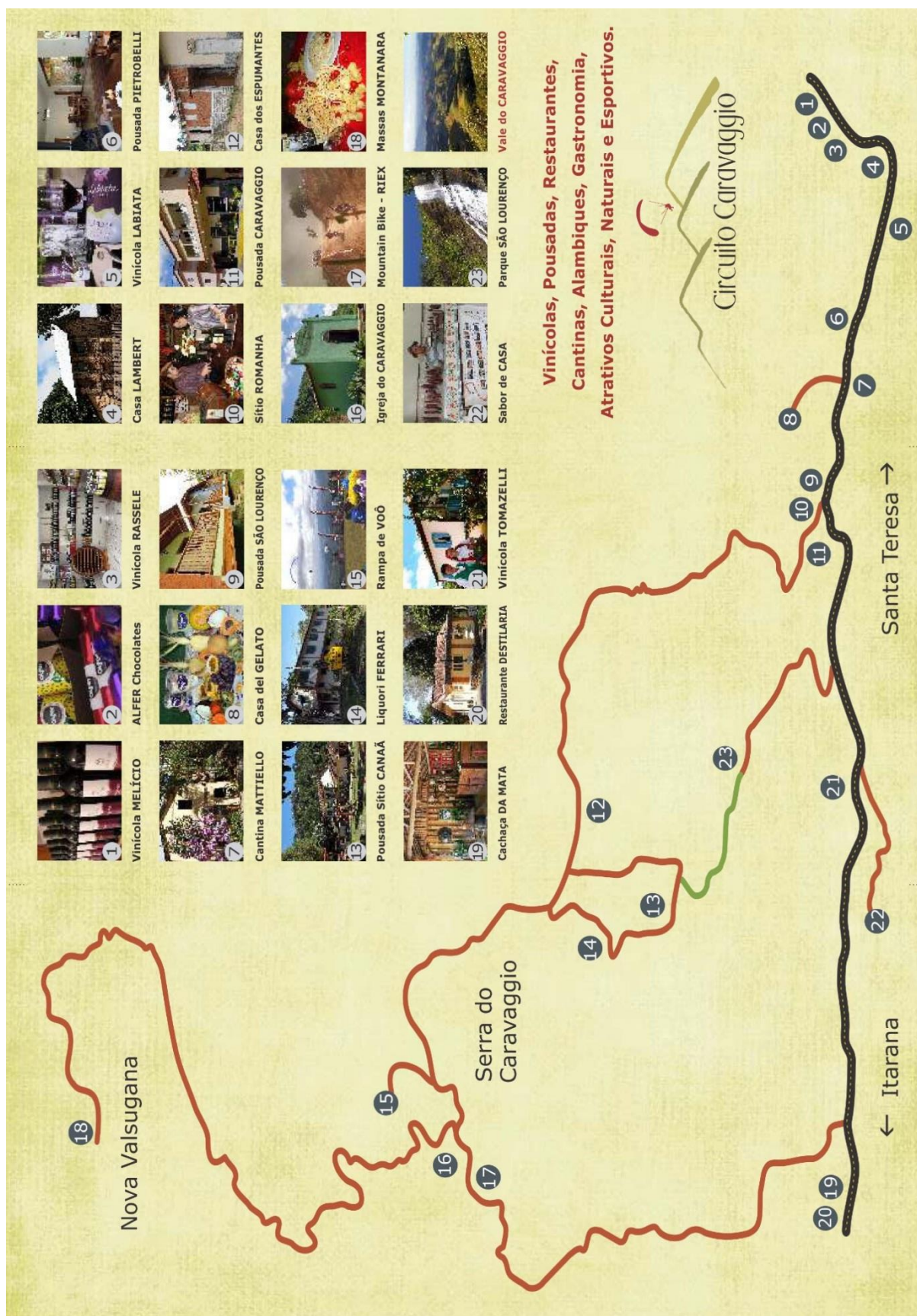
A visita de reconhecimento realizada neste item utiliza o mapa-guia do circuito Caravaggio fornecido pela Secretaria de Turismo de Santa Teresa em 12 de dezembro de 2016. Este mapa é diferente daquele apresentado anteriormente, cuja fonte é o próprio site da Secretaria de Turismo do município. Também é possível encontrar outros mapas/folders em alguns estabelecimentos situados ao longo do trajeto possuindo percursos diferenciados do enviado (Figura 28). Entretanto, escolhe-se seguir o mapa citado, por ser o vigente, conforme informações do município. A sequência da visita segue a lógica do mapa escolhido, iniciando pelo elemento de número 1 e finalizando no de número 23 (Figura 29).

Figura 28 – Mapas do circuito encontrados



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 29 – Mapa do Circuito Caravaggio



Fonte: Santa Teresa (2016a).

O percurso é iniciado buscando-se localizar o primeiro elemento descrito no mapa. Entretanto, é difícil encontrá-lo, pois não há referências para sua localização, apenas que, boa parte dele, encontra-se na autoestrada ES-261, que liga Santa Teresa ao município de Itarana. Com a ajuda da ferramenta Google Maps²², saindo da praça que se encontra na bifurcação da ES-261 com a ES-80, adentra-se na ES-261 em direção ao Município de Itarana. Nesta trajetória, antes do primeiro ponto descrito no mapa, existe uma placa marcando o início do circuito (Figura 30), aproximadamente na coordenada 19°55'52.9"S 40°36'12.3"W.

Figura 30 – Placa indicativa do início do percurso



Fonte: Acervo da autora (2017).

A primeira atração indicada pelo mapa do circuito é a Vinícola Melício. Este elemento mostra-se como uma residência onde são comercializados alguns produtos, tais como os indicados na placa fixada em sua fachada: “Vinho de Uva, Jabuticaba, Grasppa, Licores, Sucos e Geléia de Uva” (Figura 31). A casa está localizada em área urbanizada, com frente de lote para a ES-261 – Rodovia Josil Espíndola Agostini.

Figura 31 – Vinícola Melício



Fonte: Acervo da autora (2017).

Não há indicação na ES-261 quanto ao segundo elemento do mapa, Alfer Chocolates. Entretanto, sabe-se, por meio de relato colhido no local, que o estabelecimento está em outro endereço, em outro bairro.

²² Esta ferramenta é encontrada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.google.com.br/maps/>

O terceiro elemento do mapa é a Vinícola Rassele (Figura 32), encontrada na mesma rodovia. Também, percebe-se que o estabelecimento é uma residência, contando neste caso com um anexo, no formato de um barril de fermentação, que, provavelmente, funciona como abrigo para venda de produtos. Conforme a descrição, neste ponto se comercializa “Vinhos – Licores. Produtos Artesanais”.

Figura 32 – Vinícola Rassele



Fonte: Acervo da autora (2017).

O quarto elemento do circuito é a Casa Lambert, um museu que está localizado na ES-262 ainda, porém, em perímetro urbano. A casa é construída por imigrantes italianos no período de colonização do município e, por sua representatividade, é hoje patrimônio cultura do Estado do Espírito Santo. No período da visita, o museu se encontra fechado para manutenção. À frente da casa está a Capela de Nossa Senhora da Conceição, também considerada patrimônio estadual, mas que, entretanto, não está inserida no circuito como atrativo (Figura 33).

Figura 33 – Casa Lambert



Fonte: Acervo da autora (2017).

O próximo elemento do percurso, localizado na ES-261, é a Vinícola Labiata (Figura 34). Esta se apresenta, mais propriamente, como um estabelecimento comercial para a venda de produtos por possuir portas na fachada frontal e primeiro pavimento todo dedicado ao comércio. Entretanto, é perceptível que os outros pavimentos do edifício são residenciais. Entre os produtos comercializado aqui, estão os vinhos de “JABUTICABA, UVA, [e] SUCOS”. Diferentemente deste, o próximo elemento do

circuito é uma pousada. A margem da rodovia está a Pousada Pietrobelli (Figura 35), situada em terreno com área ampla – quando considerado o padrão de lote das edificações citadas anteriormente.

Figura 34 – Vinícola Labiata



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 35 – Pousada Pietrobelli



Fonte: Acervo da autora (2017).

Prosseguindo na empreitada de realização do circuito, tem-se o elemento de número 7, a Cantina Mattiello (Figura 36). Também às margens da ES-261, o estabelecimento comercial é o primeiro a demonstrar, pela estrutura física, a destinação turística, seja pelo porte da edificação ou pelos materiais utilizados. O estabelecimento conta com dois blocos de edificação, onde a cantina em si é localizada no bloco à direita. Observa-se, na varanda da Cantina, a presença de uma estrutura que indica ser um barril de vinho integrando o conjunto de ambientes possíveis para o consumo de alimentos e bebidas.

Figura 36 – Cantina Mattiello



Fonte: Acervo da autora (2017).

A Casa del Gelato (Figura 37) é o oitavo estabelecimento do percurso e está localizada em estrada de chão ramificada da ES-261. O principal material vendido no local é o sorvete, serviço que é realizado, aparentemente, na garagem de um edifício residencial. Até este ponto, os elementos do circuito se situam às margens da rodovia, em perímetro urbanizado. Continuando a visita pela ES-261, depara-se com um pórtico contendo o nome Circuito Caravaggio, marcando o início do circuito fora da rodovia (Figura 38).

Figura 37 – Casa del Gelato



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 38 – Pórtico indicando o início do percurso fora da ES-261



Fonte: Acervo da autora (2017).

O circuito dá continuidade por uma estrada municipal, sem nomeação institucional específica, entretanto, é identificada no Google Maps como *Circuito Caravaggio*. Próximo ao pórtico está o nono elemento do circuito, a Pousada São Lorenzo, nome que é o mesmo do bairro na qual está estabelecida (Figura 39). Conforme a identificação encontrada na portaria do estabelecimento, verifica-se que está associada à função de Cerimonial. Próximo a este ponto, existe uma placa contendo informações sobre as distâncias a serem percorridas até os próximos atrativos do circuito (Figura 40).

Figura 39 – Pousada São Lourenço



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 40 – Placa Informativa



Fonte: Acervo da autora (2017).

O próximo elemento do circuito é o Sítio Romanha, situado à direita da estrada em via sem pavimentação. O empreendimento é composto por três edifícios principais. O primeiro é a uma casa que chama atenção pela estrutura em *Pau a pique* aparente e, além de servir de residência, funciona como espaço para a venda de artesanato. O segundo edifício recebe o nome de *Cantina*, onde são vendidos produtos diversos, como vinho, licores, queijos, entre outros. Por último, está o *Ristorante*, espaço onde se pode experimentar pratos próprios da culinária local. Desperta o interesse no empreendimento os canteiros floridos, com espécies diversas (Figura 41 e Figura 42).

Figura 41 – Sítio Romanha



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 42 – Sítio Romanha



Fonte: Acervo da autora (2017).

O próximo elemento do circuito, de número 11, é a Pousada Caravaggio (Figura 43), o primeiro estabelecimento a fazer referência no nome ao circuito. Continuando o percurso, nota-se que, desde o pórtico, a estrada municipal é pavimentada. Isso pode se explicar devido ao percurso, nesta faixa, ser íngreme – quando observada a subida a ser desbravada a partir da Pousada Caravaggio. Em determinado ponto, quando o percurso se torna plano, a pavimentação é finalizada (Figura 44).

Figura 43 – Pousada Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 44 – Estrada do Circuito Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

O elemento de número 12 é a Casa dos Espumantes, localizada às margens da estrada do Circuito Caravaggio. O estabelecimento está implantado em frente a um lago e funciona como ponto de compra e produção de bebidas (Figura 45).

Figura 45 – Casa dos Espumantes



Fonte: Acervo da autora (2017).

A Pousada Sítio Canaã e a Liquori Ferrari são partes de um só complexo que integra o Sítio Canaã (Figura 46). Eles estão inseridos em território de extensa área que possui diversos elementos de apoio à pousada, como chalés, viveiro e espaço para camping. Para continuar o trajeto, é necessário percorrer a estrada localizada no interior do sítio, entretanto, não há informações claras a respeito disto, já que a estrada por onde se chega ao sítio não é finalizada neste ponto. O mapa do circuito também é confuso no que diz respeito ao trajeto correto a se percorrer. É necessário colher informações de pessoas que trabalham na pousada para dar continuidade à visita.

Figura 46 – Sítio Canaã



Fonte: Acervo da autora (2017).

O elemento do Circuito Caravaggio de número 15 é a Rampa de voo (Figura 47), situada em local de elevada altitude, o que viabiliza a prática do voo livre. É também espaço de contemplação da natureza por oferecer uma vista panorâmica ampla, para além do território municipal. Chega-se ao local por via pavimentada, provavelmente

devido à inclinação da mesma. Para realização do voo, conta-se com estrutura de apoio, produzida em madeira, onde também funciona uma cantina.

Figura 47 – Rampa de Voo



Fonte: Acervo da autora (2017).

O décimo sexto elemento do circuito é, talvez, o mais importante, a Igreja do Caravaggio (Figura 48). Esta referência direta ao nome do circuito revela que se trata de um elemento chave na composição do mesmo, como também revela sua ligação com a imigração que se estabelece em Santa Teresa, no século XIX. Além da modesta igreja, construída em 1912, o ponto conta com outros edifícios construídos provavelmente em 2002, pela Família Fernandes, para comemorar os 90 anos da igreja, conforme placa encontrada no local: “Etapa inicial das obras de reforma e melhoria da igreja, construção do centro recreativo, Praças, Estacionamento e Sistema de iluminação.” Além disso, nas proximidades da igreja, encontra-se placa comemorativa que faz menção aos imigrantes vindos para o município. Há, também, espaço para contemplação visual do Vale do Caravaggio, conforme placa indicativa (Figura 49).

Figura 48 – Igreja do Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 49 – Vale do Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

Próximo à igreja, encontra-se a *Mountain Bike-Riex* (Figura 50), o elemento de número de 17 do circuito. Trata-se de um terreno em declive com terraplanagem, porém inexistem placas indicando ser esta a pista de atividade. O meio utilizado para localizar o elemento é sua proximidade à Igreja Caravaggio, conforme o mapa do percurso. Com relação ao elemento de número 18, Massas Montanara, não é encontrada a indicação de sua localização, mesmo seguindo a estrada que leva a Nova Valsugana. Esta estrada encontra-se em estado precário, impossibilitando a continuidade da busca por este elemento.

Figura 50 – Mountain Bike (Riex)



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os próximos elementos do circuito Caravaggio, a Cachaça da Mata e o Restaurante Destilaria, parecem integrar um só empreendimento. Há, próximo à entrada do restaurante, um ponto para a comercialização da cachaça, este se localiza ao lado da ES-261. Para alcançar este ponto, seguindo pela estrada municipal, que se finaliza na rodovia estadual, vai-se em direção a Itarana. O empreendimento está situado à margem da rodovia. Este ponto chama atenção pela miniatura de um trem que funciona como totem para a placa indicativa da cachaçaria. Descendo a entrada que leva ao restaurante, avista-se outra miniatura, a da Casa Lambert, um dos pontos visitados no circuito. Adiante, encontra-se o restaurante e, à sua frente, a destilaria. Conforme informações obtidas no local, este empreendimento é construído na década de 1990 (Figura 51).

Figura 51 – Cachaça da Mata e Restaurante Destilaria



Fonte: Acervo da autora (2017).

O elemento de número 21 é a Vinícola Tomazelli (Figura 52), localizada também na ES-261 – saindo do elemento anterior e retomando o percurso em direção a Santa Teresa. Já na descida de acesso à vinícola é possível observar uma plantação de uvas. Outro elemento que chama atenção é a casa utilizada para comercialização dos produtos que possuem como base a uva; além de outros de origem animal, por exemplo. A casa é antiga, típica daquelas construídas pelos imigrantes no Estado, e preserva a originalidade, mesmo no interior. Interessante notar nas janelas as cortinas decorativas em cor vermelha, uma alusão à bandeira da Itália. Atrás da casa citada, tem-se, em processo de construção, uma cantina, que, segundo informações locais, tem previsão de servir pratos típicos da cultura local, produzida pelos imigrantes. Nota-se, também, a presença das cores vermelha e verde nesta edificação, bem como o uso do tijolo de barro como alvenaria.

Prosseguindo no circuito, não encontra-se o elemento de número 22. Não há referências na rodovia do empreendimento, nem tampouco na estrada que possivelmente dá acesso ao mesmo.

O Circuito Caravaggio tem como ponto final o Parque São Lourenço, de número 23 (Figura 53). O parque está inserido em área particular e, para acessá-lo, é necessário pagar uma taxa. O grande atrativo do parque é a cachoeira e a estrutura de banho construída como uma piscina natural, alimentada por suas águas. A cachoeira, segundo informações colhidas no local, não possui a mesma imponência devido ao

volume de água, desprendido na descida, ter diminuído por causa de uma barragem construída no topo da mesma. O parque conta, ainda, com estruturas de apoio aos banhistas – cantina, banheiro, entre outros.

Figura 52 – Vinícola Tomazelli



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 53 – Parque São Lourenço



Fonte: Acervo da autora (2017).

3.2.2 O Circuito Caravaggio

Quanto à localização do Circuito Caravaggio, verifica-se que este se situa no município de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo – BR. Santa Teresa está localizado na região centro-serrana do estado e é ladeado pelos municípios de Fundão, Ibiraçu, João Neiva, São Roque do Canaã, Itaguaçu, Itarana, Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina. Segundo dados levantados pelo IBGE²³, o município possui área estimada de 683,157km², e, em 2016, a população é de 23.882 pessoas. São seis os distritos que compõem o território municipal: Santa Teresa, Alto Caldeirão, Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis e Vinte e Cinco de Julho.

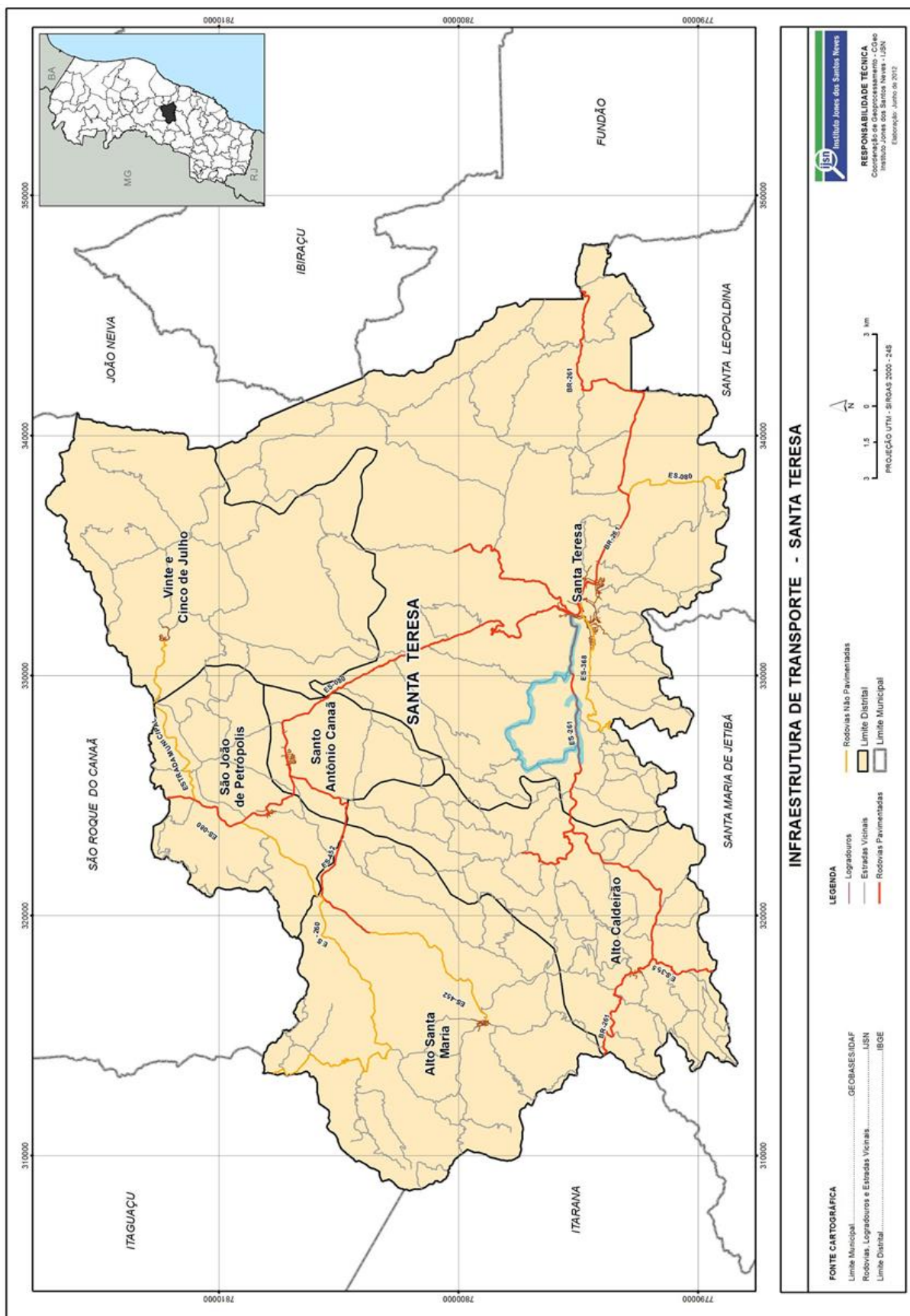
O Circuito Caravaggio está implantado no distrito de Santa Teresa (Figura 54) e perpassa a sede municipal – a cidade de Santa Teresa – e as comunidades de Vargem Alta, Serra dos Pregos e Nova Valsugana. O trajeto²⁴ dá-se pela rodovia estadual ES-261 e por meio de estrada vicinal nas comunidades rurais (Figura 55). Conforme informações alcançadas por meio do Geobases²⁵, ao longo do circuito, a altitude encontrada varia de 700 a 900 metros acima do nível do mar. Existem vales, ao norte do município de Santa Teresa, que podem alcançar baixas altitudes, como as de 150 metros. Dessa forma, os vales são profundos, formados pela significativa diferença de nível existente (Figura 56).

²³ Dados atualizados do IBGE sobre o município de Santa Teresa/ES, dispostos na forma de gráficos, tabelas, históricos e mapas. Disponíveis em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3204609>>. Acessados em 03 de março de 2017.

²⁴ O trajeto, em sua totalidade, não pode ser encontrado, porquanto alguns trechos da visita não foram realizados. Dessa forma, por exemplo, o trecho da estrada vicinal que leva ao elemento de número 18 do mapa, Massas Montanara, não é identificado na Figura 48.

²⁵ Dados retirados do navegador geográfico do Geobases – Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo – sobre o município de Santa Teresa/ES. Disponíveis em: <http://www.geobases.es.gov.br/publico/AcessoNavegador.aspx?id=142&nome=NAVEGADOR_GEOBASES>, acessados em 03 de março de 2017.

Figura 55 – Indicação aproximada do circuito, em azul



Fonte: Ijsn (2016). Modificado pela autora.

No que diz respeito ao surgimento do Circuito Caravaggio, conforme informações alcançadas por meio de entrevista à Secretaria de Turismo e Cultura de Santa Teresa, este é fundado no ano de 2008, quando se dá a proposta de integrar os empreendimentos situados ao longo da estrada do Caravaggio²⁶. Além disso, juntamente com o circuito, outros elementos são criados:

Surgiram os empreendimentos e cada um trabalhava por si, e a partir de 2008, foi criado o Circuito Caravaggio. O Professor Jose Alfredo Ferrari, da Pousada Sitio Canaã, teve a iniciativa em procurar os empreendimentos existentes, e desta forma, foi instituído o Circuito Caravaggio, na época foi lançado o primeiro folder com mapas dos empreendimentos, equipamentos e atrativos turísticos do circuito (SANTA TERESA, 2016b).

O circuito apresenta-se reestruturado após 2012, quando um novo mapa-guia é criado. Neste contexto, alguns elementos são excluídos, como o Antigo Hospital, e outros são incluídos, como a Massas Montanara (Figura 57). Conforme a secretaria municipal, essa alteração ocorre da seguinte forma: “Em 2012 a Prefeitura de Santa Teresa e a ONG OSCIP realizou um trabalho de formatação e mapeamento de todo o trajeto, dos atrativos, equipamentos e empreendimentos turísticos do circuito caravaggio” (SANTA TERESA, 2016b).

Figura 57 – (a) Mapa antigo; (b) Mapa recente



Fonte: (a) Santa Teresa (2017); (b) Santa Teresa (2016a).

O Circuito Caravaggio é coordenado pelos próprios empreendimentos – por meio de uma associação – juntamente com a prefeitura e o Sebrae. Mediante a um convênio, a Prefeitura Municipal e o Sebrae, desde 2012, têm auxiliado os empreendimentos do circuito a se desenvolverem na promoção de cursos, palestras e consultorias, entre

²⁶ Acredita-se ser esta a estrada que liga a cidade de Santa Teresa a Capela de Nossa Senhora do Caravaggio, em Nova Valsugana.

outros. Além disso, a Secretaria de Turismo informa que a visitação ocorre com mais intensidade nos finais de semana, mesmo estando disponível em todos os dias. Para realização do circuito, não é necessária contratação de guia, sendo possível, inclusive, realizar o mesmo com automóvel particular. A prefeitura considera, ainda, o Circuito Caravaggio como sendo o circuito mais estruturado de Santa Teresa (SANTA TERESA, 2016b).

Outra informação importante é que o maior número de empreendimentos do circuito é coordenado por descendentes de imigrantes, informação encontrada no site *Região dos imigrantes*:

Primeiro Circuito Turístico de Santa Teresa, iniciou os trabalhos no ano de 2008 com intuito de congrega em um único produto várias possibilidades ao visitante. Região grande beleza natural e composto por mata atlântica exuberante, além de lagos, cachoeiras, flores e pássaros. Ao longo da Estrada do Caravaggio foram se estabelecendo diversas atividades e empreendimentos voltados ao agroturismo, sendo boa parte deles administrados por descendentes de imigrantes italianos (ESPÍRITO SANTO, 2017b).

Conforme citação, o circuito incorpora atrativos que, pela sua diversidade, fornecem aos visitantes diferentes alternativas de diversão. Encontra-se no folder do circuito, aquele que contém o mapa mais recente, informações que confirmam esta afirmação; (Figura 58). Neste, as palavras *Tradição*, *Natureza* e *Aventura* são indicadoras das atrações disponíveis. As figuras presentes no folder, também fazem alusão a estas possibilidades, a exemplo do casarão do Sítio Romanha, o voo de parapente e a Cachoeira presente no Parque São Lourenço.

A logomarca do circuito, representada junto ao nome *Circuito Caravaggio* no folder, ao referenciar uma cadeia montanhosa, em verde, e um voo de parapente, em vermelho, mais uma vez, reforça as três temáticas presentes no circuito, a Natureza, a Aventura e a Tradição.

Figura 58 – Folder do Circuito Caravaggio

Tradição

O Vale do Caravaggio preserva inúmeras construções que datam do início do século XX como a Igreja Nossa Senhora do Caravaggio erguida em 1912. Quem percorre as vias principais e secundárias do Vale, assiste a uma coleção de capitéis e capelas que retratam a religiosidade herdada dos imigrantes italianos e que é preservada até os dias atuais.

É um local de extrema beleza cercado por uma paisagem exuberante. Aqui convivem harmoniosamente o vinho e a cachaça, a massa e o açúcar mascavo, o vale e a serra.

Il Valle del Caravaggio preserva innumerevoli costruzioni che datano dall'inizio del XX secolo, quale la Chiesa di "Nossa Senhora do Caravaggio" (Madonna del Caravaggio), eretta nel 1912. Chi percorre le vie principali e secondarie della vallata assiste ad una collezione di capiteili e cappelle che ritrattano la religiosità ereditata dagli immigrati italiani, la quale risulta preservata fino ai giorni nostri.

É um lugar de extrema beleza, circundado da paisagem esuberante. Qui convivono armoniosamente il vino e la "cachaça" (grappa derivata dalla canna da zucchero), la Pasta e lo "zucchero mascavo" (zucchero nero integrale), la valle e la collina.

Tradução: Tiago Kempf Proen





Foto: J. A. Ferrari

CONTATOS

(27)

Alfer Chocolates	998 277 405
Cachaça da Mata	999 733 692
Cantina Mattiello	3259 2062
Cantina Romanha	3259 1909
Casa dos Espumantes	998 150 273
Casa del Gelato	998 999 235
Casa Lambert	3259 1611
Liquori Ferrari	3259 1701
Massas Montanara	999 566 268
Pousada Caravaggio	3259 2238
Pousada Pietrobelli	3259 3333
Pousada São Lourenço	999 791 006
Pousada Sítio Canaã	3259 1701
Restaurante Destilaria	999 851 907
Sabor de Casa	995 100 331
Vinícola Labiata	3259 1841
Vinícola Melício	3259 1547
Vinícola Rassele	3259 1486
Vinícola Tomazelli	3259 3597

facebook.com/circuitocaravaggio



Natureza

Aventura





Circuito Caravaggio

Santa Teresa, ES - Brasil

MAPA-GUIA

CARTA-GUIDA

O Circuito Caravaggio oferece um cenário privilegiado para a prática do turismo de aventura, além de possuir uma exuberante floresta nativa.

Sinta emoção numa descida de rappel na Cachoeira, viva a liberdade num vôo de parapente, percorra trilhas incríveis em meio a belas paisagens.

Il Circuito Caravaggio offre scenario privilegiato per la pratica del turismo d'avventura, immersi in esuberante foresta nativa.

Senti l'emozione di una discesa in corda doppia! Vivi la libertà del volo in parapendio, percorri gli incredibili sentieri che tagliano questi paesaggi paradisiaci!





Fonte: Santa Teresa (2016a).

“Vinícolas, Pousadas, Restaurantes, Cantinas, Alambiques, Gastronomia, Atrativos Culturais, Naturais e Esportivos” (folder do circuito) são alguns dos elementos existentes no Circuito Caravaggio. Mais especificamente, seguindo a ordem numérica do mapa, os atrativos dos circuitos são: 1. Vinícola Melício; 2. Alfer Chocolates; 3. Vinícola Rassele; 4. Casa Lambert; 5. Vinícola Labiata; 6. Pousada Pietrobelli; 7. Cantina Mattiello; 8. Casa del Gelato; 9. Pousada São Lourenço; 10. Sítio Romanha; 11. Pousada Caravaggio; 12. Casa dos Espumantes; 13. Pousada Sítio Canaã; 14. Liquori Ferrari; 15. Rampa de voo; 16. Igreja do Caravaggio; 17. Mountain Bike – Riex; 18. Massas Montanara; 19. Cachaça da Mata; 20. Restaurante Destilaria; 21. Vinícola Tomazelli; 22. Sabor de Casa; 23. Parque São Lourenço (SANTA TERESA, 2016b).

Como visto anteriormente, o Circuito Caravaggio possui ao todo 23 (vinte e três) atrativos, somados ao Vale do Caravaggio, identificado no mapa em vermelho, mas sem receber numeração. Este vale, conforme descrição do folder, abriga construções produzidas pelos imigrantes ali estabelecidos no século XIX, como também a produção de seus descendentes. O Vale, neste caso, vem a ser o elemento provedor de todos esses atrativos. É por meio do Vale do Caravaggio que o circuito se

estabelece e desenvolve. Além disso, o nome do circuito esclarece essa proposição ao fazer referência direta ao nome do Vale.

As razões do nome dado ao Vale, e, conseqüentemente, ao roteiro, está na Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio, também incluída no circuito. Esta igreja é construída em 1912 por imigrantes italianos estabelecidos em Santa Teresa final do século XIX. Esta informação pode ser encontrada no folder do Circuito:

O Vale do Caravaggio preserva inúmeras construções que datam do início do século XX como a Igreja Nossa Senhora do Caravaggio erguida em 1912. Quem percorre as vias principais e secundárias do Vale, assiste a uma coleção de capitéis e capelas que retratam a religiosidade herdada dos imigrantes italianos e que é preservada até os dias atuais (SANTA TERESA, 2016b).

Sobre a ocupação do território de Santa Teresa por imigrantes Italianos, tem-se que, em 1975, são estabelecidos imigrantes em território correspondente, hoje, a sede do município. Essa informação é encontrada no livro de Luiz Serafim Derenzi *Os italianos no estado do Espírito Santo*, de 1974, que apresenta o desenvolvimento da região e a transformação do núcleo em município na data de 1891. O nome dessa cidade, conforme o autor, tem origem no seguinte relato:

No dia 26 de junho do mesmo ano (1875), foi feito, portanto, o sorteio dos lotes coloniais, e entrega dos mesmos aos colonos. A escolha desta data pelos colonos italianos prendeu-se ao fato de ser ele o dia consagrado a São Virgílio, padroeiro do Trentino. Ainda não tinha nome o agrupamento de barracas, opondo-se o Senhor Von Lipp a que fosse **São Virgílio**. Aconteceu, porém que, no dia 15 de outubro, à sombra do grande Pau Peba, onde se reuniam, à hora do **Angelus**, os migrantes, uma devota de nome Maria Zonta, colocou uma imagem de Santa Teresa, trazida da Itália. Desde então passou a chamar-se Santa Tereza, a sede improvisada para o núcleo **Antônio Prado** (DERENZI, 1974, p.100).

Não só a região de Santa Teresa, mas boa parte do território do Espírito Santo, recebe imigrantes nos séculos XIX e XX. Conforme Júlio Posenato, em *Arquitetura da imigração Italiana no Espírito Santo*, no século XIX, a ainda Província do Espírito Santo encontra-se atrasada em relação ao grau de desenvolvimento das demais. Neste período, sua ocupação se restringe – quase que absolutamente – a áreas litorâneas, porquanto a Coroa Portuguesa impede a ocupação do interior com fins de dificultar o acesso às Minas Gerais. Abolida a restrição, uma grande porção de terra ainda está desabitada na província, em um momento que o império incentiva o desenvolvimento. É no projeto da imigração que o Espírito Santo encontra solução para viabilizar esta demanda.

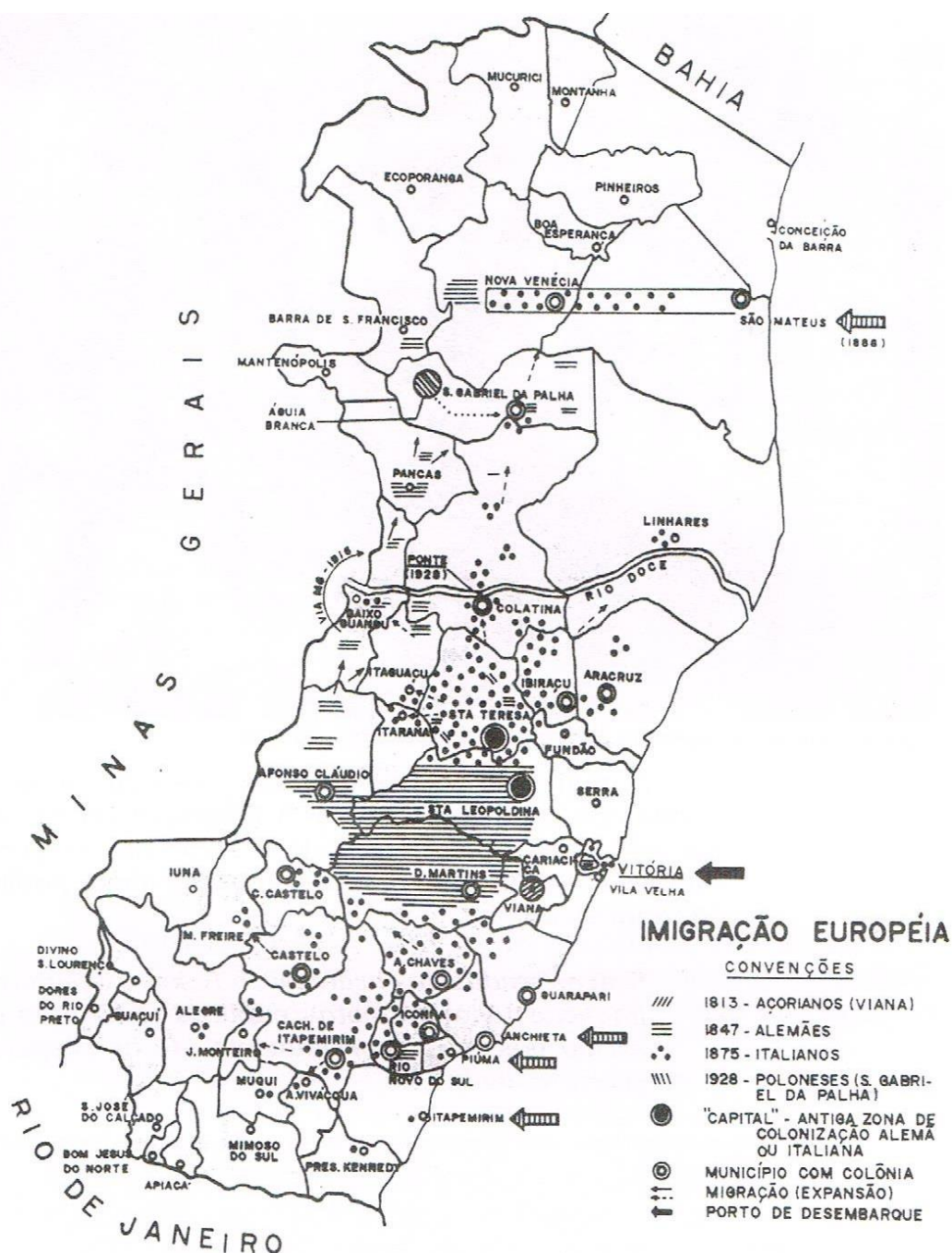
A imigração vivenciada no Espírito Santo tem origem na abolição da escravatura. A necessidade de substituição da mão de obra, na intenção de dar continuidade à cultura cafeeira, prática economicamente de grande importância na época, provoca a província a viabilizar a vinda de imigrantes para este fim. Secundariamente, observa-se a intenção de ocupar áreas devolutas, sem serventia para os grandes latifundiários, e alcançar a diversificação da economia pela policultura a ser produzida pelos colonos (POSENATO, 1997). Nesse âmbito, Derenzi explica:

O Brasil engolfava-se na crise política do após guerra, contra o Paraguai, agravada pela campanha de libertação dos escravos. Urgia o braço livre para não pôr em risco a agricultura, única fonte de renda nacional. A imigração tornou-se meta salvadora (DERENZI, 1974, p. 38).

O empreendimento da imigração alcança êxito na vinda de um grande contingente populacional, principalmente da Europa, onde, devido a diversas circunstâncias, muitos estão em difícil situação, enfrentando fomes e guerras. A imigração para o Brasil torna-se interessante para os europeus que buscam melhorar suas condições de vida e acumular riquezas. Conforme Posenato (1997), este fato se efetiva, em 1813, no Espírito Santo quando a primeira leva de imigrantes europeus, não lusitanos, chega para ocupar área correspondente hoje ao Município de Viana. A partir desta data, Colônias e Núcleos Coloniais são criados ao longo de todo o território. Vê-se, entretanto, maior número de assentamentos ao Sul do Rio Doce (Figura 59).

Conforme Derenzi (1974), dentre todos os povos que vêm, a nação que mais fornece imigrantes para o Brasil é a Itália: 54% desses, entre 1880 e 1905, são Italianos, superando os portugueses em número. Posenato (1997, p.21) afirma que o Espírito Santo chega a abrigar quarenta mil imigrantes Italianos, “a quarta parte dos habitantes do Estado”, originários, principalmente, do Norte da Itália – Vêneto, Lombardia, Trentino/Alto-Adige e Friuli/Veneza-Giulia.

Figura 59 – Imigração no Espírito Santo



Áreas de assentamento de imigrantes no Espírito Santo (Kill, 1974/45)

Fonte: KILL (1974/45) apud POSENATO (1997).

Dos locais que mais recebem imigrantes italianos no Espírito Santo, no período imigratório, está Santa Teresinha. A mesma surge por meio do Núcleo do Timbuí, núcleo colonial que integra a Colônia imperial de Santa Leopoldina em 1875 (DERENZI, 1974). Este núcleo é estabelecido na Serra do Timbuy, ao longo do rio Timbuy e de seus afluentes, conforme Seção da *Planta da parte da Província do Espírito-Santo em*

Rio Grande do Sul, há uma bela igreja, construída em basalto, pelos cremoneses a essa invocação de S. S. virgem. No Espírito Santo conheço duas pequenas capelas: uma no "Limoeiro", na propriedade de João Scardoa, outra no vale do Rio Benevente, próximo a Matilde.

Conforme Derenzi (1974), em 1876, são enviados da Lombardia imigrantes, por meio do Navio Colômbia, partido do porto italiano de Gênova. Há referências a chegada desses colonos no jornal *O Espírito-Santense* de 16 de agosto de 1877:

Colonos. – Chegou antes de hontem á tarde o vapôr *Colombia*, procedente de Genova, trazendo a seu bordo 273 colonos italianos para esta provincia. O Sr. Commendador José Ribeiro Coelho, Agente da Colonisação nesta provincia, mandou a sumaca *Aurea*, de sua propriedade para trazel-os assim como a bagagem dos mesmos. Hontem á tarde chegou a mesma sumaca ao porto desta capital onde forão os mesmos colonos desembarcados (*O Espírito-Santense*, 1877).

É possível que estes italianos Lombardos, ao se estabelecerem no núcleo colonial do Timbuy, tenham trazido consigo a fé em Nossa Senhora de Caravaggio. Sabe-se que a religiosidade é fator presente no cotidiano desses colonos, confirmada por meio dos vestígios encontrados no território do município; as igrejas, as festas religiosas, as práticas devotas, muitos são os elementos que certificam a importância da fé para esses grupos sociais. Como afirma Posenato, "Quando alguém quiser se referir às primeiras gerações das comunidades de imigração formadas por italianos do norte, terá obrigatoriamente que considerar o fator religioso" (1997, p. 298).

A força da religião cristã nas colônias de imigrantes pode ser verificada em um número expressivo de construções religiosas, erguidas em todo o território do Estado. Conforme Posenato (1997), muitas vezes, mesmo contando com pouca assistência religiosa, os imigrantes empenham-se em construir edifícios religiosos de forma a viabilizar a prática da fé. As capelas comunitárias representam parte expressiva dessas edificações, sendo elas construídas pelos imigrantes principalmente por estarem distribuídos em lotes e distantes das sedes das colônias. Para vencer o isolamento promovido pela vida agrária, os colonos se agrupam; se unem visando uma melhor qualidade de vida comunitária. "Estas associações concretizaram-se nas capelas. Além de permitir a prática religiosa em comunidade e o convívio social, a estrutura das capelas provia necessidades do grupo, como o sepultamento dos mortos" (p.305).

Além da igreja em Santa Teresa, há outras pelo Estado dedicadas a mesma divindade, Nossa Senhora de Caravaggio. Pode-se citar a igreja de Nossa Senhora do Caravaggio, em Guarapari (Figura 61), e a Igreja Nossa Senhora de Caravaggio, em

João Neiva. Nesses dois municípios, as igrejas são a expressão da devoção de imigrantes Italianos, estabelecidos em núcleos nessas regiões.

Figura 61 – Igreja do Caravaggio em Todos os Santos, Guarapari (ES)



Fonte: Posenato (1997).

A história da Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio, em Santa Teresa, pode ser conhecida por meio de Silvana Rodrigues de Souza Dossi – Tesoureira da Igreja – em entrevista ao blog *É LOGO ALÍ*, do Jornal Online Folha Vitória, publicada na data de 5 de julho de 2013, que revela (DOSSI, 2013):

[...] Nona Mischiatti [...] teve um sonho com a Madona de Caravaggio. E aí, então, um dia ela levantou, veio para cá, e falou assim: "vamos montar uma capelinha para nós orarmos?". Então, resolveram [...] que seria da Madona do Caravaggio – Nossa Senhora do Caravaggio. E aí, eles pediram, então, que viesse a imagem da Itália. O sino também veio da Itália. E, então, juntaram-se [...] e eles, com os burros carregados de pedra, subiam o vale de Valsugana e, então, fizeram essa capela. Montaram essa capela, na época, claro, com folha de zinco, [...]. Hoje está, um pouquinho, de modificado. E aí construíram essa capela para homenagear a Nossa Senhora do Caravaggio.

O *Inventário da Oferta Turística de Santa Teresa / ES*, de 2012, produzido pela prefeitura de Santa Teresa, apresenta a igreja como *Capela Nossa Senhora do Caravaggio*. Conforme o documento, ela está localizada em Alta Valsugana, a 9,7 quilômetros do centro da Cidade de Santa Teresa. A Capela é construída em 1912


por imigrantes Italianos e sua arquitetura é considerada singela pelo inventário. Além disso:

Na fachada frontal há uma porta de madeira em verga em arco pleno. Nas fachadas laterais existem duas janelas em formato ogival. Não há torre sobre o frontão, existindo apenas um pequeno cruzeiro. Os telhados eram originalmente em tabuinhas, tendo sido substituído por telhas de amianto pintadas de vermelho. À direita foi instalado um sino, desde a época da construção. Da Igreja avista-se o Vale do Caravaggio com suas cordilheiras.

No interior da Igreja há apenas um altar de madeira com a imagem de Nossa Senhora do Caravaggio. O piso original foi substituído por cerâmica (SANTA TERESA, 2012, p.95).

Confirmando sua construção na década de 1910, a Capela de Nossa Senhora de Caravaggio, em Santa Teresa, é referenciada no jornal *O Povo*, de 1920. O jornal apresenta a capela como sendo uma das visitadas pela paróquia, no mês de maio, na localidade de Santa Teresa (Figura 62).

Figura 62 – Jornal O Povo, 2 de maio de 1920



VISITAS PAROCHIAES ás CAPELLAS da FREGUE- ZIA de S. THEREZA, DU- RANTE o MEZ de MAIO	
Valsugana	2-3
S. José Valle Tonini	4-5
Nova Lombardia	6-7
Guaipabossú	8-9
Piabas	10-11
Santa Lucia	12-13
Corregos Espanhoses	16
Caravaggio	26

Fonte: Visitas (1920).

Como visto, de alguma forma, a Igreja de Nossa Senhora do Caravaggio (Figura 63) é responsável pelo nome posteriormente dado a estrada que liga a própria igreja à cidade de Santa Teresa e ao Vale sobre no qual está implantada. Neste caso, sem dúvida, a Capela do Caravaggio desempenha importante papel na manutenção e promoção do circuito; sem, entretanto, receber o destaque dado ao Vale de mesmo nome.

Figura 63 – Igreja de Nossa senhora do Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

3.3 EXPERIMENTAÇÃO CONCEITUAL

Essa etapa do capítulo é reservada à experimentação do conceito de museificação Territorial. Teoricamente, este conceito está estabelecido, cabe agora, analisá-lo no real, de modo a aprimorá-lo e/ou reconhecer sua factibilidade. Esta etapa é de extrema importância quando se pensa que, sem isto, o conceito não é confirmado no mundo físico, mesmo que tenha se estruturado a partir de pesquisas estruturadas em objetos concretos.

Conforme Maurício Custódio Serafim, em *A falácia da dicotomia Teoria – Prática*, texto de 2001, “A teoria, fora da prática social, se assemelha ao livro colocado em uma

biblioteca que ninguém lê. Sua existência não faria a menor diferença para o estar no mundo das pessoas” (p. 01). Conforme o autor, teoria e prática são interdependentes, uma necessita da outra para o alcance de resultados satisfatórios e o desenvolvimento de um trabalho efetivamente científico. Entender um conceito à luz de um objeto físico o transforma em conhecimento útil para a sociedade, em associação à sua condição abstrata, em si não geradora de transformação.

Nesta ideia de experimento, em que a teoria é analisada em um objeto-concreto, escolhe-se o Circuito Caravaggio para exercer este papel. Um conjunto de informações referentes a ele está descrita no início do capítulo e é por meio deste material que a museificação territorial é analisada. Para isso, utiliza-se, também, o conceito de museificação territorial formulado no embasamento teórico, em que:

Sintetizando, a museificação territorial é uma territorialização operada por domínio *econômico* e *político* com tendência a eliminar toda territorialidade advinda de uma apropriação simbólica. Este domínio se processa por meio de ações, *técnicas*, transformadoras do território em território-museu, como no museu-vilarejo, *funcionalizando* seus elementos de modo a criar um “ambiente” para a apreciação. Este quadro se estabelece por meio de um *controle* exercido pelos agentes museificadores, onde o território, por fim, torna-se *deslocado do tempo vivido*, do cotidiano, do comum.

Portanto, procura-se no Circuito Caravaggio – este na figura de um território permeado de relações de um poder que é diverso; permeado de relações de domínio e apropriação; numa visão multiescalar de território – o processo de museificação territorial por meio de ações que transformam o território em território museu. Para isso, são analisadas as sentenças que explicam a museificação, mencionadas no final do Capítulo 1. Ao todo, são avaliadas seis sentenças, com a intenção de reconhecer suas ocorrências, a existências de diversificação de suas ocorrências, e as expressões, tangíveis e intangíveis, de suas ocorrências.

- a) É a transformação, não institucional, de um objeto em museu. Neste âmbito, ocorre seguindo a mesma lógica museal de exposição de elementos destinados à contemplação, admiração e ao conhecimento;

Essa primeira sentença explicativa, designada a museificação, é reveladora quanto ao processo de territorialização vivenciado por Santa Teresa, na figura do Circuito Caravaggio. Ao ser criado, o circuito não é instituído como um museu. Entretanto, há razões que embasam a afirmação de que o mesmo tem se transformado em território museu, quando assume a mesma lógica que conduz os museus. De forma geral, observa-se que seus elementos, seguindo uma ordem específica, podem ser

comparados à objetos museológicos. No caso do circuito, estes elementos são destinados prioritariamente ao consumo cultural.

Ao analisar o mapa do Circuito Caravaggio, essa equivalência à tipologia museológica se torna mais clara (Figura 64); o visitante é levado a percorrer um caminho, onde pode contemplar/admirar/conhecer elementos dispostos sequencialmente. Dessa forma, o circuito funciona como museu quando se associa seu percurso aos corredores ou salas – no caso de um museu instalado em edifício – onde estão também as atrações e relíquias. A importância dada aos elementos numerados, entretanto, não é identificada quanto ao território do circuito em sua totalidade. Ou seja, a representação exclui o território como uma totalidade, ressaltando os atrativos, embora, o folder o considere como um “cenário”. Neste caso, a totalidade do território tem papel de “plano de fundo” para as atrações apresentadas.

Figura 64 – Secção do Mapa do Circuito Caravaggio



Fonte: Santa Teresa (2016a).

- b) Pode ser observada em diversos objetos – materiais e imateriais – desde uma simples edificação, até uma cidade, ou ainda, uma região inteira, rural e/ou urbana. É notada, também, em discursos ontológicos, retóricas e ideias, como também em grupos de pessoas ou comunidades;

Ao analisar esta condição da museificação territorial, o próprio circuito é objeto do fenômeno. Como no museu, o circuito figura um grande museu a céu aberto, percorrido por visitantes do início ao fim com a finalidade de conhecer o que ele abriga. Em Santa Teresa, busca-se conhecer o que há nos Vales do Caravaggio, o que esse museu-território reúne. Aliás, não só o circuito está museificado, como também seus elementos. Os edifícios, os produtos comercializados, a paisagem, são as atrações deste museu; são objetos postos à atenção de um público desejoso de ser interpelado. Impressiona notar que os donos/gestores desses elementos acabam sendo observados de maneira equivalente – como os objetos que o circuito reúne – já que, como sabido, a maioria deles são descendentes de imigrantes, e por isso, são tidos como detentores da cultura de seus antepassados. A própria retórica, que envolve o

Vale do Caravaggio, é museificada ao ser massivamente divulgado que o Vale do Caravaggio é reduto da cultura transmitida por imigrantes, quando, na verdade, parece haver uma forçada cenarização, que engana ao forjar uma realidade.

Esta cenarização é identificada em diversos elementos explorados no roteiro, começando pela inserção de ornamentos nas edificações e sinalizações do circuito; a exemplo dos lambrequins – estruturas em madeira recortada, típicos na arquitetura produzida por imigrantes italianos no Espírito Santo (POSENATO, 1997) (Figura 65). Entretanto, ao longo do circuito, não são observadas edificações remanescentes desse passado possuidoras de tal elemento em sua composição. Nota-se, portanto, a intenção de salientar a história local, por meio da criação de cenários vinculados à cultura de imigrantes, mesmo que por meio de manipulação equivocada – no exemplo, pelo deslocamento de um saber técnico-construtivo para a esfera da distração estética (Figura 66).

Figura 65 – Lambrequins produzidos por imigrantes italianos no Estado



Fonte: Posenato (1997).

Figura 66 – Uso de Lambrequins em elementos do Circuito Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

Além dessa tentativa, tornar o circuito mais “italianizado”, tem-se a utilização das cores da bandeira da Itália – vermelho, verde e branco – em diversos elementos do Circuito Caravaggio (Figura 67). A Vinícola Tomazelli, elemento de número 21 do roteiro, possui esta referência pintada na fachada da edificação em que comercializa seus

produtos. Essa prática²⁷, de utilizar as cores da bandeira na arquitetura e decoração, é contemporânea, uma forma de ampliar as referências conferidas às origens locais e às da própria edificação.

Figura 67 – Referências às cores da bandeira da Itália no Circuito



Fonte: Acervo da autora (2017).

Outros elementos adotados na cenarização, reconhecíveis ao longo do circuito, são as miniaturas e totens (Figura 68), presentes, por exemplo, no Restaurante Destilaria e em miniaturização da Casa Lambert. Esta miniatura acentua a força da imigração no município, reconhecida e institucionalizada por meio de tombamento estadual. Outra expressão do mesmo processo é a utilização de barris de vinho em funcionalidades não correspondentes à de abrigar uma bebida. Na Pousada São Lourenço, por exemplo, a forma de barris é adotada na configuração de chalés. Em Santa Teresa, os barris emblemizam o cultivo das uvas, e sua apreciação, pelos imigrantes e seus descendentes. Nas duas situações expostas, há ocorrência da museificação territorial na formação de ícones. Os elementos representados são emblemas da história vivenciada no território quando ocupado por imigrantes europeus.

Figura 68 – Miniaturização no Circuito Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

²⁷ Esta prática, tem se tornado cada vez mais comum no Espírito Santo. Cidades com história ligada a imigração, em períodos festivos, são decoradas com as cores das bandeiras dos países dos imigrantes ali abrigados.

A presença de edifícios construídos recentemente, ou em fase de construção, revela outra importante faceta da museificação territorial no Circuito Caravaggio. As novas edificações, geralmente a serviço do turismo, possuem como característica predominante a rusticidade (Figura 69). Neste âmbito, a madeira é o material mais comumente utilizado. Observa-se, também, o uso de tijolos de barro em alvenaria, seguindo o mesmo objetivo. Provavelmente, a escolha desses materiais é consequência da tentativa de ofertar ao visitante um ambiente próximo do vivenciado pelos imigrantes. Estes, que não dispunham de muitas alternativas e construíam suas habitações com materiais e técnicas limitadas. Entretanto, diferente da realidade passada, as novas edificações ‘lançam mão’ do requinte, para atrair consumidores que, com isso se satisfazem, mantendo e reproduzindo a lógica turística.

Figura 69 – Rusticidade em construções no Circuito Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

Conforme Posenato (1997), no Espírito Santo, os imigrantes italianos utilizam algumas espécies de flores como ornamentação vegetal dos quintais de suas casas. O autor afirma que esse costume ainda perdura e que essas plantações são “[...] via de regra esparsas e raramente sob a forma de jardins organizados” (p.286). A simplicidade notada nesta configuração não se observa, porém, na maioria dos jardins floridos ao longo do Circuito Caravaggio (Figura 70). As flores presentes nos atrativos do circuito se apresentam sob a forma de canteiros organizados, jardins suspensos e vasos decorados. Esta disposição pode ser reconhecida como uma pretensão de organizar um ambiente “doméstico” capaz de constituir familiaridades memoriais ao visitante. Essa intencionalidade se apresenta na forma de cenários gerados provocadores de prazer e incentivo ao ócio e ao consumo.

Figura 70 – Florações em elementos do Circuito Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

- c) Retira o objeto de seu contexto histórico, social e cultural, provocando uma redução dos sentidos, tornando-os funcionais dentro de uma lógica específica;

É lógico pensar que o território que abriga o Vale do Caravaggio seja aos poucos incorporado à lógica turística, até ser totalmente controlado por ela. Aos poucos, esta funcionalização transforma o modelo produtivo anteriormente estabelecido, a agricultura familiar e de subsistência e suas estruturas produtivas, conforme os objetivos do turismo. No que diz respeito a essas estruturas, muitas delas são inseridas nesta lógica de maneira “forçada”, sem apresentar diálogo com a temática central. Além disso, algumas delas, desvinculadas de suas funções originais, tornadas obsoletas e reconhecidas como “objetos do passado”, são museificadas.

Essa funcionalização se apresenta, por exemplo, na remoção ou substituição de revestimento de fachadas e associada exposição da vedação em taipa, técnica construtiva comum em edificações, encontrada, por exemplo, na Casa Lambert. Sabe-se que a Casa Lambert é um ícone da imigração no Espírito Santo, protegida como bem patrimonial material por tombamento do Conselho Estadual de Cultura (data), e uma construção emblemática do circuito. Entretanto, Posenato (1997) a considera um exemplar da segunda fase da arquitetura dos imigrantes. Segundo o autor, esta arquitetura é constituída de cinco fases: construções provisórias, primitivo, apogeu, tardio e atual. Analisando essa informação, é provável que Santa Teresa também abrigue estas variações em seu território e não apenas edificações construídas na segunda fase, como a Casa Lambert. Na verdade, o próprio circuito possui edificações de fase diferente dessa. Por exemplo, tem-se as do Sítio Romanha e da Vinícola Tomazelli, provavelmente representantes do período tardio da arquitetura da imigração (Figura 71).

A casa *com pilotis*, adotada pelas comunidades rurais no Espírito Santo em suas diversas etnias, inclusive italiana, tornou-se o estereótipo do período tardio. Além de quase totalmente artesanal, caracteriza-se por:

- estrutura em esqueleto de madeira falqueada, com paredes vedantes externas de tijolo, adobe e, principalmente, taipa de mão, e internas de tábuas;
- um só pavimento; água-furtada não utilizada: quando sem forro, as paredes internas vão até a altura dos flechais, ficando aberto o espaço da água-furtada;
- piso nitidamente afastado do solo (pilotis): mais salubre, adaptado ao clima quente e úmido;
- cobertura em duas águas;
- varanda frontal com guarda-corpo;
- Portas e janelas de calha, sem vidros (POSENATO, 1997, p.71).

Figura 71 – Edificações do período tardio e Sítio Romanha



Fonte: Posenato (1997); acervo da autora (2017).

A redução dos sentidos, processo da museificação territorial, ocorre quando o emblema – a Casa Lambert – é entendida como o remanescente original desta arquitetura, e inspiração de ações como a ocorrida no Sítio Romanha: remoção de revestimento externo para expor a estrutura em madeira e barro, em referência à estrutura utilizada no museu Casa Lambert (Figura 72). Nessa condição, a museificação se expressa de maneira clara, ao dotar a funcionalidade – a “logomarca” da imigração – de maior relevância do que a verdade histórica.

Figura 72 – Casa Lambert e Sítio Romanha



Fonte: Acervo da autora (2017).

- d) Cristaliza, petrifica, congela no sentido de causar uma paralisia em um objeto, ao ponto de impossibilitar alterações comuns do curso natural histórico, em prol da preservação da ordem simbólica;

No Circuito Caravaggio, a petrificação pode ser observada de maneira macro e micro. Pensando no circuito em si, no macro, o Vale do Caravaggio é forçado a permanecer como está para resguardar seu valor turístico. Há, dessa forma, uma força impeditora

de modificações equivalentes às ocorridas no cotidiano. Como sabe-se, o cotidiano do território é permeado por forças diversas. É o tempo todo alvo de alterações, provocadas por uma variedade de causas, como os serviços contemporâneos e a expansão imobiliária. No caso da museificação, resultado é a cristalização do território à função turística e a manutenção de sua ordem.

Em escala “micro”, elementos do circuito Caravaggio também são alvo do processo de petrificação. Aos poucos, a multiplicidade funcional do território é substituída pela dominância de setores vinculados ao turismo; processo verificado na Vinícola Tomazelli, um exemplar da arquitetura do imigrante, em origem lugar da habitação – um espelho de modos de vida passados – refuncionalizado pelo comércio de produtos “típicos” do local (Figura 73).

Figura 73 – Interior da Casa na Vinícola Tomazelli



Fonte: Acervo da autora (2017).

Em visita de reconhecimento, dentre as observações realizadas por visitantes, colhidas em conversa informal, uma mostra-se emblemática/paradigmática para esta análise: visto da Rampa de Voo Livre, o Vale do Caravaggio se mostra diferente de alguns anos atrás, pela diminuição das matas e aumento dos terrenos cultiváveis. Excluindo toda a problemática envolvida na preservação de áreas de mata, é válido problematizar este discurso. Seguindo esta ideia, pode-se afirmar ser o vale entendido como uma peça de museu, cuja permanência no tempo deve ser garantida, inalterada, em detrimento de sua modificação, por qualquer meio, imobiliário, rural e mesmo turístico.

Reforçando este aspecto da museificação, o Vale do Caravaggio é exposto pelos seus administradores como um bem portador de preciosidades, culturais e naturais – dotado de caráter patrimonial. Nesta perspectiva, sua visibilidade precisa ser protegida. Dessa forma, torna-se um bem digno de ser salvaguardado e para ser apreciado, assim como ocorre com as peças exóticas, expostas no museu.

Confirmando esta análise, a placa indicativa do vale, localizada na Igreja do Caravaggio, parece legendar o bem exposto à sua frente, como se figurasse uma peça museológica (Figura 74).

Figura 74 – Vale do Caravaggio



Fonte: Acervo da autora (2017).

- e) Geralmente não ocorre isolada. Surge por meio de ações políticas, culturais ou sociais, explicadas por uma tendente obsessão contemporânea de valorização de culturas pré-existentes. Assim como na instituição museu, os elementos, antes obsoletos, ganham status de “patrimônio” ao serem identificados como heranças a serem salvaguardadas;

Sabe-se que o Circuito Caravaggio é criado esfera privada, entretanto instituições públicas apoiam a iniciativa e parcerias público-privadas são iniciadas. A produção do circuito, neste âmbito, além da museificação, promove a cenarização, a teatralização, a gentrificação, entre outros processos urbanos reconhecidos em cidades históricas no Brasil. Também, no circuito Caravaggio a museificação não ocorre isoladamente, e, sim, integra territorializações que objetivam atender ao mercado turístico contemporâneo. Quanto ao *status* de patrimônio, é possível reconhecer esta condição em diversos elementos do circuito, como exposto anteriormente. Muitos dos elementos, obsoletos, são visualizados como verdadeiras relíquias ou peças patrimoniais dignas de serem expostas à contemplação de todos. Uma vez perdida a funcionalidade, ao longo do tempo, são revalorizadas segundo lógicas do empreendimento turístico.

Um exemplo claro de petrificação em elementos do circuito é a Casa Lambert (Figura 75). A perda da função parece ocorrer associada à tentativa de a tornar útil ao papel de museu do imigrante. Assim como os objetos antigos que abriga e são postos ao vislumbre de curiosos, a própria casa adquire a função de obra de arte, condição intrínseca à sua patrimonialização. A Igreja do Caravaggio possui também papel de museu. Secundariamente referenciada, apesar de dar nome à estrada e ao vale, é o elemento do circuito mais próximo de um bem petrificado. Utilizada esporadicamente

pela comunidade local, durante o ano, para fins religiosos, a edificação é peça isolada, física e funcionalmente, mantendo-se apartada da interação social cotidiana.

Figura 75 – Casa Lambert



Fonte: Acervo da autora (2016).

- f) É um evento já mundializado, podendo estar vinculado à promoção do desenvolvimento econômico, por meio de criação de ambientes culturais que têm gerado uma rede de competição entre eles, para atração de turistas;

Em lógica mundializada, existem estratégias compartilhadas que objetivam a promoção do recurso turístico de maneira a atrair, mais e mais visitantes. Uma dessas estratégias é a propaganda por meio das redes sociais. São muitas as possibilidades de alcance e inserção neste mercado turístico visualizadas quanto ao Circuito Caravaggio. Este tem sido amplamente divulgado nos meios de comunicação. O circuito apresenta-se nas divulgações como um ambiente cultural rico, ao reunir a natureza, a cultura e a diversão em um só território.

Santa Teresa tem se tornado um forte polo turístico, atrativo de visitantes de todo o Estado do Espírito Santo. O Circuito Caravaggio, um dos recursos turísticos do município, vem sendo estruturado por meio de divulgação ampla nas mídias sociais. Essa divulgação visa atrair um público de visitantes que se dirige a outras cidades do estado para fins turísticos. Dessa forma, não é possível afirmar a existência de uma competição a nível nacional, nem, muito menos, mundial; entretanto, certamente, o roteiro compete no mercado de cidades turísticas a nível estadual. De toda forma, insere-se em sua lógica, hoje mundializada.

- g) Geralmente, exclui os usuários para dar lugar a um público de visitantes, quando não limita a vida dos envolvidos a uma razão de ser dentro da lógica de “por em cena”, subtraindo-os do desenrolar da vida cotidiana, como se estivessem em um espetáculo;

É difícil encontrar no Circuito Caravaggio pessoas vivenciando lógica fora da turística, no que se refere aos seus atrativos. Mesmo que a maioria dos empreendimentos seja coordenada por famílias, estas instaladas em suas casas adaptadas ao serviço ao qual oferecem, já se vê, neste caso, um início do “por em cena” quando se apresentam

para os turistas como parte da história local ou como remanescentes do passado. Os turistas podem entendê-los também como patrimônios, neste caso, vivos, porém envolvidos em uma retórica petrificante, aquela história dos imigrantes, dos seus avós e pais. Os discursos que utilizam para tratar da cultura que abrigam podem ser considerados parte de uma teatralização/espetáculo que visa encantar o espectador e fazer com que consuma os produtos ofertados.

Uma demonstração do que é dito anteriormente, é a forma com que essas famílias interagem com o passado ao pendurar nas paredes fotografias e documentos antigos, bem como comprovações de que seus antepassados são imigrantes. Eles se dirigem a estes materiais como peças que totalizam juntas a cultura remanescente. São dessa forma, peças de museu expostas ao público (Figura 76).

Figura 76 – Exposição de documentos visando comprovar a descendência



Fonte: Acervo da autora (2017).

- h) Gera ícones. Assim como no museu, os objetos, em decorrência de obsolescência, tornam-se novamente utilitários ao se transformarem em relíquias, em ordem simbólica artificial.

Este processo próprio da museificação é visualizado em diferentes situações no Circuito Caravaggio. Vê-se a formação de ícones por meio de elementos abrigados pelo Vale do Caravaggio, que representam a história colonial vivenciada pelo município. Todo o remanescente existente neste território expressa este passado e é tido como patrimônio local pelos habitantes e visitantes. Por terem sobrevivido, hoje são preservados como os patrimônios culturais, mesmo que não estejam protegidos legalmente e mesmo que já tenham se transformado em objetos obsoletos. Estes não são úteis para a lógica atual comum de produção do território. Entretanto, ganham novamente funcionalidade ao serem apropriados pelo mercado turístico que amplia o valor de relíquia carregado pela peça, que passa a configurar cada vez mais a museificação, estando petrificada, paralisada assim como um objeto de museu.

CONCLUSÃO

Na introdução deste trabalho são reveladas as razões de formulação do estudo aqui apresentado. A hipótese, que legitima essa discussão, é a de ser possível verificar uma vinculação, entre a museificação e os roteiros culturais, utilizando um experimento conceitual. Assim define-se como seu principal objetivo o estudo do fenômeno da museificação territorial a luz de um experimento conceitual em um roteiro cultural. Para alcance deste objetivo, a pesquisa se desenvolve por meio de etapas metodológicas.

No que se refere ao conceito de museificação, verifica-se um número limitado de autores discutindo-o, quando se realiza buscas em meios físicos e fontes de informação *online*. As teses, associadas a esta discussão, são analisadas, nesta etapa, de modo a apresentar as visões que tangenciam o tema em questão. Dessa forma, verifica-se que a museificação é tratada diversamente entre os autores que tendem a analisá-la conforme as especificidades das ciências nas quais estão inseridos. De outro modo, nem sempre o conceito é tratado de maneira equivalente entre os estudiosos, sendo que, por vezes, há divergência de ideias, entre eles. Contudo, um arcabouço de informações se constitui na reunião dessas discussões, possibilitando a formulação de um conceito de museificação territorial a ser utilizado como orientador da experimentação.

Quanto à categoria de análise – o território – verifica-se como o mesmo é tratado de distintas maneiras, mesmo se observado restritamente na disciplina geográfica, na qual é categoria básica de estudo. Neste caso, são expostas algumas das visões explicativas deste termo, entendendo que a visão mais adequada ao estudo sugerido é a que propõe um conceito diferenciado, considerando a complexidade, diversidade e movimento do território. Dessa forma, o conceito de território selecionado para orientar o trabalho é aquele permeado por relações de poder, de apropriação e de controle. Sendo assim, esta visão se constitui base para a definição da museificação territorial, na qual percebe-se predominância das relações de controle.

Com base nas ideias dispostas a respeito da museificação, são formuladas oito hipóteses explicativas, cada uma delas expondo processos diferenciados do fenômeno em questão. Complementarmente, o conceito de território escolhido é articulado ao de museificação. Identifica-se, a partir disso, que a museificação territorial é termo que define uma territorialização com base do domínio, político e

econômico, em que elementos territoriais são articulados conforme padrões museológicos. O poder econômico e político são imperantes e se desenvolvem seguindo ideologias parecidas com aquelas encontradas nos museus. Desse modo, acredita-se que o termo museificação se origina da palavra musealização, própria da instituição museológica, sendo a diferença entre as duas vinculada aos processos aos quais se referem: a primeira, à guarda, exposição e transmissão de valores histórico-culturais, e a segunda, um neologismo da primeira, utilizada na teoria crítica, à processos desterritorializantes.

Em relação aos roteiros culturais, tem-se que estes objetos apresentam uma ampliação quantitativa com o passar dos anos. Os mesmos, também, podem ser identificados por meio de termos diferentes deste, como circuitos, rotas e caminhos. Estes títulos são empregados por agentes que, muitas vezes, ignoram suas especificidades sendo, por isso, reproduzidos por outros veículos que multiplicam os equívocos conceituais. Ainda, no que diz respeito aos roteiros, termo escolhido como categoria síntese de todos os outros, verifica-se que sua existência precede a muitos séculos atrás, com os Romanos, por exemplo, por meio de seus passeios culturais exploratórios.

Percebe-se, também, a inserção constante destes mesmos roteiros em estratégias de valorização cultural, objetivando o desenvolvimento econômico por meio do turismo. Também, observa-se presença destes em projetos relacionados à salvaguarda patrimonial, recebendo, inclusive proteção institucional, quando, por exemplo, a Unesco institui os Itinerários Culturais. Além disso, são integrados à estratégias de preservação do patrimônio, com fins de promoção de uma salvaguarda sustentável, com o exemplo claro no Brasil, com os Roteiros Nacionais de imigração. Dessa maneira, entende-se a importância dos mesmos na contemporaneidade, apresentada, por exemplo, no aprimoramento da organização e estruturação, em correspondência aos modos atuais de desenvolvimento territorial visando a multiplicação de capital.

No Espírito Santo, identifica-se um número expressivo de roteiros bem como a utilização de nomenclatura diversificada para os referenciar. Esse crescimento se insere em um movimento que ganha força no início do século XXI, com a turistificação do território por meio de sua segmentação em rotas turísticas. Vê-se, também, a exploração de temáticas como a do Imigrante, oriundo da Europa do século XIX, pelo turismo e, neste contexto, a exploração de roteiros. No Estado, a Região dos

Imigrantes é analisada, sendo identificados seis roteiros, confirmando sua inserção em uma política econômica voltada ao turismo. Dentre estes roteiros, o Circuito Caravaggio é reconhecido como o mais desenvolvido, possuindo características suficientes para ser posto à experimentação conceitual de museificação territorial.

Referente ao Circuito Caravaggio, o mesmo é criado em 2008, por meio da iniciativa privada e apoio do poder público, em diversas situações após essa data. Este, situado na cidade de Santa Teresa, localiza-se parte em área urbana, parte em área rural. Também, verifica-se que o surgimento do município se deve, principalmente, aos imigrantes Italianos que ocupam o território e o desenvolvem. O remanescente desta ocupação, presente na arquitetura, nos modos de vida, na alimentação, é entendido como importante atributo para ser oferecido no mercado turístico. Este conteúdo também é apropriado pelo circuito cuja temática central está voltada ao Vale do Caravaggio, reduto de parte do passado da colonização do território. Além da cultura, a natureza e a aventura são considerados atrativos. O Circuito Caravaggio possui um total de 23 (vinte e três) elementos, além do Vale do Caravaggio, como exposto no mapa-guia, contido no folder que orienta a visita.

No que diz respeito à experimentação conceitual realizada no Circuito Caravaggio, entende-se que esta análise, do conceito em um objeto concreto, revela-se imprescindível para compreensão do fenômeno, constituindo-se fase essencial na construção de qualquer conceituação. O experimento constitui-se na análise de cada hipótese explicativa da museificação, por meio da observação de como o mesmo apresenta, embora que parcialmente, as qualidades que definem um território museificado. São encontrados exemplos que confirmam cada uma das oito afirmativas relativos ao fenômeno, em diversas circunstâncias ligadas ao objeto.

Conclui-se entendendo ser possível conceituar a museificação por meio de hipóteses explicativas e definir a museificação territorial com base na unificação desses conceitos. Considera-se, ainda, serem os roteiros culturais bons objetos para análise da museificação, pelo alcance mundial, pela expansão contemporânea e pelo caráter agregador de estratégias turísticas diferenciadas. Também, conclui-se que a museificação territorial pode ser identificada quando observada em roteiros culturais, por meio de hipóteses explicativas. Por fim, pode-se afirmar ser possível o reconhecimento da transformação de elementos territoriais em objetos de museu,

baseando-se em hipóteses explicativas, como comprovado por meio de experimento no Circuito Caravaggio.

Várias são as questões indicativas da importância de análises futuras, todas elas vinculadas a formulação conceitual de museificação territorial e à sua experimentação no Circuito Caravaggio, realizadas nesta dissertação. Essas questões podem ser sintetizadas como a seguir expresso.

- Faz-se necessário um aprofundamento das discussões com relação às propriedades do fenômeno, quando, por exemplo, observa-se uma repetição de processos em diferentes hipóteses explicativas da experimentação conceitual realizada no Circuito Caravaggio. Isso porque, sabe-se que estes processos estão articulados em uma totalidade, que é a museificação do território. Faz-se, portanto, importante reconhecer as hipóteses explicativas não como fragmentos, em funcionamento isolado, mas, sim como operações simultâneas e em constante movimento.
- Cabe discutir o grau de museificação vivenciado pelo Circuito Caravaggio visando identificar ser o mesma totalizante, parcial, duradouro ou transitório. Em associação, é importante reconhecer como os processos correlatos à museificação são compartilhados por outros fenômenos, como a cenarização e a teatralização. Percebe-se que parte do que é definido como museificação é próprio, ou mais propriamente específico, desses outros fenômenos, do que da museificação em si.
- Deve-se alisar o Museu, enquanto instituição, buscando compreender seu funcionamento, pois, acredita-se ser o termo museificação dele proveniente. Dessa forma, pode ser possível estabelecer a lógica museológica e como esta distingue a museificação de outros fenômenos correlatos.
- Precisa-se compreender o fenômeno da museificação territorial enquanto problema para a sociedade. Quando o processo de museificação abrange ou inclui, inclusive, pessoas e grupos de pessoas, suas consequências são extremamente negativas, ao limitar a experiência individual e/ou coletiva à retóricas agenciadas. De outro modo, a valorização cultural de determinados contextos é positiva quando, ao longo dos tempos, observa-se a extinção de culturas por meio de territorializações perversas

- Cabe analisar se o patrimônio cultural, enquanto representante mundial, nacional ou local, sempre é objeto da museificação e se, em todas as escalas, expressa o caráter petrificante presente na instituição museológica.
- É urgente estudar a museificação, pois, na maioria dos casos, observa-se sua frequente associação à lógica contemporânea de consumo turístico, em diversos territórios.
- Importante, também, entender como os roteiros culturais podem ser agentes de valorização patrimonial e, além disso, podem promover territorializações que possibilitem conferir qualidade a vida e produzir cidadania aos habitantes fixados nestes territórios.

Entende-se, portanto, serem estas questões indicativos suficientes para afirmar a relevância da continuidade e do compartilhamento desse estudo, em grande parte, ausente na produção técnico-científico de pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Profanaciones**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2005.
- BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexito, 2004.
- BANDEIRA, Pedro. **Rua Sofia (2003)**. Disponível em: <<http://www.pedrobandeira.info/filter/architecture/Rua-Sofia-2003>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina: 2006. p. 55-62.
- BERNARDES, Antonio Henrique. Quanto as categorias e os conceitos. **Revista Formação (Online)**, v. 2, n. 18, p. 165-172, 2011.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (Resumo Executivo)**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Livro_Regionalizaxo.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- CABRAL, Luiz Otávio. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, 2007.
- CAMINHO do imigrante. O caminho. Disponível em: <<http://www.caminhodoimigrante.es.gov.br/index.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2017a.
- CAMINHO do imigrante. Percurso. Disponível em: <<http://www.caminhodoimigrante.es.gov.br/html/percurso.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017b.
- CAPALBO, Creusa. Espaço e religião: uma perspectiva filosófica. In: ROSENDHAL, Zeny (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 219-230.
- CARDOSO, Flávia M. Possato; CASTRIOTA, Leonardo Barci. O itinerário enquanto instrumento de preservação do patrimônio cultural: o caso da Estrada Real. **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online)**, v. 5, n. 2, p. 1-16, 2012.
- CASADO, Tatiana Caniçali. **Cidade-Paisagem: novas perspectivas sobre a preservação da paisagem urbana no Brasil**. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- CASTILLA-LA MANCHA. Rutas para perderse. Disponível em: <<http://www.castillalamancha.es/clm/unlugarparavisitar/rutasparaperderse>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

CASTRO, Ana Lucia Siaines de. **Memórias clandestinas e sua museificação: uma prospecção sobre institucionalização e agregação informacional**. 2002. 202 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UFRJ/ECO, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: antologia para um combate**. Lisboa: Edições 70, 2010.

CINTRA, C.; RIVIERRE, C. **Planta da parte da Província do Espírito-Santo em que estão compreendidas as colonias, organizada na Inspectoria Geral das Terras e Colonização**. 1878. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53098705n>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

CISNE, Rebecca de Nazareth Costa. **Roteiro turístico, tradição e superação: tempo, espaço, sujeito e (geo) tecnologia como categorias de análise**. 2014. 212 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

COSTA, J. P. O. (coord.). **O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem**. Paraty, RJ: Comitê Executivo pró-Unesco, 2008.

COSTA, Rogério Haesbaert. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: BECKER, Bertha K.; SANTOS, Milton. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina: 2006. p. 43-70.

COSTA, Rogério Haesbaert. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COSTA, Rogério Haesbaert; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19, 2007.

COUNCIL OF EUROPE. European Institute of cultural routes. **Cultural Routes of the Council of Europe**. Disponível em: <<http://culture-routes.net/cultural-routes/list>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DOSSI, Silvana Rodrigues de Souza. **Circuito Caravaggio - Santa Teresa**. 2013. Entrevista concedida ao Blog É Logo Alí, do Jornal Online Folha Vitória, publicada em cinco de junho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3IHMO1bkRqg>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. **Mapas, Guias e Folhetos**. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/mapas-guias-e-folhetos>>. Acesso em: 27 jan. 2017a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. Região dos Imigrantes. **Circuito Caravaggio**. Disponível em: <<http://regiaodosimigrantes.tur.br/circuito-caravaggio/>>. Acesso em: 27 jan. 2017b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. Região dos Imigrantes. **Circuitos**. Disponível em: <<http://regiaodosimigrantes.tur.br/category/circuitos/>>. Acesso em: 27 jan. 2017c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. **Região dos Imigrantes**. Disponível em: <<http://regiaodosimigrantes.tur.br/>>. Acesso em: 27 jan. 2017d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. Secretaria de Estado de Turismo. **38ª Festa da Polenta agita Venda Nova do Imigrante**. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/38a-festa-da-polenta-agita-venda-nova-do-imigrante>>. Acesso em: 26 jan. 2017e.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. Secretaria de Estado de Turismo. **Mapa do Turismo do ES**. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/mapa-turistico-do-es>>. Acesso em: 26 jan. 2017f.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Setur-ES. Secretaria de Estado de Turismo. **XXVIII Sommerfest celebra a cultura alemã em Domingos Martins**. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/xxviii-sommerfest-celebra-a-cultura-alema-em-domingos-martins#prettyPhoto>>. Acesso em: 26 jan. 2017g.

ESPÍRITO SANTO. Descubra o Espírito Santo. **Roteiro. Circuito Turístico Terras Pomeranas de Santa Maria de Jetibá**. Disponível em: <<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/roteiro/circuito-turistico-terras-pomeranas-2.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017h.

ESPÍRITO SANTO. Descubra o Espírito Santo. Roteiro. **Circuito Turístico Caravaggio de Santa Teresa**. Disponível em: <<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/roteiro/circuito-caravaggio.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017i.

ESPÍRITO SANTO. Descubra o Espírito Santo. **Roteiro**. Disponível em: <<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/roteiros>>. Acesso em: 26 jan. 2017j.

ESPÍRITO SANTO. Descubra o Espírito Santo. Roteiro. **Roteiro Turístico Cultural Demétrio Ribeiro – João Neiva**. Disponível em: <<http://descubraoespiritosanto.es.gov.br/pt/roteiro/roteiro-turistico-cultural-demetrio-ribeiro-2.html>>. Acesso em: 26 jan. 2017k.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado do Turismo. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Estado do Espírito Santo – 2025**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.es.gov.br/_midias/pdf/736-4d08e6aaec654.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

FILHO, João dos Santos. Ordem régia de censura a roteiros turísticos do século XVIII: André João Antonil no Índex. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 12, n. 1, p. 72-79, 2001. ISSN 1984-4867. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63530>>. Acesso em: 02 mai. 2017.

FOLHA VITÓRIA. Blog É Logo Ali. **Circuito Demétrio Ribeiro em João Neiva**. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2015/06/circuito-demétrio-ribeiro-em-joao-neiva/>>. Acesso em: 27 jan. 2017a.

FOLHA VITÓRIA. Blog É Logo Ali. **Saiba o que o blog vai encontrar no Circuito Turístico Vale das Etnias – Santa Leopoldina**. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2013/04/saiba-o-que-o-blog-vai-encontrar-no-circuito-turistico-vale-das-etnias-santa-leopoldina/>>. Acesso em: 27 jan. 2017b.

FOLHA VITÓRIA. Blog É Logo Ali. **Santa Leopoldina – Colônia Tirol e outros atrativos**. Disponível em: <<http://www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2011/09/santa-leopoldina-colonia-tirol-e-outros-atrativos/>>. Acesso em: 27 jan. 2017c.

GERALDES, Eduardo Antonio Simões. **Condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano**: proposta de focos qualitativos no centro de São Paulo. 2006. 196 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, JR Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Book-man, 2002.

GUILHOTI, Ana Cristina. A imagem visual-Descoberta, conquista e museificação da América (séculos XVI e XVII). **Revista USP**, n. 12, p. 28-35, 1992.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ICOMOS. **Carta dos Itinerários Culturais**. Elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS. Québec, 2008.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. Mapas. **Santa Teresa**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

IPHAN. **Roteiros Nacionais de Imigração**: Santa Catarina. Dossiê de Tombamento. Volume I. Histórico, Análise e Mapeamento. Santa Catarina: Iphan, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=3174>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização urbana contemporânea. **Cadernos PPG-AU**, Salvador, v. 2, p. 23-30, 2004.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo? **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 32-39, 2008.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

JHNA. Journal of Historians of Netherlandish Arts. "**Savagery**" e "**civilization**": **dutch Brazil no kunst- e wunderkammer**. Disponível em: <<http://www.jhna.org/index.php/past-issues/volume-3-issue-2/142-spenle-dutch-brazil>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

MARÍN, Jefferson Jaramillo; DEL CAIRO, Carlos. Los dilemas de la museificación. Reflexiones en torno a dos iniciativas estatales de construcción de memoria colectiva en Colombia. **Memoria y sociedad**, Bogotá, v. 17, n. 35, p. 76-92, 2013.

PAES, Maria Tereza Duarte. Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ). **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 23, n. 30, p. 105-118, 2015.

PINHEIRO, Ana Elias. Itinerários culturais: viajando pela História. **Mathesis**, Viseu, n. 16, p. 217-22, 2007.

PINHEIRO, Ethel; DUARTE, Cristiane. Esquecimento e reconstrução-Memória e experiência na arquitetura da cidade. **Arquitetura Revista**, São Leopoldo, v. 4, n. 1, p. 70-86, 2008.

PISTORELLO, Daniela. Ordenação do território e patrimônio: a questão dos itinerários culturais. In: **V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013**. Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013. p. 1663-1675.

POMERODE (Município). **Rota do Enxaimel**. Disponível em: <<http://www.pomerode.sc.gov.br/AtrativosTuristicos7.asp>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

POMERODE NEWS. **Rota do Enxaimel apresenta novos atrativos turísticos aos visitantes**. Disponível em: <<http://pomerodenews.blogspot.com.br/2012/11/rota-do-enxaimel-apresenta-novos.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados-2000/2010**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1997.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina. Lina por escrito. **Textos escolhidos de Lina Bo Bardi**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

SANTA LEOPOLDINA (Município). **Rotas**. Disponível em: <<http://www.santaleopoldina.es.gov.br/VerPontoTuristico.aspx?nm=Rotas%20Tur%C3%ADsticos&no=29>>. Acesso em: 26 jan. 2017.

SANTA TERESA (Município). **Inventário da Oferta Turística de Santa Teresa / ES**. Santa Teresa, Prefeitura de Santa Teresa, 2012. Disponível em: <http://santateresa.es.gov.br/pmst/files/DocumentosDownload/inventario_de_oferta_turistica_de_santa_teresa-.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SANTA TERESA (Município). Secretaria de Turismo e Cultura. **Folder Circuito Caravaggio.pdf**. Arquivo recebido por <turismo@santateresa.es.gov.br> em 12 dez. 2016a.

SANTA TERESA (Município). Secretaria de Turismo e Cultura. **Pesquisa Circuito Caravaggio**. Arquivo recebido por <turismo@santateresa.es.gov.br> em 12 dez. 2016b.

SANTA TERESA (Município). Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Santa Teresa. **Circuito Caravaggio**. Disponível em: <<http://turismo.santateresa.es.gov.br/categoria/circuito-caravaggio/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções sobre o território**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Expressão Popular, 2009.

SERAFIM, Maurício Custódio. A falácia da dicotomia Teoria-Prática. **Espaço Acadêmico**, v. 1, n. 7, 2001.

SILVA, Vasco Emanuel Machado Pinto da. **Revolução (des) industrial: museificar, reutilizar e converter**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitectura) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TURESPAÑA. **Ruta de Don Quijote**: siguiendo las huellas de la mejor novela de la historia. Disponível em: <http://www.spain.info/pt_BR/reportajes/ruta-don-quijote-siguiendo-huellas-mejores-novelas-literatura-espanola.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

UNESCO. **Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Natural e Cultural**. Paris: 1972. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. World Heritage Committee. Seventeenth session (Cartagena,

Colombia). 1994a. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/repcom93.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. Paris: 1992. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/guidelines/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. **Route of Santiago de Compostela – Maps of inscribed property**. 2014. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/documents/128694>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. **Routes as part of our cultural heritage**. Report on the Expert Meeting on Routes as a Part of our Cultural Heritage. Madrid, Spain: 1994b. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/routes94.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. **The Route of Santiago de Compostela (Nomination file)**. 2015. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/uploads/nominations/669bis.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

UNESCO. World Heritage List Statistics. **Number of World Heritage properties inscribed each Year**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/stat>>. Acesso em: 08 mar. 2016a.

UNESCO. World Heritage List. **Old Town of Lijiang**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/811>>. Acesso em: 13 abr. 2016b.

URIARTE, Urpi Montoya. O lugar da História no consumo do chamado patrimônio histórico. **Interseções**: Revista de Estudos Interdisciplinares, Jundiaí, v. 14, n. 1, 2012.

VAZ, Lilian Fessler. A "culturalização" do planejamento e da cidade: novos modelos? **Cadernos PPG-AU/UFBA**, Salvador, 2007.

VISITAS parochiaes ás capelas da freguesia de S. Thfreza, durante o mez de maio. **O Povo**, S. Thereza, p. 5, 2 mai. 1920. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721174&pasta=ano%20192&pesq=caravaggio>>. Acesso em: 27 jan. 2017.